



WWW.ADOLESCIENCIA.IPB.PT

VOL. 7 | N. 1 | **DEZEMBRO 2020** | ISSN 2182-6277

adolescência

Edição:
adolesCiência – Revista Júnior de Investigação
dezembro, vol. 7, n.º 1, 2020
ISSN 2182-6277

Editor:
Instituto Politécnico de Bragança
Escola Superior de Educação
Campus de Santa Apolónia
5300-253 Bragança

DIRETOR: Vitor Manuel Barrigão Gonçalves

DIRETORA ADJUNTA: Maria Rosário Caldeira

CONSELHO CIENTÍFICO:

Alexandra Soares Rodrigues, Escola Superior de Educação - IPB, Portugal
Ana Isabel Pinheiro Nunes Pereira, Escola Superior de Tecnologia e Gestão - IPB, Portugal
Ana Luísa Alves, Agrupamento de Escolas Miguel Torga, Bragança, Portugal
Ana Maria Alves, Escola Superior de Educação - IPB, Portugal
Ana Paula Sismeyro da Silva Pereira, Escola Superior de Educação - IPB, Portugal
António Francisco Ribeiro Alves, Escola Superior de Educação - IPB, Portugal
Carla do Espírito Santo Guerreiro, Escola Superior de Educação - IPB, Portugal
Carla Sofia Lima Barreira Araújo, Escola Superior de Educação - IPB, Portugal
Carlos Aguiar, Escola Superior Agrária - IPB, Portugal
Carlos Mesquita Morais, Escola Superior de Educação - IPB, Portugal
Cláudia Susana Nunes Martins, Escola Superior de Educação - IPB, Portugal
Cristina Maria Mesquita Gomes Pires, Escola Superior de Educação - IPB, Portugal
Eugénia Jorge Anes, Escola Superior de Saúde - IPB, Portugal
Fernanda Monteiro Vicente, Agrupamento de Escolas de Macedo de Cavaleiros, Portugal
Henrique da Costa Ferreira, Escola Superior de Educação - IPB, Portugal
Ilda Freire Ribeiro, Escola Superior de Educação - IPB, Portugal
João Marques Gomes, Escola Superior de Educação - IPB, Portugal
João Paulo Pereira de Sousa, Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo, IPB, Portugal
Jorge M. M. Morais, Escola Superior de Educação - IPB, Portugal
José António Videira Saro, Rede de Bibliotecas Escolares, Portugal
José Augusto Bragada, Escola Superior de Educação - IPB, Portugal
José Paulo Ribeiro de Castro, Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo, IPB, Portugal
Luís Manuel Leitão Canotilho, Escola Superior de Educação - IPB, Portugal
Luís Filipe Pires Fernandes, Escola Superior de Educação - IPB, Portugal
Manuel Ângelo Rodrigues, Escola Superior Agrária - IPB, Portugal
Manuel Vara Pires, Escola Superior de Educação - IPB, Portugal
Maria Cristina Martins, Escola Superior de Educação - IPB, Portugal
Maria Helena Pimentel, Escola Superior de Saúde - IPB, Portugal
Maria Nascimento Mateus, Escola Superior de Educação - IPB, Portugal
Maria Raquel Vaz Patrício, Escola Superior de Educação - IPB, Portugal
Paulo Alexandre Alves, Escola Superior de Tecnologia e Gestão - IPB, Portugal
Paulo Miguel Mafrá Gonçalves, Escola Superior de Educação - IPB, Portugal
Pedro Miguel Queirós Pimenta de Magalhães, Escola Superior de Educação - IPB, Portugal
Rosa Maria Ramos Novo, Escola Superior de Educação - IPB, Portugal
Sofia M. Alves Bergano, Escola Superior de Educação - IPB, Portugal
Vasco Paulo Alves, Escola Superior de Educação - IPB, Portugal
Vitor Barrigão Gonçalves, Escola Superior de Educação - IPB, Portugal

CONSELHO EDITORIAL:

Adorinda Maria Gonçalves, Escola Superior de Educação - IPB, Portugal
António Luís Ramos, Agrupamento de Escolas Abade de Baçal de Bragança, Portugal
Carlos Pinheiro, Rede de Bibliotecas Escolares, Portugal
Cecília de Lurdes Falcão, Agrupamento de Escolas Miguel Torga, Bragança, Portugal
Cristina Sofia Rodrigues, Agrupamento de Escolas de Vilela, Portugal
Helena Duque, Rede de Bibliotecas Escolares, Portugal
Irene Maria Capela Alves, Agrupamento de Escolas D. Afonso III - Vinhais, Portugal
Isabel Augusta Chumbo, Escola Superior de Educação - IPB, Portugal
Isabel Mendinhos, Rede de Bibliotecas Escolares, Portugal
Isabel Feliz Andrade Nina, Rede de Bibliotecas Escolares, Portugal
Isabel Ribeiro Castro, Escola Superior de Educação - IPB, Portugal
João Sérgio Pina Sousa, Escola Superior de Educação - IPB, Portugal
Luísa Diz Lopes, Agrupamento de Escolas Abade de Baçal de Bragança, Portugal
Margarida Benigna Rodrigues, Agrupamento de Escolas Emídio Garcia de Bragança, Portugal
Maria Antónia Pires Martins, Agrupamento de Escolas Paulo Quintela de Bragança, Portugal
Maria da Anunciação Pais Lopes de Melo Vaz, Agrupamento de Escolas Miguel Torga, Bragança, Portugal
Maria Eugénia Rocha, Agrupamento de Escolas Miguel Torga, Bragança, Portugal
Maria Rosário Caldeira, Rede de Bibliotecas Escolares, Portugal
Maritza Pinto Dias, Rede de Bibliotecas Escolares, Portugal
Olga Maria Nunes, Agrupamento de Escolas Miguel Torga, Bragança, Portugal
Paula Maria Veigas Minhoto, Agrupamento de Escolas Abade de Baçal, Bragança, Portugal
Paula Osório Correia, Rede de Bibliotecas Escolares, Portugal
Pedro Alexandre Oliveira Couceiro, Escola Superior de Educação - IPB, Portugal
Regina Campos, Rede de Bibliotecas Escolares, Portugal

CONSELHO DE REDAÇÃO:

Carla Sofia Lima Barreira Araújo, Escola Superior de Educação - IPB, Portugal
Isabel Augusta Chumbo, Escola Superior de Educação - IPB, Portugal
Maria Rosário Caldeira, Rede de Bibliotecas Escolares, Portugal
Vitor Barrigão Gonçalves, Escola Superior de Educação - IPB, Portugal

DESIGN GRÁFICO:

Capa: Marco António Pereira da Costa, Escola Superior de Educação - IPB, Portugal
Editores (Paginação e Diagramação): Vitor Barrigão Gonçalves | Gabriel William Lopes (Estágio Científico)



Índice

Editorial 4

Artigos (Investigação & Práticas)

Alimentação Sustentável: alguns fundamentos para reflexão 8

Juliana Costa, Maria José Afonso Magalhães Rodrigues

Emoções no Namoro - A base de um relacionamento saudável 16

Tatiana Santos, Celeste Cruz Meirinho Antão

Impacto do crescimento económico e emissões de CO₂ no turismo internacional de Portugal 23

Victor Magalhães Machado, Gustavo Rodrigues, Matheus Belucio

Importância da Educação Ambiental no sistema do Ensino Básico Português, 1.º ciclo 37

Djanaina Ondina dos Reis de Sousa, Ricardo Ramos

A atividade de uma Tuna Universitária em contexto de confinamento: reinventar e inovar? 44

Silvana Sousa, Miguel Pereira, Bruno Ferreira Gonçalves

Relatos (de projeto, de visitas de estudo ou de experiências)

Iniciação à Investigação Científica: Notas de Um Iniciante para Outros Jovens Pesquisadores 55

Lucas Rodrigo Batista Leite, Cássia Maria Carraco Palos

A importância do ecossistema fluvial e a educação ambiental – explorando as margens do rio Fervença na cidade de Bragança 67

Turma 10.º C - Curso de Línguas e Humanidades, Mariana Fátima Batouxas

A importância da mobilidade académica internacional na vida discente 73

Juliana Costa, Vítor Gonçalves

Recensões

Construindo análises sociais abrangentes: contribuições da interseccionalidade 79

Gabriel William Lopes

Entrevistas

A produção científica jovem na adolesCiência: Entrevista ao diretor da revista adolesCiência 82

Gabriel William Lopes

Observação:

Alguns dos textos encontram-se escritos em português do Brasil por ser essa a nacionalidade de, pelo menos, um dos autores.

Editorial

O ano de 2020 foi um ano deveras conturbado, fruto da pandemia por COVID-19, que afetou quer os sistemas educativos, quer quaisquer outros sistemas organizacionais mundiais. Mas nem por isso significou que não conseguíssemos editar e publicar mais um número da revista adolesCiência. Com o 7.º volume, número 1, esta revista conta já com uma centena de publicações (48 trabalhos do ensino não superior e 52 trabalhos do ensino superior) de 335 autores (270 alunos e 65 professores). Desde 2012, contamos já com 58 artigos, 15 recensões críticas, 8 entrevistas e 19 relatórios de projeto, de visitas de estudo ou de experiências.

Ao longo dos últimos 9 anos, a equipa editorial desta revista tem sabido ultrapassar os desafios e contratemplos que têm surgido. Para tal, não só as comunidades educativas de Portugal, mas também as comunidades dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e do Brasil têm contribuído decisivamente para que a adolesCiência possa continuar a partilhar as suas experiências, investigações e reflexões, permitindo que os alunos possam ter a oportunidade de expressarem as suas perspetivas de um ponto de vista científico.

Este número de 2020 conta com cinco artigos de investigação & práticas; três relatos de projeto, de visitas de estudo ou de experiências; uma recensão e uma entrevista, que se apresentam a seguir:

A secção de artigos de investigação & práticas inicia-se com a “Alimentação Sustentável: alguns fundamentos para reflexão”, um artigo de Juliana Costa e Maria José Rodrigues, que discorre sobre o impacto ambiental relacionado com a alimentação e que promove uma breve reflexão sobre o papel da educação ambiental para uma alimentação mais sustentável, com vista a reduzir esses impactos e sensibilizar para boas práticas de produção e consumo alimentar, contribuindo, assim, para se atingirem os desígnios da Agenda 2030.

Tatiana Santos e Celeste Antão apresentam-nos um artigo intitulado “Emoções no Namoro - A base de um relacionamento saudável” que corresponde a uma revisão sistemática da literatura sobre o contributo das emoções numa relação amorosa. Cabe-nos conhecer e saber quando ultrapassamos a linha ténue que separa o saudável do patológico, para que possamos avançar ou recuar de acordo com as diferentes situações.

O “Impacto do crescimento económico e emissões de CO₂ no turismo internacional de Portugal” é um artigo da autoria de Victor Magalhães Machado, Gustavo Rodrigues e Matheus Belucio que tem por objetivo identificar o impacto do ambiente e da situação económica no turismo internacional de Portugal. Os resultados foram obtidos através de um modelo econométrico Autorregressivo de Desfasamento Distribuído. Com base nos resultados desta investigação, os formuladores de políticas públicas e agentes do setor do turismo podem beneficiar diretamente deste trabalho enquanto base empírica para auxiliar as ações das suas funções.

Djanaina Sousa e Ricardo Ramos apresentam um importante contributo no sentido de formar cidadãos com consciência ambiental, pois este é, certamente, o primeiro passo para mitigar os problemas ambientais. No artigo “Importância da Educação Ambiental no sistema do Ensino Básico Português, 1.º ciclo”, os seus autores destacam o papel da escola na alfabetização ambiental, enfatizando a importância de transmitir atitudes e comportamentos às crianças do primeiro ciclo.

Atendendo à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e doença COVID-19, Silvana Sousa, Miguel Pereira e Bruno Gonçalves apresentam-nos “A atividade de uma Tuna Universitária em contexto de confinamento: reinventar e inovar?”. Com este artigo, os autores pretenderam identificar e caracterizar as soluções que a RaussTuna – Tuna Mista de Bragança (TMB) – encontrou para manter a sua atividade em contexto de confinamento. Saiba mais sobre as consequências e tecnologias que permitiram não só a manutenção da atividade, mas também a reflexão e debate nesta comunidade Tunae.

A secção de relatos ou relatórios de projeto, de visitas de estudo ou de experiências inicia-se com o relato “Iniciação à Investigação Científica: Notas de Um Iniciante para Outros Jovens Pesquisadores” da autoria de Lucas Batista Leite e Cássia Palos, cujo objetivo era compreender como os profissionais de saúde de cuidados primários, de um bairro da periferia da cidade de Cuiabá, estado de Mato Grosso, significavam a violência e, a partir daí, construíam as suas práticas de enfrentamento ao fenómeno. A partilha do caminho percorrido será certamente um contributo importante para os leitores e jovens investigadores na condução das suas pesquisas, apontando para eventuais obstáculos, possíveis estratégias e modos de atuação.

A turma do 10.º C, do Curso de Línguas e Humanidades da Escola Básica e Secundária Miguel Torga de Bragança, em Portugal, orientada pela professora Mariana Batouzas, apresenta-nos o relato “A importância do ecossistema fluvial e a educação ambiental – explorando as margens do rio Ferverença na cidade de Bragança”. A consciencialização para a importância do rio Ferverença e do seu ecossistema conduziu ao desenvolvimento de uma atividade de educação ambiental e de monitorização a um ponto do rio, tendo como referência o Projeto Rios. Este projeto de educação ambiental visa contribuir para a implementação de soluções sustentadas para os problemas dos ecossistemas fluviais através da tomada de consciência ambiental e da participação voluntária e ativa dos cidadãos.

Juliana Costa (estudante em mobilidade no ano letivo de 2018/19) e Vitor Gonçalves (responsável pelos alunos internacionais do gabinete de relações externas da Escola Superior de Educação de Bragança) apresentam o relato da experiência intitulado “A importância da mobilidade académica internacional na vida discente”. Perceba os prós e contras, os ganhos e perdas, bem como as principais competências adquiridas nas três fases principais da mobilidade – pré-mobilidade, mobilidade e pós-mobilidade – e o seu contributo para a atuação profissional futura do estudante em mobilidade.

Na secção recensões, Gabriel William Lopes apresenta-nos uma recensão crítica intitulada “Construindo análises sociais abrangentes: contribuições da interseccionalidade” sobre o livro de Akotirene, Carla (2019). Interseccionalidade. São Paulo, Pólen Produção Editorial.

O mesmo autor, na secção entrevistas, reproduz uma entrevista realizada a Vitor Gonçalves, diretor da revista adolesCiência, sobre “A produção científica jovem na adolesCiência”, apresentando uma retrospectiva sobre os trabalhos publicados por esta revista ao longo dos últimos 9 anos, acerca do contributo da mesma para os níveis de literacia da leitura e da escrita e da literacia científica dos alunos que nela participam, para além de perspetivar o futuro da mesma.

Agradecemos aos autores (alunos e seus professores), aos conselhos científico, editorial e de redação e a todos aqueles que, direta ou indiretamente, participaram nas fases de redação, submissão, revisão, diagramação, desenho gráfico e avaliação da presente edição. Reiteramos o desafio a todas as comunidades educativas dos ensinos básico, secundário e superior a participar no próximo volume da adolesCiência, a editar durante o ano de 2021.

Um excelente ano de 2021 com muitas realizações e publicações...

31 de dezembro de 2020

*Vitor Barrigão Gonçalves
Diretor da revista adolesCiência*

artigos



Alimentação Sustentável: alguns fundamentos para reflexão

Sustainable Food: some fundamentals for reflection

Juliana Costa

Instituto Politécnico de Bragança, Portugal

julianacostascott@gmail.com

Maria José Afonso Magalhães Rodrigues

CIEB, Instituto Politécnico de Bragança, Portugal

mrodrigues@ipb.pt

Resumo

Os processos alimentares são grandes causadores de impactes ambientais, sendo responsáveis por parte da Pegada Ecológica de cada ser humano. A desflorestação, o consumo de recursos hídricos, a perda de biodiversidade, a produção de gases do efeito de estufa, estão entre as consequências ambientais relacionadas com a alimentação, mas nem sempre isso é entendido pela sociedade. Procurar formas de produzir e consumir alimentos de forma mais sustentável deveria ser uma prioridade dos governantes de todos os países, visto que a segurança alimentar no futuro depende das atitudes e dos comportamentos para com o ambiente no presente. O objetivo do estudo aqui relatado, desenvolvido através da revisão de literatura, é discutir os impactes ambientais relacionados com a alimentação e promover uma breve reflexão sobre o papel da educação ambiental para uma alimentação mais sustentável, que procure formas de reduzir esses impactes, sensibilizando para boas práticas de produção e consumo alimentar e contribuindo, assim, para se atingirem os desígnios da Agenda 2030, nomeadamente os ODS 2 – Fome zero e Agricultura Sustentável e ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis.

Palavras-chave: *alterações climáticas, segurança alimentar, pegada ecológica, educação ambiental*

Abstract

Food processes are major causes of environmental impacts, being responsible for part of the ecological footprint of each human being. Deforestation, the consumption of water resources, the loss of biodiversity, the production of greenhouse gases, are among the environmental consequences related to food, but they are not always understood as such by society. To produce and consume food in a more sustainable way should be a priority for governments in all countries, since food security in the future depends on attitudes and behaviours towards the environment today. The aim of this study, developed through a literature review, is to discuss the environmental impacts related to food and to promote a brief reflection on the role of environmental education for a more sustainable diet, seeking ways to reduce the environmental impact, raising awareness of good practices for food production and consumption, thus contributing to the 2030 Agenda, namely SDGs 2 - Zero Hunger and Sustainable Agriculture and SDG 12 - Responsible Consumption and Production.

Keywords: *climate change, food security, ecological footprint, environmental education*

INTRODUÇÃO

A alimentação faz parte do cotidiano do ser humano e é considerada um direito universal como consta na Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas (FAO, 2014). Porém, as externalidades associadas aos efeitos da alimentação no ambiente não são entendidas pela sociedade que se tem mostrado incapaz de perceber os impactos causados no ambiente pelas práticas alimentares.

Produzir alimentos, seja através da chamada agricultura biológica/orgânica ou da agricultura convencional, traz diversos impactos ao meio natural, mas é sobretudo o cultivo feito em escala comercial que provoca maiores impactos. Consomem-se recursos a um ritmo acelerado, desde o solo aos recursos hídricos; promove-se o desflorestamento e a perda de biodiversidade; altera-se a qualidade do solo, da água e do ar, entre outros factores, além de também se poder traduzir em situações de não equidade social (Matuk, 2015; Ribeiro, Jaime & Ventura, 2017).

A produção gerada pela agricultura convencional, direcionada para a comercialização nos mercados de *commodities*, é grande produtora de desigualdades sociais, pois, geralmente, o cultivo dos alimentos é feito em países em desenvolvimento ou emergentes, como países da África e da América Latina, e exportados para os países desenvolvidos como matéria bruta, com valores comerciais muito baixos. De forma geral, verifica-se uma desigualdade nos lucros recebidos com os produtores que, além disso, sofrem com os danos ambientais provenientes desta atividade agrícola, como a escassez de água e a perda de território das comunidades tradicionais e, conseqüentemente, com a falta de produção dos seus próprios alimentos. São exemplo desta situação o cultivo de soja, milho, pasto para animais, entre outros (Ribeiro *et al.*, 2017; Guerra, Cervato-Mancuso, & Bezerra, 2019).

Outro fator que deve ser considerado é a industrialização dos alimentos que, em muitos casos, são transformados em produtos processados e ultraprocessados com baixo valor nutricional. Por outro lado, este processo também acelera o consumo de recursos naturais preciosos à população, nomeadamente água e energia, além de que produz grandes quantidades de resíduos sólidos e efluentes, na maioria das vezes deixados incorretamente no ambiente, provocando ainda mais impactos na e para a sociedade (Matuk, 2015; Guerra *et al.*, 2019). Os alimentos industrializados também são grandes contribuintes para a perda e o desperdício alimentares, atendendo à produção em larga escala de itens que nem sempre são comercializados e consumidos. No ano de 2018, o total de alimentos perdidos ou desperdiçados correspondeu a 1,3 bilhões de toneladas, em toda a cadeia alimentar (Nações Unidas Brasil, 2019), contribuindo para a geração de gases de efeito estufa, além da perda de recursos naturais como solo, água e biodiversidade.

Nesse sentido, repensar os sistemas produtivos e os hábitos de consumo alimentares é urgente na sociedade global que deve procurar integrar-se num ciclo do consumo consciente, com vista a uma alimentação sustentável.

A alimentação sustentável (AS) preocupa-se com toda a cadeia de produção e consumo de alimentos, podendo fazer-se uso das expressões de *marketing* do “berço ao túmulo” ou, como sugerido pelo *ecodesign*, do “berço ao berço” (Leitão, 2015; Assunção, 2019). Estimular os consumidores a práticas alimentares mais sustentáveis é um passo fundamental para repensar os sistemas de produção.

Desta forma, o objetivo deste estudo, desenvolvido através da revisão de literatura com recurso a diversos tipos de fontes, é discutir os impactes ambientais derivados da alimentação e promover uma breve reflexão sobre o papel da educação ambiental para uma alimentação mais sustentável, sensibilizando o indivíduo para o seu papel no ambiente e para o seu poder de escolha com vista a difundir hábitos de consumo e de produção mais conscientes.

REFERENCIAL TEÓRICO

A alimentação está na base da pirâmide das necessidades identificadas por Maslow (Seiffert, 2011; Amaral, 2013) e é, portanto, um tema transversal e global, atingindo diariamente todos os cidadãos do mundo. A alimentação envolve muito mais do que o consumo de alimentos; é sobretudo uma questão política, económica, cultural, social e ambiental, devendo sustentar-se em políticas públicas que procurem assegurar este direito básico, com técnicas de produção mais eficientes, que causem menores impactes no ambiente, e no uso de estratégias para combater a perda e o desperdício alimentares (Cunha *et al.*, 2013; Matuk, 2015; Guerra *et al.*, 2019).

De acordo com a *Food and Agriculture Organization – FAO* (2014), cerca de 30% das terras cultiváveis são utilizadas para produzir alimentos que nunca serão consumidos, o que significa que um terço dos alimentos produzidos no mundo serão desperdiçados; além disso, no seu processo de decomposição, estes alimentos irão emitir entre 8% a 10% de Gases de Efeito Estufa (GEE) (Nações Unidas Brasil, 2019). Ribeiro, Jaime e Ventura (2017) mencionam que cerca de 30% dos GEE são gerados na cadeia alimentar, além de outros impactes como a perda de solo (por práticas de monocultura, salinização), poluição dos corpos hídricos por produtos agroquímicos (que incrementam a eutrofização e a perda da qualidade da água para consumo humano), além do efeito nos ecossistemas terrestres e aquáticos.

Além deste efeito sobre a libertação de GEE, o ciclo da alimentação também contribui para as alterações climáticas através de outros factores, como, por exemplo, a perda de áreas de florestas para a prática da agricultura e da pecuária, áreas essas essenciais para a regulação do clima do Planeta (Matuk, 2015). O relatório anual do *Intergovernmental Panel on Climate Change – IPCC*, publicado no ano de 2019, ilustra o avanço do aquecimento global e faz um alerta para a necessidade urgente de se implementarem medidas que mitiguem os problemas ambientais causados, alertando para danos ambientais que afetarão sobretudo a produção de alimentos e a segurança alimentar (IPCC, 2019). A preocupação com os efeitos do aquecimento global justifica-se pela sua influência na temperatura média global do ar e dos oceanos, promovendo alterações nas correntes marítimas, perdas da biodiversidade que afetam diretamente a produção de alimentos (IPCC, 2019). Assim, o aquecimento global deveria ser uma preocupação mundial, já que as estimativas apontam para que seja necessário alimentar nove bilhões de pessoas até ao ano de 2050 e a falta de alimentos vai ter impacto sobre toda a população mundial, mas principalmente na população dos países mais pobres (Ribeiro *et al.*, 2017; Cunha *et al.*, 2019). Além disso, as estimativas do mesmo relatório consideram que as consequências climáticas serão mais severas precisamente nesses países. Secas prolongadas, enchentes, ondas de calor e frio extremo, serão alguns dos fenómenos que se tornarão mais presentes devido às alterações do clima e contribuirão para a escassez de alimentos e água (IPCC, 2019).

Desta forma, considera-se que é necessário repensar o modo de produção de alimentos que se pratica na atualidade. A produção em larga escala, sob a ótica da monocultura, com uso de fertilizantes químicos e defensivos agrícolas, é considerada como extremamente prejudicial para o ambiente, levando a ocupação do solo a perdas irreparáveis da biodiversidade, à poluição e contaminação da água e do solo (Ipea, 2014; APA, 2017; Ribeiro *et al.*, 2017). Além dos inúmeros danos causados no ambiente, este tipo de produção tem forte impacto social, contribuindo para a saída do pequeno produtor do campo, pois fica impedido de competir com produções em larga escala, geradoras de *commodities*, como o plantio de soja para produção de ração animal (Matuk, 2015; APA, 2017). A este respeito, por exemplo, Espíndola e Cunha (2015) assinalam que cerca de 79% da soja plantada no mundo é para a produção de ração para alimentar animais, nomeadamente bovinos e suínos que são os principais consumidores deste alimento. Isso justifica que o consumo de carne de bovinos é considerado uma das práticas alimentares de maior impacto ambiental a nível global. Para Carvalho, Cartea e Azeiteiro (2017), existe uma grande dificuldade por parte da sociedade em relacionar o consumo de carnes às alterações climáticas, o que dificulta a aceitação de uma dieta de baixo carbono. Segundo as mesmas autoras, é preciso respeitar os elementos culturais de cada região em relação a este hábito

alimentar, mas é, também, urgente repensar a frequência e a quantidade consumidas. De um modo geral, a redução do consumo de carne, principalmente a de origem bovina, tem um impacto positivo para as questões climáticas, pois contribui para a redução do lançamento de gases de efeito estufa como o metano, além de contribuir para a pegada hídrica, pois a produção de carne bovina é uma das maiores consumidoras deste recurso natural (Silva *et al.*, 2013; Carvalho, Cartea & Azeiteiro, 2017; Ribeiro *et al.*, 2017).

Por outro lado, a utilização de combustíveis fósseis no cultivo e transporte de alimentos é outra grande agravante das crises ambientais, responsável pelo lançamento de GEE que contribui para a degradação do ambiente (Matuk, 2015). Através da queima de combustíveis fósseis, toneladas de CO₂ são lançadas para a atmosfera terrestre e absorvidos pelos mares e oceanos, promovendo a acidificação e o aumento da temperatura das águas e a morte de sistemas inteiros de corais, responsáveis pela manutenção da cadeia alimentar marinha, pondo em causa a biodiversidade (Freitas *et al.*, 2012).

Assim, torna-se imperativo desenvolver sistemas de produção de alimentos capazes de integrar, de forma equilibrada, aspetos económicos, sociais e ambientais, conduzindo a práticas de alimentação pautadas na sustentabilidade (Rodrigues *et al.*, 2018). Com base no conhecimento que a alimentação sustentável se preocupa com todo o ciclo de produção e consumo dos alimentos, desde a escolha do solo, o tipo de cultura, o consumo de água, o transporte, a sazonalidade, o comércio, até o pós-consumo, a geração de resíduos, o desperdício alimentar, entre outros (Morais, 2017; Ribeiro *et al.*, 2017). A alimentação sustentável procura, sobretudo, fomentar a equidade social, através de políticas públicas que visem a aproximação do pequeno produtor ao consumidor final, evitando as grandes redes de distribuição e venda de alimentos e fortalecendo, assim, a agricultura familiar e de pequena escala, beneficiando o ambiente e a sociedade (Ipea, 2014; Matuk, 2015; Ribeiro *et al.*, 2017). A introdução de sistemas agroflorestais equilibrados, a utilização de espaços urbanos vazios para produção de alimentos e a integração de processos de recolha seletiva, também fazem parte das políticas de sustentabilidade alimentar (Matuk, 2015; Valent, J. Z. *et al.*, 2017; Ribeiro *et al.*, 2017). Também o estímulo ao consumo de produtos locais e ao respeito da sazonalidade são outros contributos para uma alimentação mais sustentável.

Importa referir que a alimentação sustentável não se baseia num modelo único de produção e consumo, mas sim em modelos que têm em conta as correlações entre todo o ciclo dos alimentos, procurando integrar as técnicas já existentes e soluções de adaptação, inovação e desenvolvimento de novas tecnologias com foco em melhorar os processos de produção e consumo alimentar (Ipea, 2014).

A alimentação sustentável também influencia os índices de sustentabilidade, visto que 50% da Pegada Ecológica é calculada com base nos hábitos de consumo relacionados com a atividade alimentar (Henriques, 2019). Desta forma, ao repensar práticas diárias e consolidar atitudes em prol de uma alimentação mais sustentável, tenta-se reduzir a pressão sobre a capacidade de recarga de recursos naturais, melhorando o índice de biocapacidade da Terra (Siche *et al.*, 2007; Oliveira *et al.*, 2008).

Reconhecendo o impacto da alimentação no ambiente e na sociedade, a ONU incluiu a alimentação sustentável no âmbito das suas preocupações traduzidas nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030. De forma direta, isso evidencia-se nos ODS 2: *fome zero e agricultura sustentável* e ODS 12: *consumo e produção responsáveis*. Mas ao trabalhar o tema da AS contribuindo para a educação ambiental dos cidadãos, também se contribui para que sejam atingidos os ODS 3: *saúde e bem-estar*; ODS 13: *ação contra a mudança global do clima*; ODS 14: *vida na água* e ODS 15: *vida terrestre* (Nações Unidas, 2015).

A finalizar esta reflexão, partilha-se a opinião de Rodrigues *et al.* (2018) que consideram ser necessário incluir esta temática nos processos de educação formal e informal como forma de promover uma reflexão sobre hábitos, atitudes e comportamentos de consumo, visando formar cidadãos mais conscientes dos seus impactes no ambiente. As referidas autoras salientam que a educação ambiental é uma ferramenta que pode ser amplamente utilizada na promoção de reflexões sobre temas relacionados com o ambiente, através de ações que levem o indivíduo a refletir sobre a sua corresponsabilidade de consumo, promovendo o entendimento do mesmo para uma mudança de atitude frente ao ambiente (Rodrigues *et al.*, 2018). Assim, corroboramos a ideia de Spínola (2016) que refere que a educação ambiental deve ir além de promover o conhecimento de conceitos ambientais, mas sobretudo deve promover mudanças de atitudes e comportamentos, alcançando a literacia ambiental, ou seja, o conhecimento traduzido na prática diária das interrelações com o ambiente, conduzindo a uma alimentação mais sustentável.

CONCLUSÃO

Os hábitos de consumo alimentar mundial tornaram-se um grande problema socioambiental. Desta forma, a necessidade de uma revisão dos referenciais de consumo é imprescindível, devendo a discussão do tema alimentação sustentável estar presente na mesa de cada cidadão do mundo, pois só assim poderá surgir um novo padrão de consumo no que respeita aos hábitos alimentares.

Os sistemas educativos, nos diferentes níveis de ensino, devem ser promotores de discussões relacionadas com a alimentação sustentável, por possuírem um papel determinante na construção de conhecimentos e na promoção de atitudes e comportamentos dos cidadãos, contribuindo para disseminar a visão da corresponsabilidade do consumo. Devem, também, ser promotores dos ODS, contribuindo para a construção de políticas públicas e privadas mais sustentáveis.

Em particular, através da educação ambiental, pode pensar-se em estratégias que levem a uma maior consciencialização de cada indivíduo, para que se caminhe rumo a um consumo mais consciente, de forma que ao promover um amplo entendimento da sociedade sobre o ciclo dos alimentos se alcance uma alimentação mais sustentável.

Referências

- Amaral, P. S. (2013). *Análise do processo histórico da ocupação do território da Colônia Agrícola Lamarão no contexto do PAD-DF, sob o olhar da Segurança Alimentar e Nutricional com ênfase na produção agrícola*. Monografia. Brasília, Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade de Brasília.
- Assunção, G. M. (2019). A Gestão Ambiental rumo à economia circular: como o Brasil se apresenta nessa discussão. *Revista Eletrônica Sistemas & Gestão*, 14 (2), 223-231.
- Carvalho, S. C., Cartea, P. A. M., & Azeiteiro, U. M. (2017). A mediação de Equipamentos para a Educação Ambiental do Eixo-Atlântico na relação Comunidade-Dieta-Alterações Climáticas. *Revista Científica Galego-Lusófona de Educação Ambiental. ambientalMENTEsustentable*, I (23-24), 107-117.
- Cunha, A., Pinto, A. S., Correia, M. A., Cardoso, C., Reis, C. S., Godfray, C., Baldock, D., Duarte, F., Alvillez, F., Barros, H., Carmo, I., Ribeiro, I., Contreras, J., Santos, J. L., Domingo, J. L., Neto, L., Cabral, M. H., Graça, P., & Lang, T. (2013). *O futuro da alimentação: ambiente, saúde e economia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Espíndola, C. J. & Cunha, R. C. C. (2015). A dinâmica geoeconômica recente da cadeia produtiva da soja no Brasil e no mundo. *GeoTextos*, 11 (1), 217-238.
- Freitas, L. M., Oliveira, M. D. M. & Kikuchi, R. K. P. (2012). Os mecanismos de sobrevivência dos corais diante do impacto das mudanças climáticas sobre o ecossistema de recifes. *Cadernos de Geociências*, 9 (2), 142-156.
- Guerra, L. D. S., Cervato-Mancuso, A. M. & Bezerra, A. C. D. (2019). Alimentação: um direito humano em disputa - focos temáticos para compreensão e atuação em segurança alimentar e nutricional. *Ciência & saúde coletiva* [online]. 24, (9,) 3369-3394. Acedido em <https://doi.org/10.1590/1413-81232018249.20302017>.
- Henriques, G. (2019). Se o mundo vivesse como os portugueses, a Terra declarava “falência” este domingo. *Diário de Notícias*. Acedido em 28/12/2019 em <https://www.dn.pt/vida-e-futuro/se-o-mundo-vivesse-como-os-portugueses-a-terra-declarava-falencia-domingo-10940622.html>.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea (2014). *Políticas agroambientais e sustentabilidade: desafios, oportunidades e lições aprendidas*. Brasil: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Acedido em https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_politicasagroambientais.pdf.

- Intergovernmental Panel on Climate Change – IPCC (2019). *Special Report on the Ocean and Cryosphere in a Changing Climate (SROCC)*. Geneva: IPCC. Acedido em <https://www.ipcc.ch/srocc/home/>.
- Leitão, A. (2015). Economia circular: uma nova filosofia de gestão para o séc. XXI. *Portuguese Journal of Finance, Management and Accounting*, 1 (2), 149-171.
- Matuk, T. T. (2015). *Práticas alimentares (in) sustentáveis: participação, promoção da saúde e educação ambiental*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo.
- Morais, I. T. (2017). *Alimentação Saudável e Sustentável no contexto escolar infantil*. Monografia. Brasília: Faculdade UnB. Universidade de Brasília, Planaltina.
- Nações Unidas Brasil (2019). *FAO: reduzir desperdício de alimentos contribui para combate às mudanças climáticas*. Brasília: Nações Unidas. Acedido em <https://nacoesunidas.org/fao-reduzir-desperdicio-de-alimentos-contribui-para-combate-as-mudancas-climaticas/>.
- Oliveira, A. C., Maciel, L., Gonçalves, M., & Torre, M. A. (2008). Sustentabilidade na Educação Ambiental (para uma cidadania comprometida). In P. P. Simões, L. Silva & N. L. Silva (Coord.) *Livro de atas do I Congresso Viver Ambiente* (pp. 68-71), Braga: Universidade do Minho.
- Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO (2014). *Cadernos de trabalho sobre o direito à alimentação. O direito à alimentação no quadro internacional dos direitos humanos e nas Constituições*. Roma: FAO. Acedido em <http://www.fao.org/3/a-i3448o.pdf>.
- Organização das Nações Unidas (2015). *ONU: Países chegam a acordo sobre nova agenda de desenvolvimento pós-2015*. Paris: ONU. Acedido em <https://nacoesunidas.org/onu-paises-chegam-a-acordo-sobre-nova-agenda-de-desenvolvimento-pos-2015/>.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 100/2017, de 11 de julho (2017). *Estratégia Nacional de Educação Ambiental 2020*. Diário da República (1.ª série), N.º 132, pp. 3533-3550. Acedido em <https://enea.apambiente.pt/>.
- Ribeiro, H., Jaime, P. C., & Ventura, D. (2017). Alimentação e Sustentabilidade. *Estudos Avançados* 31 (89), 185-198.
- Rodrigues, M. J., Bergano, S., Gonçalves, A. & Martins, M. C. (2018). Saber, antes de comer: o contributo da alimentação sustentável para a consciência ecológica. In O. Santos, M. Oliveira, & N. Carvalho (Coord.). *Livro de Atas do III Congresso Internacional Educação, Ambiente e Desenvolvimento* (pp. 138-146). Leiria: OIKOS – Associação de Defesa do Ambiente e do Património da Região de Leiria.
- Sambuichi, R. H. R. et al. (2014). *Políticas Agroambientais e sustentabilidade. Políticas Agroambientais e sustentabilidade: desafios, oportunidades e lições aprendida*. Brasília: IPEA.
- Seiffert, M. E. B. (2011). *Gestão ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental*. São Paulo: Atlas.
- Siche, R., Agostinho, F., Ortega, E. & Romeiro, A. (2007). Índice versus indicadores: precisões conceituais na discussão da sustentabilidade de países. *Ambiente & Sociedade*, X (2) 137-148.
- Silva, V. P. R., Aleixo, D. O., Dantas Neto, J., Maracajá, K. F. B. & Araújo, L. E. (2013). Uma medida de sustentabilidade ambiental: Pegada hídrica. *Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental*, 17 (1) 100-105.
- Spínola, H. (2016). Literacia ambiental: um desafio à didática e a matética. Acedido em 25/09/2019 em <http://hdl.handle.net/10400.13/2088>.
- Valent, J. Z., Oliveira, L. & Valent, V. D. (2017). Agricultura urbana: o desenvolvimento de um projeto social. *DRd-Desenvolvimento Regional em debate*, 7 (2), 4-1.

Emoções no Namoro - A base de um relacionamento saudável

Emotions in dating- The basis of a healthy relationship

Tatiana Santos

Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
a37468@alunos.ipb.pt

Celeste Cruz Meirinho Antão

Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
celeste@ipb.pt

Resumo

As emoções são impulsos para o agir, planos instintivos para lidar com a vida. Esta revisão sistemática da literatura tem como objetivo refletir sobre o contributo das emoções numa relação amorosa, visto que para um relacionamento ser saudável é importante aprender a exprimir tudo o que sentimos de forma correta, sem nos anular nem ir contra aquilo em que acreditamos. O contributo do amor próprio é notório durante um namoro, se não nos amarmos a nós próprios nem conhecermos o nosso Eu, não seremos capazes de amar o outro. A separação entre o saudável e o patológico é feita por uma linha ténue e cabe-nos conhecer e saber quando ultrapassamos essa mesma linha, para que possamos avançar ou recuar de acordo com as diferentes situações.

Palavras-chave: *emoções, namoro, relacionamento saudável, amor-próprio, relacionamento patológico*

Abstract

Emotions are impulses to act, instinctive plans to deal with life. This systematic review of the literature aims to reflect on the contribution of emotions in a romantic relationship, since for a relationship to be healthy it is important to learn to express everything we feel correctly, without erasing ourselves or going against what we believe. The contribution of self-love is notorious during courtship, if we do not love ourselves or know our Self, we will not be able to love the other. The separation between the healthy and the pathological is marked by a thin line, it is up to us to know it and to know when we overcome it in order to progress or regress in several situations.

Keywords: *emotions, dating, healthy relationship, self-love, pathological relationship*

INTRODUÇÃO

O estudo das emoções tem sido o ponto de partida para a compreensão do ser humano em diferentes contextos.

As emoções resultam de um conjunto de reações químicas e neuronais de origem biológica e dependem de mecanismos cerebrais que regulam o funcionamento humano. São elas que ativam o juízo moral, quer voluntário quer involuntário, das ameaças e oportunidades com que nos confrontamos (Damásio, 1999).

As emoções resultam da interação entre o sujeito e o contexto e contribuem para o desenvolvimento de competências cognitivas e sociais, possibilitando a regulação e a adaptação perante diversas situações. Trata-se de um mecanismo que influencia diferentes processos como a motivação, o desempenho, a resolução de conflitos, a tomada de decisão e a eficácia profissional. Contribuem positivamente para o estabelecimento e manutenção das relações interpessoais, através da sua identificação e compreensão em si e nos outros, e são indispensáveis à sobrevivência do ser humano e ao equilíbrio psíquico e físico (Nunes-Valente & Monteiro, 2016).

EMOÇÃO, AMOR, ATRAÇÃO E PAIXÃO - QUAL A DIFERENÇA?

A emoção, como já referido, é fundamental nas interações recorrentes do ser humano. Atualmente, reconhece-se que as emoções não são definidas como uma reação única, mas como um processo que envolve múltiplas variáveis (Miguel, 2015). A educação emocional é entendida como um processo de formação humana que envolve as dimensões física, vital, mental, emocional e espiritual do indivíduo, a partir da mobilização de diferentes emoções, de forma a viver melhor, tendo como base a solidariedade, a reciprocidade, a responsabilidade e a integridade (Possebon, 2018).

Investir na educação emocional é fundamental, já que esta pretende educar o afeto, ou seja, partilhar conhecimentos teóricos e práticos sobre as emoções (Bisquerra, 2000). Nesta perspetiva assume-se o autoconhecimento como algo a que devemos aspirar como seres em desenvolvimento. É, portanto, este conhecimento pessoal que nos permite balizar quais os nossos pontos fortes e quais os nossos pontos fracos. Depois do conhecimento das próprias emoções é importante também conseguir regulá-las.

Rolston e lloyd-richardson salientam que a satisfação das necessidades físicas, o envolvimento em atividades que criam sentimento de realização e fazer algo positivo todos os dias pode levar a uma sensação de realização e satisfação, na medida que as coisas que nos trazem alegria diminuem os humores negativos e aumentam os humores positivos.

É mais fácil mudar os pensamentos que mudar sentimentos; é mais fácil avaliar o que se está a pensar do que o que está a causar determinada emoção. Torna-se importante questionar com frequência o que realmente está subjacente e desencadeia estas reações, nomeadamente compreender porque reagimos desta ou daquela forma, qual o pior ou melhor que pode acontecer e que repercussões terá amanhã, na próxima semana ou no próximo mês.

Embora, por vezes, confundidos, amor, atração e paixão são coisas totalmente distintas, mas interligados, não podendo haver amor sem paixão, nem paixão sem atração (Almeida & Lomônaco, 2018).

Não existindo uma definição concreta de Amor, pois cada um percebe-o de forma diferente, para Almeida e Lomônaco (2018), o amor implica sempre o estabelecimento de um vínculo com alguém que seja capaz de receber este comportamento amoroso e que seja capaz também de o enviar de volta, de forma a manter a motivação de ambos. Pode ser, ainda, entendido como alteridade, e requer capacidade para respeitarmos as crenças e diferenças do outro (Bittencourt, 2014). O amor experiencia uma emoção agradável que conduz a um estado de tranquilidade e permite o acesso a uma relação feliz e saudável entre duas pessoas (Lino, 2009).

Amar é abrir um espaço de interações recorrentes com o outro, no qual a sua presença é legítima, sem exigências (Maturano, 2002). Já a paixão caracteriza-se pelo turbilhão emocional e sexual entre duas pessoas (Gomes, 2004). Daqui decorre que estar apaixonado é então sentir excesso de admiração pelo outro, onde tudo fascina e faz vibrar. Junto com a paixão vem a atração, tanto física como psicológica, um desejo forte de querer estar e conhecer a outra pessoa. Embora semelhantes, são conceitos diferentes que influenciam a forma como agimos sobre determinada situação, sendo que quando amamos alguém tendemos a ser mais tolerantes do que quando estamos apenas apaixonados, visto que neste último caso, acabamos por ser mais impulsivos perante uma situação de perigo (Gomes, 2004).

IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO

É através da comunicação que as pessoas se conhecem e se dão a conhecer. Comunicar faz parte da vida social humana e é essencial na manutenção de laços. Comunicar significa utilizar conceitos, geralmente expressos mediante palavras (Bisquerra, 2000).

Num relacionamento é tão importante saber comunicar como saber ouvir, para que se encontre um equilíbrio. É importante que saibamos dizer tudo aquilo que nos incomoda, sem que para isso tenhamos de magoar o recetor da mensagem, sendo que é igualmente importante não deixar de o fazer com medo de ferir os sentimentos do outro, acabando por encobrir os nossos, caso contrário levará à frustração e infelicidade, podendo colocar em causa o relacionamento (Figueiredo, 2005).

Para uma comunicação ser eficaz é necessário que o outro entenda a mensagem que estamos a querer transmitir e que a resposta vá ao encontro do que foi referido (Figueiredo, 2005), devendo assim, tanto o emissor como o recetor, apresentarem as ideias de forma assertiva, mas não agressiva, estando dispostos a ouvir, pois caso contrário pode levar ao efeito inverso e gerar discórdia, raiva e desentendimento (Baucom & Epstein, 1990). Nesta linha de pensamento depreende-se que é importante perceber não só as palavras como as atitudes (comunicação não verbal), através da observação e das emoções.

Figueiredo (2005) salienta a importância de o nosso parceiro saber e perceber como nos sentimos, e não devemos, nunca, impedir que ele nos “leia” e codifique. Daqui decorre que havendo comunicação há transparência e a transparência traz verdade. Este autor salienta ainda a ideia de que não devemos nunca submeter-nos a algo que não vai ao encontro dos nossos ideais só para agradar a alguém.

AMOR-PRÓPRIO, ANTES DE AMAR O OUTRO

O amor-próprio é a base do autoconhecimento e de autoaceitação. Aceitarmo-nos, respeitarmo-nos e conhecer os nossos limites permite relacionarmo-nos com outras pessoas (Ditch the Label, 2020). Antes de conseguir amar alguém é importante fazer uma pausa para aprendermos a amarmo-nos a nós próprios, segundo o tempo individual de cada um. É importante conhecer os nossos gostos, expressarmo-nos sem medo do que os outros vão pensar e não nos compararmos a ninguém, pois cada um de nós é único. Eventos do passado, fraquezas ou desilusões fazem com que, por vezes, nos coloquemos em questão. Olhar-se ao espelho e gostar da imagem que vê, não apenas fisicamente, mas para além disso, é essencial para conseguir estar numa relação e fazer com que esta perdure (Ditch the Label, 2020).

É, portanto, estar convicto do que queremos e onde desejamos chegar, transformando o passado em aprendizagem e não o recordar de forma negativa. Num relacionamento é natural sentir vontade de realizar tudo o que o outro quer, e não há nada de errado nisso desde que não vá contra os nossos princípios e contra aquilo que acreditamos ser correto. Fazendo isto, já nos estaremos a anular para agradar ao outro, entrando num ciclo vicioso que conduzirá ao desgaste da relação. Nenhum membro do casal terá de ter dominância, ambos deverão estar na mesma frequência e encontrar um equilíbrio para que ambos fiquem satisfeitos. A estabilidade emocional suficiente não se adquire de um dia para o outro, uma vez que a construção de amor-próprio é um processo lento e o seu sucesso só depende de cada um de nós e para isso é

necessário afastarmo-nos das pessoas que não nos permitem sermos nós próprios e aproximarmo-nos daquelas que nos dão asas e nos permitem expressarmo-nos (Ditch the Label, 2020).

COMO SABER SE ESTAMOS COM A PESSOA CERTA?

Encontrar a “tal” pessoa certa é o desejo de todos nós e, muitas vezes, perguntamo-nos se estaremos com ela ou, simplesmente, como e quando a vamos encontrar.

É importante saber ouvir o nosso corpo e não apenas a nossa mente. Por vezes, idealizamos uma pessoa com base no que pensamos ou sonhamos e não de acordo com aquilo que sentimos. Por vezes, pensamos encontrar o verdadeiro amor porque a pessoa cumpre as expectativas idealizadas pela nossa mente e é aqui que está o erro. É importante não ter medo de arriscar e permitir que a outra pessoa nos conheça, como revelar um segredo íntimo e observar a reação dela, se mostra interesse ou, pelo contrário, se se mostra desinteressada. Num relacionamento amoroso aproximam-se dois mundos completamente diferentes, com sinergias diferentes. Um relacionamento, seja ele de que tipo for, deve-nos fazer sentir felizes, leves e libertos e é isso que devemos procurar numa pessoa. Pelo exposto, a pessoa certa deve-nos fazer sentir livres para sermos nós próprios, deve-nos deixar vestir o que queremos, sem julgamentos, ouvir as nossas queixas sem estar na defensiva e, sobretudo, respeitar as nossas fraquezas (Helpguidorg International, 2020).

DO SAUDÁVEL AO PATOLÓGICO

O que é saudável e o que é patológico num relacionamento é separado por uma linha ténue e nem sempre fácil de distinguir (Soraia Rodrigues, 2009). O ser humano tem mais conhecimento da depressão do que da mania, ou seja, sempre se preocupou mais com a falta de amor do que com o excesso dele, apesar de este último ser, também, um problema (Riso, 2008). A patologia surge quando se ama de forma a superar uma deficiência do nosso Eu, isto é, quando não nos sentimos felizes sozinhos, procuramos em alguém essa felicidade. Passamos a acreditar que só somos amados porque precisamos do outro (Sophia, 2008). O amor patológico está associado a dependência emocional, ou seja, a pessoa fica dependente da outra, é submisso e tudo o que faz é para não a perder. É aquele que, num relacionamento amoroso, se caracteriza pelo

comportamento onde se prestam cuidados e atenção ao parceiro, de forma repetitiva e desprovida de controle (Sophia *et al.*, 2005).

Por um lado, o facto de vivermos para o nosso companheiro destrói a possibilidade do nosso crescimento interior (Riso, 2008). Nem sempre é fácil aceitar que se tem um problema, mas é o primeiro passo para procurar ajuda e evoluir. Por outro lado, também não é fácil viver num mundo onde as pessoas desejam viver aos pares e o medo da aceitação social após se desprender de uma relação, mesmo que patológica, sobressai (Barcelos, 1993).

CONCLUSÃO

Se as emoções nos definem perante a forma como agimos, é de extrema importância realçar o seu contributo numa relação. Expressar aquilo que sentimos nem sempre é fácil e fazê-lo de forma errada acaba por condicionar não só a nossa relação com os outros como, também, a relação com o nosso Eu. Um relacionamento saudável é, portanto, aquele onde podemos ser nós próprios sem anular o outro e vice-versa, defender os nossos ideais e aceitar os do outro. Sentir ódio, ira, angústia e frustração são indícios de que ultrapassamos a barreira do considerado saudável e saber como evitar isto é crucial para salvar um relacionamento em vias de desmoronar.

Nesta pesquisa ficou evidente a importância das emoções nas relações interpessoais no geral e no contexto do namoro em particular. A capacidade de regular as emoções é uma competência importante a desenvolver, pois ninguém nasce a saber agir e, quanto mais saudável se for emocionalmente, maior a probabilidade do sucesso de uma relação.

Referências

- Abigail Rolston, B.A. & lloyd-richardson, E. (s/d). *What is emotion regulation and how do we do it?* Acedido em 13/03/2020 em <http://www.selfinjury.bctr.cornell.edu/perch/resources/what-is-emotion-regulationsinfo-brief.pdf>
- Almeida, T. & Lomônaco, J. F. B. (2018). *O conceito de amor: um estudo exploratório com participantes brasileiros*. São Carlos: Pedro & João.
- Barcelos, C. (1993). *Criando sua liberdade - Amor sem dependência*. São Paulo: Gente.
- Baucom, D. H. & Epstein, N. (1990). *Cognitive Behavioral Marital Therapy*. New York: Brunner/Mazel.
- Bisquerra, R. (2000). *Educación emocional y bienestar*. Barcelona: Praxis, 2000.
- Bittencourt, R. N. (2014). *O amor coisificado pela sociedade de consumo e suas implicações nas relações humanas*. Revista EDUC Faculdade de Duque de Caxias, v. 1, n. 1, n. 65-81.

- Damásio, A. (1999). *O sentimento de si. Mem Martins*: Publicações Europa-América.
- Ditch the Label. (2020). *How to Embrace and Be Yourself – A Short Guide*, acessado em 01/06/2020 em https://www.ditchthelabel.org/how-to-embrace-yourself/?gclid=EAIaIQobChMIj9Tb_MfR6gIVCLrtCh2olA49EAAAYASAAEgLPk_D_BwE
- Figueiredo, P. V. (2005). *A Influência do Locus de Controle Conjugal, das Habilidades Sociais Conjugais e da Comunicação na Satisfação com o Casamento*. Ciências e Cognição, 6, 123-132.
- Goleman, D. (1999). *Trabalhando com a Inteligência Emocional*. Si/D. Ed.
- Gomes, F. (2004) *Paixão, amor e sexo*. 1ª ed, Lisboa: Dom Quixote.
- Helpguidorg International (2020). Emotional Intelligence in Love and Relationships, acessado em 20/01/2020 em <https://www.helpguide.org/articles/mental-health/emotional-intelligence-love-relationships.htm?pdf=26078>
- Lino, T. L. (2009). A patologia do amor - da paixão à psicopatologia, acessado em 01/12/2020 em <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0146.pdf>
- Maturano, H. (2002). *Emoções e linguagem na educação e na política*, acessado em 25/01/2020 em <http://fvcb.com.br/site/wp-content/uploads/2016/07/Emo%C3%A7%C3%B5es-e-Linguagem-na-Educa%C3%A7%C3%A3o-e-na-Pol%C3%ADtica.pdf>
- Miguel, F.K. (2015). Psychology of emotions: an integrative proposal to understand emotional expression. *Psico USF*. 20(1), p.153-62. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-82712015200114>
- Nunes-Valente, M., & Monteiro, A. P. (2016). *Inteligência emocional em contexto escolar*. *Revista Eletrônica de Educação e Psicologia*, 7, 1-11.
- Possebon, E. G. (2018). *Educação emocional: aplicações*. João Pessoa: Libellus Editorial.
- Riso, W. (2008). *Amar ou depender? Como superar a dependência afetiva e fazer do amor uma experiência plena e saudável*. Porto Alegre, RS: L&PM.
- Rodrigues, S. (2009). *Amor com Dependência: Um olhar sobre a teoria do Apego*. Acessado em 19/07/2020 em <file:///C:/Users/Administrador/Desktop/Emo%C3%A7%C3%B5es%20no%20Namoro/4.%20Depend%C3%Aancia%20no%20namoro.pdf>
- Sophia, E. C. (2008). *Amor patológico: aspetos clínicos e de personalidade*. 130 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- Sophia, E. C., Tavares H. & Zilberman, M. L. (2005). Amor patológico: um novo transtorno psiquiátrico? *Rev Bras Psiquiatr*, acessado em 01/12/2020 em <https://www.scielo.br/pdf/rbp/nahead/ahead1c.pdf>

Impacto do crescimento económico e emissões de CO₂ no turismo internacional de Portugal

Impact of economic growth and CO₂ emissions on international tourism in Portugal

Victor Magalhães Machado

Universidade da Beira Interior, Portugal

victor.magalhaes.machado@ubi.pt

Gustavo Enrico Lima Rodrigues

Universidade da Beira Interior, Portugal

gustavo.rodrigues@ubi.pt

Matheus Belucio

Universidade de Évora, Portugal

matheus.belucio@hotmail.com

Resumo

O crescimento económico como impulsionador do turismo é tema de diversas investigações académicas. O turismo é influenciado por diversos fatores internos e externos, e compreender esses determinantes pode contribuir para uma tomada de decisão mais assertiva dos agentes envolvidos com o setor do turismo. O objetivo deste artigo foi identificar o impacto do ambiente e da situação económica no turismo internacional de Portugal. Os resultados foram obtidos através de um modelo econométrico Autorregressivo de Desfasamento Distribuído. Foi verificado que a taxa de crescimento económico impacta positivamente as chegadas internacionais nos curto e longo prazos. Além disso, os efeitos das emissões de dióxido de carbono influenciam as chegadas internacionais negativamente no longo prazo, indicando que, se os impactos ambientais não diminuírem, o setor do turismo será prejudicado. Com base nos resultados desta investigação, os formuladores de políticas públicas e agentes do setor do turismo são diretamente beneficiados por obterem base empírica para auxiliar as ações de suas funções.

Palavras-chave: *turismo, crescimento económico, CO₂, Portugal, chegadas internacionais*

Abstract

Economic growth as a driver of tourism is the subject of several academic investigations. Tourism is influenced by several internal and external factors, and understanding these determinants can contribute to more assertive decision-making by the agents involved with the tourism sector. The objective of this article was to identify the impact of the environment and the economic situation on international tourism in Portugal. The results were obtained through an Autoregressive Distributed Lag econometric model. It was found that the rate of economic growth positively impacts international arrivals in the short and long-run. In addition, the effects of carbon dioxide emissions influence international arrivals negatively in the long-run, indicating that if environmental impacts do not diminish, the tourism sector will suffer. Based on the results of this investigation, public policy-makers and agents in the tourism sector are directly benefited by obtaining an empirical basis to assist their actions.

Keywords: *tourism, economic growth, CO₂, Portugal, international arrivals*

INTRODUÇÃO

Existem duas vias da relação entre a economia e o turismo. A primeira via é que a situação económica favorável pode aumentar a demanda turística, corroborado por Tang & Jang (2009). Há outra possibilidade, que é o aumento do turismo como impulsionador do crescimento económico (Ohlan, 2017). O setor do turismo pode demandar um investimento considerado moderado e ter um impacto rápido e até instantâneo na economia (Soukiazis & Proença, 2008). Por outro lado, a capacidade da economia nacional de se beneficiar do turismo depende da disponibilidade de investimento para desenvolver a infraestrutura necessária (Andraz & Rodrigues, 2016), a fim de que tenha capacidade de fornecer os serviços de que o turista necessita, sendo o turismo promotor de forma direta e indireta de outros setores económicos, como transporte, hotelaria ou varejo (Mayer & Vogt, 2016), e, portanto, um setor potencial de criação de emprego. Por conseguinte, existem fortes ligações entre o turismo e outros setores de infraestruturas e serviços.

Por outro lado, geralmente, uma melhor situação económica é reflexo de mais produção industrial e costuma estar relacionada ao aumento das emissões de dióxido de carbono (CO₂). Os resultados do desenvolvimento económico podem atrair mais turistas, pois as cidades se desenvolvem e se tornam mais atrativas, entretanto, o aumento da poluição causa alterações climáticas (Koçak *et al.*, 2020) e pode-se tornar uma externalidade negativa para o setor do turismo. Segundo Gössling & Peeters (2015), o setor do turismo atende a quase todas as necessidades de energia com recursos fósseis, como petróleo, gás natural e carvão. No entanto, a literatura atual não é consensual sobre as evidências estatísticas satisfatórias do impacto do turismo nas emissões de dióxido de carbono (Nepal *et al.*, 2019).

A delimitação do objetivo deste estudo foi identificar o impacto do ambiente e da situação económica no turismo internacional de Portugal. Dada a importância do turismo para a economia portuguesa, foram elaboradas duas hipóteses para esse estudo. A primeira hipótese é que a taxa de crescimento económico impacta o número de chegadas internacionais positivamente. Desta forma, se confirma a hipótese de turismo sustentado pelo crescimento económico. A segunda hipótese desta investigação é que o impacto ambiental medido pelas emissões de CO₂ prejudica o turismo português.

A primeira secção desta investigação apresenta a introdução, o remanescente está organizado da seguinte forma: a secção seguinte apresenta um breve relato da história do turismo em Portugal. De seguida, serão apresentados aspetos importantes da economia do turismo. Na sequência, a próxima secção descreve os dados e o método usados no estudo. Os resultados são apresentados na secção seguinte. Por fim, na última secção são tecidas as conclusões.

A HISTÓRIA DO TURISMO EM PORTUGAL

Sintetizando a ideia do livro “Economia e política do turismo”, de Cunha (1997), o interesse português para o desenvolvimento de uma indústria turística despertou-se logo cedo (em meados dos anos 1900). Porém, para o autor, algumas atitudes políticas regentes da época, que protegiam o isolacionismo internacional, junto com o atraso nos meios de transporte e comunicação, aliados de uma falta de agentes privados atuando no mercado, atrapalharam os pontos positivos vigentes da época, que eram o elevado grau de competitividade em termos de preço, a hospitalidade do povo português, junto com a peculiaridade de sua cultura (Cunha, 1997).

O autor dividiu o desenvolvimento do turismo em quatro fases, sendo a primeira de 1900 a 1950. Neste momento, temos a primeira organização estatal responsável pelo desenvolvimento na área, no ano de 1911 com a criação da Repartição do Turismo. Além disso, a organização e ordenação de estudos sobre o turismo eram importantes. Novas formulações sobre as políticas económicas para o setor hoteleiro também surgiram (Cunha, 1997). Porém, a má administração dos novos fomentos para a área turística, junto com a Primeira Guerra Mundial, levou a uma quebra sobre as expectativas estimuladas para este setor (Cunha, 1997). Na segunda fase do desenvolvimento (1950 a 1963), o turismo era visto como uma indústria e não como divertimento. Portugal, então, começa a tomar medidas legislativas para uma readaptação do mercado interno, mesmo que essa ocorra de forma lenta e gradual (Cunha, 1997). Na terceira fase do desenvolvimento do turismo (1963 a 1973) surge em 1964 pela primeira vez uma visita anual de turistas que supera um milhão de visitantes e novos locais de atração estavam surgindo (Cunha, 1997). A quarta fase do turismo de Portugal foi marcada por uma série de crises (exemplo: crise energética, crise económica, elevada taxa de inflação, os primeiros desequilíbrios ecológicos, os novos comportamentos dos consumidores, alterações económicas, sociais e políticas da revolução de 25 de Abril) (Cunha, 1997).

Contemporaneamente, é possível perceber a influência que o turismo tem sobre a geração de riqueza para Portugal. Segundo Bento (2016), a indústria do turismo portuguesa tinha uma contribuição de 8 milhões de visitantes estrangeiros a cada ano. No ano de 2019, o relatório de competitividade das viagens e turismo classificou Portugal como o 12.º país mais competitivo do mundo no turismo (TravelBI, 2019). Além disso, Portugal é reconhecido com diversos prémios do setor do turismo, por exemplo, em 2019, o país foi eleito o melhor destino turístico do mundo e teve reconhecimento de melhor organização do turismo (Belucio *et al.*, 2020).

No ano de 2019, foi estimado que o número de chegadas a Portugal de turistas não residentes tenha alcançado 24,6 milhões de pessoas, representando um crescimento de 7,9% face ao ano

anterior (INE, 2020). Segundo o WTTC (2020), 16,5% do total da economia portuguesa no ano de 2019 foi contributo do setor do turismo, 18,6% dos empregos eram da responsabilidade do setor do turismo, além de ser o terceiro setor com o maior impacto na economia portuguesa atrás apenas do setor dos serviços financeiros (1.º) e varejo (2.º). Desta forma, é possível afirmar que o setor do turismo tem importância fulcral para a economia portuguesa.

A ECONOMIA DO TURISMO E O AMBIENTE

Um dos primeiros estudos que confirmou empiricamente a hipótese do crescimento económico sustentado pelo turismo foi o de Balaguer & Cantavella-Jordá (2002). Seus resultados indicaram que, nas três décadas anteriores ao estudo, o crescimento económico de Espanha havia sido sensível à expansão do turismo.

Diversos autores tentam desvendar a causalidade entre o turismo e a economia (Fonseca & Sánchez-Rivero, 2020; Nunkoo *et al.*, 2020; Comerio & Strozzi, 2019; Chingarande & Saayman, 2018). Alguns autores afirmam que o turismo leva ao crescimento económico, como é o caso do México, segundo Shahzad *et al.* (2017). Por outro lado, outros autores sustentam que é o crescimento económico que estimula o crescimento do turismo, como é o caso da Grécia (Antonakakis *et al.*, 2015). Existem também resultados que implicam na relação de bidirecionalidade, isto é, o turismo e o crescimento económico exercem influência entre si (Rivera, 2017). Por fim, há estudos que evidenciam que o turismo e o crescimento económico são neutros, por exemplo, para a Bósnia Herzegovina (Tugcu, 2014).

Para o caso de Portugal, Bento (2016) utilizou a análise de série temporal com dados trimestrais (de 1995 a 2015), para testar as hipóteses de crescimento sustentado pelo turismo. Através de seus resultados, o autor revela que o turismo impulsiona o crescimento da economia portuguesa e sugere que os *decisions makers* devem prestar mais atenção nos turistas domésticos para além dos turistas internacionais (Bento, 2016).

Relacionando o turismo com o ambiente, Lenzen *et al.* (2018) mostram que o setor do turismo é responsável por cerca de 8% das emissões globais de gases causadores do efeito estufa. Além disso, especialmente, nos últimos anos, as viagens aéreas têm crescido mais rapidamente do que outros tipos de transporte, aumentando, assim, a contribuição do setor de aviação para as emissões globais de CO₂ (Gössling *et al.*, 2015). Destacam-se dois segmentos principais que justificam o aumento dessas emissões no setor do turismo. O primeiro consiste na utilização de CO₂ como fonte de energia para o funcionamento do conjunto de infraestruturas do setor

(Gössling & Peeters, 2015). O segundo diz respeito à modificação do solo, acarretada pelo processo de desenvolvimento das infraestruturas do setor do turismo que contribui para a liberação de gases do efeito estufa (Sharif *et al.*, 2017).

Relativamente à análise entre a degradação ambiental e o desenvolvimento do turismo, Raza *et al.* (2017) utilizaram o número de chegadas internacionais e as emissões de CO₂ para explicação do fenómeno nos Estados Unidos. O estudo utilizou como metodologia a decomposição de séries temporais em diferentes frequências temporais e concluiu que a chegada de turistas tem efeito positivo significativo nas emissões de CO₂.

O setor do turismo tem sido fundamental no desenvolvimento económico de países desenvolvidos e subdesenvolvidos (Cannonier & Burke, 2019; Paramati *et al.*, 2017). O setor do turismo atua e desenvolve a economia de países na criação de emprego e facilita o acesso a divisas e financiamento externo (Zaman *et al.*, 2017). O impacto deste setor para a economia mundial antes da crise pandémica da COVID-19 correspondia a 8,9 trilhões de dólares de contribuição para o Produto Interno Bruto (PIB) e era responsável por 330 milhões de empregos (WTTC, 2020).

Dada a importância económica do setor de turismo (Brida *et al.*, 2020; Zhang & Cheng, 2019; Wu *et al.*, 2016), a estimativa de sua contribuição para as emissões de CO₂ é importante para o desenho de políticas de turismo sustentável (Bella, 2018), visto que é afetado negativamente pelo aquecimento global e pelas mudanças climáticas. Scott *et al.* (2012) afirmam que as alterações no clima afetam as atividades turísticas, pois influenciam na escolha de destinos e satisfação da experiência dos turistas.

Os impactos da poluição e do aquecimento global foram duas das questões mais importantes nas últimas décadas e as emissões de CO₂ foram citadas como uma das principais causas desses problemas (Gökmenoğlu & Taspınar, 2016; Neves *et al.*, 2020; Balado-Naves *et al.*, 2018). Entretanto, a demanda dos países por energia de combustível fóssil tem sido intensa, pois esta fonte de energia é mais disponível do que outras, além de ser de fácil acesso (Bilgili *et al.*, 2016). Segundo Kaygusuz (2012), as fontes de energia de combustíveis fósseis atenderam a 80% da demanda de energia no mundo em 2008 e vão compensar 78% da demanda global em 2030.

A poluição do ar, causada, principalmente, pelo uso de CO₂, afeta diretamente a economia, a política e o desenvolvimento social e geopolítico (Bilgili *et al.*, 2016). Os danos causados pela emissão de CO₂ levantam cada vez mais preocupações aos governos, exigindo medidas de controle, a fim de proteger o meio ambiente, que vem sendo explorado de maneira insustentável, sobretudo nos últimos anos. Os países por todo mundo buscam melhorar os seus indicadores

sociais e económicos, a fim de promover uma melhor qualidade de vida para seus habitantes e adquirir maior soberania. Contudo, quanto maior é o crescimento económico do país, mais CO₂ este produz (Cetin *et al.*, 2018).

DADOS E MÉTODO

As variáveis selecionadas foram: as chegadas internacionais (ARRI), os dados correspondem ao número de turistas que viajam para um país diferente daquele em que têm sua residência habitual, expressos em número total de pessoas; a taxa de crescimento do PIB de Portugal (PIB_CRESC) correspondem à taxa de crescimento percentual do PIB a preços de mercado com base na moeda local constante; e as emissões de CO₂, que correspondem ao milhão de toneladas de CO₂ emitidas.

Faz-se saber que os dados estatísticos utilizados neste estudo são anuais e contemplaram o horizonte temporal de 1995 a 2018 sem quebras na série, além disso as variáveis ARRI e PIB_CRESC foram obtidos na base World Bank e o CO₂ foi obtido na BP Statistical, na revisão dos dados de energia global de junho de 2019. Na Tabela 1, é apresentado a estatística descritiva das variáveis.

Tabela 1 – Estatística Descritiva.

	LARRI	PIB_CRESC	LCO ₂
<i>Mean</i>	15,77008	1,500621	4,030788
<i>Median</i>	15,67085	1,790391	4,045632
<i>Maximum</i>	16,59966	4,807963	4,175937
<i>Minimum</i>	15,33437	-4,057294	3,897425
<i>Std. Dev.</i>	0,374484	2,341391	0,088628
<i>Skewness</i>	0,993739	-0,719012	0,033358
<i>Kurtosis</i>	2,842745	2,919976	1,662221
Jarque-Bera	3,974801	2,074319	1,794104
<i>Probability</i>	0,137051	0,354460	0,407770
<i>Sum</i>	378,4819	36,01491	96,73891
<i>Sum Sq. Dev.</i>	3,225477	126,0886	0,180663
Observações	24	24	24

Nota: L significa logaritmo natural.

Após a análise das estatísticas descritivas, procedeu-se à elaboração de pré-testes econométricos que asseguram que os resultados do modelo são robustos. Seguiu-se as recomendações do manual elaborado por Fuinhas *et al.* (2019).

A seguir, na Tabela 2, será apresentada a estatística *Variance Inflation Factor* (VIF). A média da análise em nível é 1,03 e, nas primeiras diferenças, a média foi de 1,00. Com esses valores, aceita-se que os dados não têm problemas de multicolineariedade.

Tabela 2 – VIF.

Variável	Coefficient Variance	Uncentered VIF	Centered VIF
PIB_CRESC	0,001115	1,474815	1,032331
LCO ₂	0,777847	2229,161	1,032331
DPIB_CRESC	3,21E-05	1,00522	1,003660
DLCO ₂	0,043973	1,003901	1,003660

Nota: As variáveis dependentes no teste LARRI e DLARRI; D e L significam primeira diferença e logaritmo natural, respetivamente.

De seguinte, será apresentada a matriz de correlações (Tabela 3). Após a análise da matriz de correlações, pode-se afirmar que não há correlação entre as variáveis, pois nenhum dos valores é preocupante (valores absolutos inferiores a 0,8 são considerados dentro da normalidade).

Tabela 3 – Matriz de Correlações.

	LARRI	PIB_CRESC	LCO ₂
LARRI	1	-0,12591	-0,33018
PIB_CRESC	-0,12591	1	0,176971
LCO ₂	-0,33018	0,176971	1
	DLARRI	DPIB_CRESC	DLCO ₂
DLARRI	1	0,596918	0,189986
DPIB_CRESC	0,596918	1	-0,06039
DLCO ₂	0,189986	-0,06039	1

Nota: D e L significam primeira diferença e logaritmo natural, respetivamente.

Na Tabela 4, apresentam-se os testes de raízes unitárias (ADF e PP) e estacionariedade (KPSS). Após a análise dos testes, verifica-se que nenhuma variável é de ordem de integração I(2), ou seja, todas as variáveis são de ordem de integração I(0) ou I(1). Desta forma, conclui-se que todas as variáveis são estacionárias após as primeiras diferenças. Por esse motivo, será utilizado o modelo ARDL robusto a variáveis I(0) e I(1).

Tabela 4 – Teste de Raízes Unitárias.

Variáveis		Em nível			Em primeiras diferenças		
		ADF	PP	KPSS	ADF	PP	KPSS
LCO ₂	τ	-1,868709(0,6377) [0]	-1,878873(0,6326) [1]	0,121175 [3] *	-4,551478(0,0079) [0]	-4,551478(0,0079) [0]	0,108652 [1]
	μ	-1,536026(0,4980) [0]	-1,570564(0,4810) [1]	0,234987 [3]	-4,532930(0,0018) [0]	-4,533574(0,0018) [1]	0,145785 [0]
	n	0,039929(0,6854) [0]	0,039929(0,6854) [0]	N.A.	-4,629132(0,0001) [0]	-4,629581(0,0001) [1]	N.A.
LARRI	τ	-0,168231(0,9897) [0]	-0,231140(0,9878) [1]	0,165836 [3] **	-4,036012(0,0228) [0]	-4,035282(0,0228) [1]	0,100691 [1]
	μ	2,081501(0,9998) [0]	2,073852(0,9998) [1]	0,645579 [3] **	-3,502418(0,0179) [0]	-3,554645(0,0160) [2]	0,410575 [2]**
	n	3,934431(0,9999) [0]	3,211714(0,9991) [2]	N.A.	-2,384892(0,0196) [0]	-2,324927(0,0225) [2]	N.A.
PIB_CRESC	τ	-2,338337(0,3989) [0]	-2,256927(0,4388) [2]	0,154974 [2] **	-5,011283(0,0033) [1]	-9,382843(0,0000) [14]	0,454489 [20]***
	μ	-2,425196(0,1462) [0]	-2,326933(0,1725) [2]	0,317239 [3]	-5,848360(0,0001) [0]	-6,599366(0,0000) [7]	0,500000 [22] **
	n	-2,152750(0,0328) [0]	-2,069310(0,0394) [4]	N.A.	-5,988899(0,0000) [0]	-6,650371(0,0000) [6]	N.A.

Notas: Em () a probabilidade estatística; Em [] os números de desfasamentos; μ significa Constante; τ significa Constante e Tendência; n significa nenhuma opção; N.A. significa não aplicável; *, **,*** significa 10%, 5% e 1%, respetivamente; L significa logaritmo natural.

RESULTADOS

Após os resultados dos pré-testes, procedeu-se à realização do modelo ARDL. Os resultados (Tabela 5) revelam que as variáveis são estatisticamente significantes no curto prazo e no longo prazo. Além disso, foi gerada uma variável *dummy* (D_2010), com o intuito de corrigir um choque detetado no ano de 2010, possivelmente, causado pelo pós-crise financeira do *Subprime*.

Tabela 5 – Resultados.

Variáveis	Coefficientes	Standard error	t-Statistic	P-valor.
C	5,536090	1,607580	3,443743	0,0033
TREND	0,020604	0,006016	3,425003	0,0035
DPIB_CRESC	0,032018	0,005017	6,382258	0,0000
LARRI(-1)	-0,308037	0,105053	-2,932209	0,0098
PIB_CRESC(-1)	0,021528	0,007676	2,804620	0,0127
LCO ₂ (-1)	-0,224212	0,084239	-2,661622	0,0171
D_2010	-0,149826	0,041531	-3,607545	0,0024
R ²	0,832323	Mean dependent var		0,054965
\bar{R}^2	0,769444	S.D. dependent var		0,068171

Nota: D e L significam primeira diferença e logaritmo natural, respetivamente.

A regressão ARDL apresentou valores de R² e \bar{R}^2 que se podem considerar elevados, 0,83% e 0,77%, respetivamente. A significância estatística das variáveis explicativas foi estatisticamente significativa e variou entre 1%, 5% ou 10%. Após os resultados, afere-se que, no curto prazo, a taxa de crescimento do PIB tem impacto positivo no número de chegadas internacionais. Esse efeito mantém-se na análise de longo prazo, mas com um impacto maior, de 0,07. Ainda sobre a análise de longo prazo, o consumo de CO₂ também é estatisticamente significativo e apresenta um impacto negativo nas chegadas internacionais. Detalhes na Tabela 6, onde são apresentados os resultados das elasticidades.

Tabela 6 – Análise de Longo Prazo.

PIB			
Test Statistic	Value	df	Probability
t-statistic	5,313889	16	0,0001
F-statistic	28,23742	(1, 16)	0,0001
Chi-square	28,23742	1	0,0000
Normalized Restriction (= 0)		Value	Standard error
-C(5) / C(4)		0,069889	0,013152
CO ₂			
Test Statistic	Value	df	Probability
t-statistic	-1,961936	16	0,0674
F-statistic	3,849194	(1, 16)	0,0674
Chi-square	3,849194	1	0,0498
Normalized Restriction (= 0)		Value	Standard error.
-C(6) / C(4)		-0,727871	0,370996

Belucio *et al.* (2019), após a execução do modelo ARDL, aplicaram diversos testes de robustez para validação do modelo estimado, os mesmos testes são aplicados nessa investigação, conforme Tabela 7.

Tabela 7 – Robustez de Estimação.

<i>Heteroskedasticity Test: ARCH</i>			
<i>F-statistic</i>	0,259497	Prob. F(1,20)	0,6160
<i>Obs*R-squared</i>	0,281790	Prob. Chi-Square(1)	0,5955
<i>Heteroskedasticity Test: Breusch-Pagan-Godfrey</i>			
<i>F-statistic</i>	1,132014	Prob. F(6,16)	0,3881
<i>Obs*R-squared</i>	6,854044	Prob. Chi-Square(6)	0,3346
<i>Scaled explained SS</i>	2,248470	Prob. Chi-Square(6)	0,8955
<i>Heteroskedasticity Test: Glejser</i>			
<i>F-statistic</i>	1,785361	Prob. F(6,16)	0,1656
<i>Obs*R-squared</i>	9,223505	Prob. Chi-Square(6)	0,1614
<i>Scaled explained SS</i>	5,710047	Prob. Chi-Square(6)	0,4564
<i>Breusch-Godfrey Serial Correlation LM Test:</i>			
<i>F-statistic</i>	1,996435	Prob. F(1,15)	0,1781
<i>Obs*R-squared</i>	2,701626	Prob. Chi-Square(1)	0,1002
Jarque-Bera	0,643297	<i>Probability</i>	0,724953
<i>Ramsey-RESET test</i>			
	<i>Value</i>	<i>df</i>	<i>Probability</i>
<i>t-statistic</i>	0,093772	15	0,9265
<i>F-statistic</i>	0,008793	(1, 15)	0,9265
<i>Likelihood ratio</i>	0,013479	1	0,9076

Foram realizados testes após a estimação do modelo, com o intuito de garantir a robustez dos resultados. Conclui-se, assim, que o modelo é homoscedástico, após analisar os testes de heterocedasticidade ARCH, Breusch-Pagan-Godfrey e Glejser. Além disso, verifica-se que o modelo não possui problemas de autocorrelação serial, como se constata com a análise do teste Breusch-Godfrey Serial Correlation LM. O teste Jarque-Bera (teste de adequação) mostrou que a distribuição dos dados segue uma distribuição normal. Ainda se verificou a hipótese nula do teste RESET, ou seja, o modelo está corretamente especificado. Por fim, os testes CUSUM e CUSUM of squares foram estimados e os resultados mostraram que o modelo é estável (Figura 1).

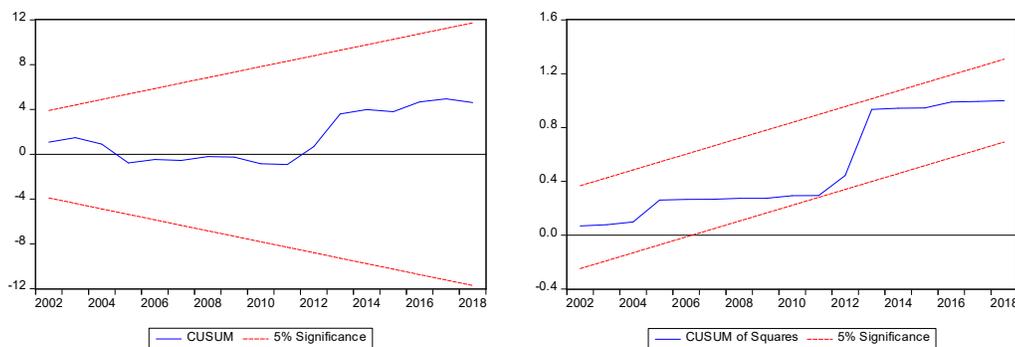


Figura 1 – Teste de Estabilidade.

CONCLUSÕES

Através de uma perspetiva económica, foi analisado como o número de turistas internacionais de Portugal é impactado pelo crescimento económico e pela emissão de CO₂. Este estudo contribui para um melhor entendimento dos determinantes do turismo em Portugal. O estudo revela resultados empíricos estatisticamente significantes, obtidos através de um modelo ARDL, que utilizou dados estatísticos anuais de 1995 a 2018. O horizonte temporal limita-se, devido ao facto dos dados estatísticos sobre o turismo não estarem disponíveis para o período anterior a 1995.

O crescimento económico tem impacto positivo no número de chegadas internacionais, tanto no curto prazo quanto no longo prazo. Esse resultado indica que, se o crescimento da economia portuguesa for positivo, o comportamento do número de chegadas internacionais mostrará uma expansão. Em relação às emissões de CO₂, os resultados indicaram que a variável é estatisticamente significativa apenas no longo prazo. Esse resultado sugere que, a longo prazo, por mais que a economia portuguesa se desenvolva, uma elevada atenção deve ser dada para as questões ambientais, porque existe uma relação negativa entre emissões e chegadas internacionais. Corroborando para mais medidas públicas que busquem o crescimento económico amigo do ambiente.

Os resultados desta investigação trazem benefícios para o governo português e os agentes do setor do turismo. A análise econométrica contribui com base empírica para o auxílio na tomada de decisões. Esta investigação avança sobre a literatura do turismo e a relação económica em Portugal, apresentando o impacto de variáveis económicas e ambientais. Mas limita-se a utilização de apenas uma variável para representar o crescimento económico e outra para o

impacto ambiental. Novos estudos podem beneficiar das variáveis aqui apresentadas além de avançar com a inclusão de outras variáveis *proxy* do crescimento económico e do ambiente. Devido à crise pandémica causada pela COVID-19, é importante compreender como o setor do turismo funciona, desta forma, as medidas de ação dos agentes públicos podem ser mais assertivas para a fase de recuperação económica que será necessária nos próximos meses/anos. Além disso, as receitas obtidas com o turismo internacional podem colaborar para a recuperação económica do país. É sabido que todos os turistas contribuem para a economia, consumindo bens e serviços do setor do turismo, além de pagar impostos sobre essas operações, o que beneficia diretamente o Estado. No futuro, outras investigações podem desenvolver análises, considerando as receitas e investimentos do Estado no setor do turismo durante o período pandémico.

Referências

- Andraz, J. M. & Rodrigues, P. M. (2016). Monitoring tourism flows and destination management: Empirical evidence for Portugal. *Tourism Management*, 56, 1-7.
- Antonakakis, N., Dragouni, M. & Filis, G. (2015). How strong is the linkage between tourism and economic growth in Europe?. *Economic Modelling*, 44, 142-155.
- Balado-Naves, R., Baños-Pino, J. F. & Mayor, M. (2018). Do countries influence neighbouring pollution? A spatial analysis of the EKC for CO₂ emissions. *Energy Policy*, 123, 266-279.
- Balaguer, J. & Cantavella-Jorda, M. (2002). Tourism as a long-run economic growth factor: the Spanish case. *Applied economics*, 34(7), 877-884.
- Bella, G. (2018). Estimativa da curva de Kuznets ambiental induzida pelo turismo na França. *Journal of Sustainable Tourism*, 26 (12), 2043-2052.
- Belucio, M., Fuinhas, J. A., Antunes, J., Sá, V. & Mota, J. (2019). The impact of wealth and poverty on gambling expenditure in the United States. *Revista de Estudos Sociais*, 21(42), 174-195.
- Belucio, M., Nogueira, M. & Fuinhas, J. A. (2020). *The highlight of Marian religious tourism in Portugal*. Newsletter of the International Association for Tourism Economics, 3(2), 4-5. Acedido em 03/03/2020 em <https://www.tourism-economics.net/>.
- Bento, J. P. (2016). Tourism and economic growth in Portugal: an empirical investigation of causal links. *Tourism & Management Studies*, 12(1), 164-171.
- Bilgili, F., Öztürk, İ., Koçak, E., Bulut, Ü., Pamuk, Y., Muğaloğlu, E. & Bağlıtaş, H. H. (2016). The influence of biomass energy consumption on CO₂ emissions: a wavelet coherence approach. *Environmental Science and Pollution Research*, 23(19), 19043-19061.
- Brida, J. G., Gómez, D. M. & Segarra, V. (2020). On the empirical relationship between tourism and economic growth. *Tourism Management*, 81, 104131.
- Cannonier, C. & Burke, M. G. (2019). The economic growth impact of tourism in Small Island Developing States—evidence from the Caribbean. *Tourism Economics*, 25(1), 85-108.
- Cetin, M., Ecevit, E. & Yucel, A. G. (2018). The impact of economic growth, energy consumption, trade openness, and financial development on carbon emissions: empirical evidence from Turkey. *Environmental Science and Pollution Research*, 25(36), 36589-36603.
- Chingarande, A. & Saayman, A. (2018). Critical success factors for tourism-led growth. *International Journal of Tourism Research*, 20(6), 800-818.
- Comerio, N. & Strozzi, F. (2019). Tourism and its economic impact: A literature review using bibliometric tools. *Tourism economics*, 25(1), 109-131.
- Cunha, L. (1997). *Economia e política do turismo*. Alfragide, McGraw Hill.



- Fonseca, N. & Sánchez-Rivero, M. (2020). Significance bias in the tourism-led growth literature. *Tourism Economics*, 26(1), 137-154.
- Fuinhas, J. A., Belucio, M., Santiago, R. & Afonso, T. (2019). *Exercícios Introdutórios de Análise Económica de Dados*. Universidade da Beira Interior, Covilhã.
- Gökmenoğlu, K. & Taspınar, N. (2016). The relationship between CO₂ emissions, energy consumption, economic growth and FDI: the case of Turkey. *The Journal of International Trade & Economic Development*, 25(5), 706-723.
- Gössling, S. & Peeters, P. (2015). Assessing tourism's global environmental impact 1900–2050. *Journal of Sustainable Tourism*, 23(5), 639-659.
- Gössling, S., Scott, D. & Hall, C. M. (2015). Inter-market variability in CO₂ emission-intensities in tourism: Implications for destination marketing and carbon management. *Tourism Management*, 46, 203-212.
- INE (2020). *Estatísticas do Turismo*. Acedido em 10/09/2020 em https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=444477888&att_display=n&att_download=y.
- Kaygusuz, K. (2012). Energy for sustainable development: A case of developing countries. *Renewable and Sustainable Energy Reviews*, 16(2), 1116-1126.
- Koçak, E., Ulucak, R., & Ulucak, Z. Ş. (2020). The impact of tourism developments on CO₂ emissions: An advanced panel data estimation. *Tourism Management Perspectives*, 33, 100611.
- Lenzen, M., Sun, Y. Y., Faturay, F., Ting, Y. P., Geschke, A. & Malik, A. (2018). The carbon footprint of global tourism. *Nature Climate Change*, 8(6), 522-528.
- Mayer, M. & Vogt, L. (2016). Economic effects of tourism and its influencing factors: An overview focusing on the spending determinants of visitors. *Zeitschrift für Tourismuswissenschaft*, 8(2), 169-198.
- Nepal, R., al Irsyad, M. I. & Nepal, S. K. (2019). Tourist arrivals, energy consumption and pollutant emissions in a developing economy—implications for sustainable tourism. *Tourism Management*, 72, 145-154.
- Neves, S. A., Marques, A. C. & Patrício, M. (2020). Determinants of CO₂ emissions in European Union countries: Does environmental regulation reduce environmental pollution?. *Economic Analysis and Policy*, 68, 114-125.
- Nunkoo, R., Seetanah, B., Jaffur, Z. R. K., Moraghen, P. G. W. & Sannasee, R. V. (2020). Tourism and economic growth: A meta-regression analysis. *Journal of Travel Research*, 59(3), 404-423.
- Ohlan, R. (2017). The relationship between tourism, financial development and economic growth in India. *Future Business Journal*, 3(1), 9-22.
- Paramati, S. R., Alam, M. S. & Chen, C. F. (2017). The effects of tourism on economic growth and CO₂ emissions: a comparison between developed and developing economies. *Journal of Travel Research*, 56(6), 712-724.
- Raza, S. A., Sharif, A., Wong, W. K. & Karim, M. Z. A. (2017). Tourism development and environmental degradation in the United States: Evidence from wavelet-based analysis. *Current Issues in Tourism*, 20(16), 1768-1790.
- Rivera, M. A. (2017). The synergies between human development, economic. *Journal of Destination Marketing & Management*, 6, 221-323.
- Scott, D., Gössling, S. & Hall, C. M. (2012). International tourism and climate change. *Wiley Interdisciplinary Reviews: Climate Change*, 3(3), 213-232.
- Shahzad, S., Shahbaz, M., Ferrer, R. & Kumar, R. (2017). Tourism-led growth hypothesis in the top ten tourist destinations. *Tourism Management*, 60, 223-232.
- Sharif, A., Afshan, S. & Nisha, N. (2017). Impact of tourism on CO₂ emission: evidence from Pakistan. *Asia Pacific Journal of Tourism Research*, 22(4), 408-421.
- Soukiazis, E. & Proença, S. (2008). Tourism as an alternative source of regional growth in Portugal: a panel data analysis at NUTS II and III levels. *Portuguese Economic Journal*, 7(1), 43-61.
- Tang, C. H. H. & Jang, S. S. (2009). The tourism–economy causality in the United States: A sub-industry level examination. *Tourism Management*, 30(4), 553-558.
- TravelBI (2019). *The Travel & Tourism Competitiveness Report 2019*. Acedido em 05/05/2020 em <https://travelbi.turismodeportugal.pt/pt-pt/Paginas/The-Travel--Tourism-Competitiveness-Report-2019.aspx>.
- Tugcu, C. T. (2014). Tourism and economic growth nexus revisited: A panel causality analysis for the case of the Mediterranean Region. *Tourism Management*, 42, 207-212.
- Wu, P. C., Liu, S. Y., Hsiao, J. M. & Huang, T. Y. (2016). Nonlinear and time-varying growth-tourism causality. *Annals of Tourism Research*, 59, 45-59.



- WTTC (2020). *Economic Impact* | *World Travel & Tourism Council (WTTC)*. Acedido em 10/09/2020 em <https://wttc.org/Research/Economic-Impact>.
- Zaman, K., Moemen, M. A. E. & Islam, T. (2017). Dynamic linkages between tourism transportation expenditures, carbon dioxide emission, energy consumption and growth factors: evidence from the transition economies. *Current Issues in Tourism*, 20(16), 1720-1735.
- Zhang, J. & Cheng, L. (2019). Threshold effect of tourism development on economic growth following a disaster shock: Evidence from the Wenchuan earthquake, PR China. *Sustainability*, 11(2), 371.



Importância da Educação Ambiental no sistema do Ensino Básico Português, 1.º ciclo

Importance of Environmental Education in the Portuguese Basic education system, 1st cycle

Djanaina Ondina dos Reis de Sousa

Instituto Politécnico de Bragança, Portugal

djanainasousa21@gmail.com

Ricardo Ramos

Instituto Politécnico de Bragança, Portugal

ricardo.ramos@ipb.pt

Resumo

Numa sociedade a viver uma crise climática, entre outras problemáticas ambientais, alguns autores dizem que surge uma necessidade de apostar na Educação Ambiental e reforçar ou enraizar a mesma no sistema de ensino. A Educação Ambiental pode mudar hábitos, transformar a situação do nosso planeta e proporcionar uma qualidade de vida melhor para todos. Formar cidadãos com consciência ambiental é o primeiro passo para mitigar os problemas ambientais. É, assim, importante transmitir atitudes e comportamentos às crianças do primeiro ciclo, sendo que, nesse aspeto, a escola tem o papel de alfabetizar ambientalmente, recebendo, assim, a sua cota de responsabilidade. No entanto, as exigências e os desafios são grandes, num mundo cada vez mais materialista.

Palavras-chave: *Educação Ambiental, sistema do ensino, programas curriculares*

Abstract

In a society experiencing a climate crisis among other environmental issues, some authors state that there is a need to bet on Environmental Education and reinforce or take root it in the educational system. Environmental Education can change habits, transform the situation of our planet, and provide a better quality of life for everyone. Training environmentally conscious citizens is the first step in mitigating environmental problems. It is therefore important, to transmit attitudes and behaviours to the children of the first cycle, and in this aspect the school has the role of literacy in the environment, thus receiving its share of responsibility. However, the demands and challenges are great in an increasingly materialistic world.

Keywords: *environmental education, education system, syllabi*

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo mostrar a importância da educação ambiental (EA) no sistema do ensino básico do primeiro ciclo. A metodologia usada basear-se-á numa revisão bibliográfica já existente, com base em artigos científicos, assim como será feita uma breve descrição da evolução da EA, para realçar a sua importância no mundo contemporâneo.

A educação ambiental procura formar indivíduos e sensibilizar os mesmos para problemas ambientais. Por ser multidisciplinar, aborda questões no âmbito de outras ciências, como a economia, sociologia, política, ecologia, ética e muitos outros. A emergência das questões ambientais exige que se formem cidadãos cada vez mais literatos e conscientes das questões ambientais. Perante isto, surge a grande importância que a educação ambiental pode ter nos cidadãos. Temos assistido à sucessiva pressão que o ser humano exerce sobre o ambiente. Este deve, desde cedo, aprender a cuidar e preservar a natureza, visando que possa haver um equilíbrio entre a sociedade e os recursos naturais. Considera-se que o ambiente escolar é essencial para adquirir novas atitudes dos futuros cidadãos para com o ambiente, por isso, a EA é introduzida em todos os conteúdos (interdisciplinar), relacionando o ser humano com a natureza. A inserção da EA na formação das crianças pode ser uma forma de sensibilizar para um convívio mais saudável com a natureza, sendo que este tema deve ser trabalhado com grande frequência pela escola e exige profissionais que consigam integrar a EA nos currículos das suas disciplinas.

BREVE EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Os anos sessenta marcaram o início da discussão da temática ambiental contemporânea e, mais tarde, do conceito de Educação.

Em 1962, com a publicação do livro *Silent Spring* (Primavera Silenciosa), de Rachel Carson, a necessidade de uma educação ambiental cresceu essencialmente (Souza *et al.*, 2020).

Desde essa altura, foram vários os acontecimentos que marcaram a evolução do conceito de Educação Ambiental. A Conferência de Estocolmo, realizada em junho de 1972, é amplamente reconhecida como um marco importante na educação ambiental, ao definir, nos seus princípios, que a educação deve integrar questões ambientais e ser dirigida, quer às gerações mais jovens, quer aos adultos, construindo as bases de uma opinião pública bem informada, e de uma conduta dos indivíduos, das empresas e das coletividades, inspirada no sentido da sua responsabilidade sobre a proteção e melhoramento do ambiente (ONU, 1972). Mais tarde, a Conferência de Belgrado (1975) sistematiza e impõe o conceito (EA), quer enquanto processo permanente e participativo de explicitação de valores, instrução sobre problemas específicos relacionados com a gestão do Ambiente, formação de conceitos e aquisição de competências que motivem o comportamento de defesa, preservação e melhoria do Ambiente, quer apontando a formação da população mundial, como desiderato último da EA. Alguns anos mais

tarde, em 1977, resulta o relatório PNUA, documento resultante da Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, que procurou definir, tanto o que é uma política de ambiente, como o conceito e a forma de realizar a educação ambiental (INAMB, 1975).

Em Tbilissi, a Educação Ambiental parecia apresentar novos padrões de comportamento, não só para os indivíduos, mas também para os grupos e para a sociedade no seu todo. Contemplava ainda a promoção de iguais condições de acesso ao conhecimento, bem como de valores e atitudes que permitam desenvolver competências de proteção e de melhoria do ambiente.

Em 1987, em Moscovo, foi realizada a conferência internacional em formação e educação ambiental, designada de Tbilissi Plus Ten. Esta tinha por base reforçar e procurar novas orientações e estabelecer novas estratégias de ação para EA no mundo e, sobretudo, para a década 90, promovendo a cooperação regional e internacional, a formação e experimentação. No mesmo ano, a comissão mundial para o Ambiente e Desenvolvimento lançou o relatório de Brundtland, que deu origem ao conceito de Desenvolvimento sustentável na educação ambiental.

Em 1992, realiza-se a conferência do Rio, também designada Cimeira da Terra, que deu origem a outros documentos, tais como a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e a Agenda 21, e vem confirmar o conceito de desenvolvimento sustentável com a célebre frase “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas necessidades” (ONU, 1992). Surge também a Agenda 21.

A Conferência de Tessalónica, organizada em 1997 na Grécia, defendia e reconhecia a Educação Ambiental como aquela que se orienta para um desenvolvimento sustentável e teve em consideração, com base “nos conceitos de ética e sustentabilidade, identidade cultural e diversidade, mobilização e participação e práticas interdisciplinares”, a necessidade de se discutir e organizar as ações de educação ambiental.

No ano subsequente, ou seja, em 1998, realiza-se a Conferência Europeia de Educação Ambiental, em Portugal, na qual se defende a indispensável avaliação, participação e formação de/para todos, tendo em conta o indivíduo, o processo educativo e o ganho para a sociedade. Em 2002, a segunda Cimeira da Terra, realizada na África do Sul, vem definir os três pilares do Desenvolvimento Sustentável, que são: desenvolvimento social, crescimento económico e proteção ambiental.

Importância da educação ambiental e desafios da escola

Como realça Guimarães (2004), “a educação ambiental deve ser um processo contínuo e permanente, em nível pré-escolar e estendendo por todas as etapas da educação formal ou informal”.

Compreende-se que EA é um processo pelo qual o educando começa a obter conhecimento acerca das questões ambientais, onde passa a ter nova visão sobre o meio em que vive, naturalmente, sendo um agente transformador em relação à conservação do meio.

As questões ambientais estão cada vez mais presentes no nosso dia a dia, e é um facto que precisa ser trabalhado com toda a sociedade e principalmente nas escolas, pois crianças bem informadas sobre os problemas ambientais vão ser adultos mais preocupados sobre o meio ambiente, além de que elas vão ser transmissoras dos conhecimentos que obtiveram na escola sobre as questões ambientais em suas casas, famílias e vizinhos (Medeiros *et al.*, 2011, p. 2).

Com a globalização, a desflorestação, o uso irracional dos recursos naturais, degradação do solo, contaminação dos rios, geração de resíduos sólidos não degradáveis que causam danos por vezes irreversíveis no ambiente, o crescimento acelerado das cidades fez com que os espaços verdes fossem substituídos pelo betão e alcatrão. Sendo que as crianças passam a ter espaços cada vez mais restritos para estarem em contacto com a natureza. Sendo que o seu crescimento se faz longe da natureza, crescendo, assim, sem noção do que é o ambiente e a ecologia. Cabe à escola, como lugar privilegiado da participação das crianças – atores do futuro –, promover aprendizagens com vista à defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania, visando a construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, responsabilidade, solidariedade, democracia e justiça social. A escola deve apoiar o trabalho das crianças, como agentes de mudança, tomando iniciativas que envolvam os pais, bem como toda a comunidade educativa, em projetos comuns, criando as condições adequadas. Deve, contudo, ser capaz de ajudar as crianças a influenciarem ações ambientais no seio das suas famílias, esforço que, por vezes, se torna difícil de concretizar, visto alguns adultos ainda não estarem “abertos” a este tipo de socialização invertida. (Cruz, 2007).

A educação ambiental é um processo pelo qual o aluno começa a obter conhecimentos acerca das questões ambientais e passa a ter uma nova visão sobre o ambiente, tornando-se um agente transformador em relação à conservação ambiental. As questões ambientais estão cada vez mais presentes no quotidiano da sociedade, contudo, a educação ambiental é essencial em todos os níveis dos processos educativos e, em especial, nos anos iniciais da escolarização, já que é mais fácil conscientizar as crianças sobre as questões ambientais do que os adultos (Medeiros, 2011).

Segundo a UNESCO (2005, p. 44), “educação ambiental é uma disciplina bem estabelecida que enfatiza a relação dos homens com o ambiente natural, as formas de conservá-lo, preservá-lo e de administrar seus recursos adequadamente”. Portanto, integrar a EA na escola poderá permitir ao indivíduo envolver-se de forma efetiva nos processos sociais, culturais, políticos e económicos relativos à preservação do “verde no nosso planeta”, que se encontram, de certa forma, em crise, precisando de recuperação urgente.

Sendo assim, é importante inserir a EA nas diferentes disciplinas, procurando estabelecer um elo entre o homem e a natureza e constituindo fatores essenciais à conscientização de um cidadão responsável para com o ambiente. A EA surgiu como resposta às necessidades que não estavam a ser completamente correspondidas pela educação formal. Por outras palavras, a educação deveria incluir valores, capacidades, conhecimentos, responsabilidades e aspetos que promovam o progresso das relações éticas entre as pessoas, seres vivos e a vida no planeta. No entanto, ainda assim, parece continuar a existir um problema no descuido com o ambiente, sendo uma das questões sociais que tem deixado a humanidade preocupada, por isso, talvez, seja um dos fatores mais importantes a ser estudado nas escolas, porque tem a ver com o futuro da humanidade e com a existência do planeta (Medeiros, 2011).

Na questão de defesa das medidas educativas, ao interpretarmos a Lei de Bases do Ambiente (LBA), (Lei n.º 11/87, de 7 de Abril), podemos constatar que uma das orientações estratégicas que a política educativa de Ambiente tem vindo a tentar adotar para atingir essas finalidades (moldar comportamentos e atitudes em prol do ambiente) é a Educação. Também é visível essa preocupação no diploma acima mencionado, relativo aos “Organismos Responsáveis”, reforçando a importância da educação e informação dos cidadãos, criando um organismo, designado por Instituto Nacional do Ambiente, cujo âmbito de ação tem a ver com a informação, educação e formação dos cidadãos, na área do ambiente (LBA, Cap. VI, Art.º 39.º). No que toca ao 1.º ciclo, a estrutura temática do programa de Estudo do Meio, podemos considerar a área de Estudo do Meio dotada de potencialidades para funcionar como eixo estruturador do currículo do 1.º Ciclo, proporcionando um conjunto de conteúdos temáticos que permitem, com uma gestão bem organizada, articular as aprendizagens das restantes áreas. Segundo Cruz (2007), esta área assenta em pressupostos metodológicos de ativa exploração da realidade e de descoberta (como se intitulam os próprios blocos temáticos, iniciados sempre “À descoberta de...”), apoiados em atividades intelectuais de construção do saber. As áreas de estudo relacionam-se com temas inerentes às diversas dimensões da vida do Homem, enquadrado na Natureza e no meio social em que se insere.

O papel do professor, perante a EA, no que toca à reforma educativa, é o grande desafio que se coloca ao professor na educação contemporânea, pois espera-se que este, além de dominar minimamente a literacia, saiba adaptar a EA a cada currículo, visto a Educação Ambiental ser transversal. Cabe, assim, ao professor saber proporcionar aos discentes a noção de responsabilidade perante o ambiente. Alguns estudos de caso, como Cruz (2007), apontam que os alunos do primeiro ciclo possuem as atitudes, consciência ecológica, mas, por vezes, não se reflete nos comportamentos. Outro estudo, de Schmidt *et al.* (2010), após um estudo que se debruçou sobre a EA no país, verificou-se um frágil desempenho devido à acumulação de várias falhas, tais como o

défice de formação e especialização de docentes nesta área, falta de profissionalização dos educadores desta atividade educativa, poucos e poucos eficazes recursos organizacionais, deficiente articulação e integração do ambiente nos currículos escolares dos diferentes níveis de ensino e uma ausência de efetiva avaliação das atividades de EA.

No entanto, estamos conscientes da limitação desses estudos, seja pela idade dos mesmos, seja pela dimensão da amostra.

CONCLUSÕES

A EA mostra-se um instrumento indispensável, permanente e modificador, visando melhorar a relação do homem para com a natureza, promovendo reflexões acerca dos problemas ambientais e mostrando que a qualidade de vida e as futuras gerações dependem de um desenvolvimento sustentável. O aluno, quando entra em contacto com o elemento da natureza e passa a comportar-se de modo ambientalmente correto, entendendo as funções do ambiente para a manutenção e existência da vida, além de praticar ações voltadas para a conservação da natureza, aprende a respeitar as questões ambientais. Ainda que tenha havido avanços significativos a nível de consciência ecológica, desde as primeiras cimeiras dos anos 60, temos de ser conscientes que há ainda um longo caminho a percorrer, a nível de comportamentos, sendo que, hoje, vivemos particularmente num mundo que nos impinge consumismo e materialismo desenfreado a toda a hora.

Referências

- Cruz, S. (2007). *A Importância da Educação Ambiental no 1.º Ciclo do Ensino Básico*. Dissertação de Mestrado. Universidade Portucalense Infante D. Henrique.
- Guimarães, M. (2004). *Educação Ambiental Crítica*. 1.ª edição. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental, p. 25.



- INAMB (1975). *Carta de Belgrado*. Adotada no Colóquio Sobre Educação Ambiental, organizado pela UNESCO e pelo PNUA - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. INAMB, Lisboa.
- Medeiros & et al. (2011). A Importância da educação ambiental na escola nas séries iniciais. *Revista Faculdade Montes Belos*, v. 4, n. 1, set. 2011. Acedido em 05/05/2020 em http://www.terraBrasilis.org.br/ecotecadigital/index.php?option=com_abook&view=book&catid=4:educacao-ambiental&id=1462:a-importancia-da-educacao-ambiental-na-escola-nas-series-iniciais&Itemid=54.
- ONU (1972). Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano. In: *Anais Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano*. Estocolmo, p. 6.
- Organização das Nações Unidas (ONU) (1992). *Conference on environment and development*. Rio de Janeiro: ONU. Disponível em <http://www.un.org/geninfo/bp/enviro.html>
- Assembleia da República (1987). Lei n.º 11/87, de 7 de Abril, Lei de Bases do Ambiente. Diário Série I de 1987-04-07. Acedido em <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/666148/details/normal?q=Lei+n.%C2%BA%2011%2F87>
- Souza, A. & Martins, A. (2020). Pós-verdade e a potência dos afetos: um resgate da vida e obra de Rachel Carson para um saber sobre ciências. *Caderno Brasileiro de Ensino de Física*, 37(3), pp. 1147-1172.
- Schmidt, L., Nave, J. & Guerra, J. (2010). *Educação Ambiental – balanço e perspectivas para uma agenda mais sustentável*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- UNESCO (2005). *Década Da Educação Das Nações Unidas Para Um Desenvolvimento Sustentável*. Brasília, p. 44.

A atividade de uma Tuna Universitária em contexto de confinamento: reinventar e inovar?

The activity of a University *Tuna* in the confinement context: reinvent and innovate?

Silvana Sousa

Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
ssousa751@gmail.com

Miguel Pereira

Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
miguel.pereira32@gmail.com

Bruno Miguel F. Gonçalves

Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
bruno.goncalves@ipb.pt

Resumo

Atendendo à situação epidemiológica do novo coronavírus COVID-19 em Portugal, o XXII Governo Constitucional decidiu, em março de 2020, suspender todas as atividades letivas em todos os estabelecimentos de ensino do território nacional. Consequentemente, todas as instituições de ensino superior tiveram obrigatoriamente de se adaptar à nova realidade, onde as tecnologias desempenharam um papel preponderante na garantia da comunicação, interação e colaboração entre os membros das comunidades académicas. Esta conjuntura fez emergir a necessidade de também os grupos associativos das academias, entre eles, as Tunas Universitárias, se reinventarem e, talvez, até inovarem na procura das soluções mais adequadas para garantir o “normal” funcionamento dessas associações. Partindo deste pressuposto, deseja-se identificar e caracterizar as soluções que o estudo de caso do presente trabalho - RaussTuna – Tuna Mista de Bragança (TMB) – encontrou para manter a sua atividade em contexto de confinamento. Estas soluções, provenientes de um plano de ação que a Tuna desenvolveu, parecem ser úteis para a reflexão e debate na comunidade *Tunae*, designadamente sobre as consequências da pandemia para o associativismo, a importância das Tunas conceberem planos de ação que contribuam para uma maior organização interna, a necessidade das Tunas manterem a sua atividade em confinamento, a importância das tecnologias como suporte ao desenvolvimento dessas atividades e a necessidade de reinvenção e inovação neste tempo.

Palavras-chave: *associações, confinamento, pandemia COVID-19, tecnologias, tunas universitárias*

Abstract

Given the epidemiological situation of the new coronavirus, COVID-19 in Portugal, the 22nd Constitutional Government decided, in March 2020, to suspend all teaching activities in all educational establishments throughout the country. Consequently, all higher education institutions had to adapt to the new reality, where technologies played a major role in ensuring communication, interaction and collaboration among members of academic communities. This conjuncture has raised the need for the academy's associative groups, including the University *Tunas*, to reinvent themselves and, perhaps, even innovate in the search for the most appropriate solutions to guarantee the “normal” operation of these Associations. Based on this assumption, we want to identify and characterize the solutions that the case study of the present work - RaussTuna - Tuna Mista de Bragança (TMB) - found to maintain its activity

in the context of lockdown. These solutions, coming from an Action Plan that Tuna developed, seem to be useful for reflection and debate in the *Tunae* community, namely about the consequences of the pandemic for associations, the importance of *Tunas* creating Action Plans that contributed to a greater internal organization, the need for them to keep their activity under lockdown, the importance of technologies to support the development of these activities and the need for reinvention and innovation at this time.

Keywords: *associations, lockdown, pandemic COVID-19, technologies, university tunas*

IMPACTO DA COVID-19 NO ASSOCIATIVISMO: UMA ABORDAGEM INTRODUTÓRIA

Conforme retratado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), sabemos que a crise causada pela COVID-19 resultou no encerramento das aulas presenciais nas escolas e nas instituições de ensino superior, afetando mais de 90% dos estudantes de todo o mundo (UNESCO, 2020). Portugal não foi exceção e, no dia 16 de março de 2020, começaram a encerrar todas as instituições educativas. A situação epidemiológica fez emergir a necessidade das escolas se adaptarem à nova realidade educativa, onde as tecnologias tiveram um papel central na concretização do processo de ensino-aprendizagem, garantindo que todos os alunos continuassem a aprender, independentemente das barreiras geográficas e temporais.

Naturalmente que esta mudança foi repentina para todos os intervenientes (alunos, professores, diretores das instituições educativas, funcionários e famílias), mas todos tivemos rapidamente que adquirir os conhecimentos digitais suficientes para conseguirmos operar nos demais ambientes de aprendizagem e ferramentas disponibilizadas pelas escolas (*Zoom, Microsoft Teams, Google Classroom, Skype, WhatsApp*, entre muitas outras). Estas mudanças foram sempre acompanhadas por diversos pareceres e orientações por parte das tutelas, designadamente, pelo Ministério da Educação e pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, mas também por outras entidades competentes, tais como a Direção-Geral da Educação (DGE), a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE), a Direção-Geral do Ensino Superior (DGES), entre outras entidades responsáveis.

Sejamos claros, não foi um desafio fácil, nem para as instituições de ensino devido à necessidade de reorganização do seu modo de funcionamento, nem para os alunos pela dificuldade em aprenderem à distância, nem para os docentes na medida em que estes não estavam preparados para ensinar *online*. Naturalmente que estas dificuldades relacionadas com a alteração do modo de funcionamento dos processos e a falta de preparação dos indivíduos no setor digital parecem ser problemas transversais a todas as instituições de ensino superior.

Embora a revisão da literatura seja bastante escassa e pouco consolidada devido ao facto de o confinamento ter ocorrido muito recentemente, parece-nos importante destacar que a necessidade de o país confinar pode ter sido uma oportunidade única para uma profunda alteração na educação, designadamente, na forma como decorre o processo de ensino-aprendizagem, nas suas metodologias e pedagogias, na utilização efetiva das tecnologias, entre muitos outros.

Ao nível da cultura destaca-se a taxa de desemprego, o retrocesso nos hábitos culturais, a falta de fontes de financiamento, o fecho de várias instituições culturais durante um longo período de tempo, a falta de investimento no sector cultural e o receio que as pessoas poderão ter de retomar as atividades culturais propostas (Gama, 2020). Assim, o setor cultural português sofrerá um grande impacto negativo não só devido aos problemas referidos anteriormente, mas também devido à incerteza do que pode acontecer à medida que as restrições impostas ao setor cultural forem sendo levantadas, mas essencialmente por problemas estruturais do setor que podem ser agudizados pela pandemia (Gama, 2020). Mais uma vez, as tecnologias surgem como forma de “salvação” para as questões pandémicas, devido à utilização das plataformas digitais e de *streaming* como meio dos artistas chegarem ao seu público e poderem sobreviver com os rendimentos que obtiveram dos contratos com as respetivas plataformas (Gama, 2020). A RaussTuna/TMB foi exemplo de uma associação que conseguiu aproveitar as tecnologias para continuar a trabalhar e a desenvolver-se nas suas variadas áreas de atuação.

Ao nível da saúde mental destaca-se a falta de convivência; uma rotina que não é a qual a que estão habituadas; a falta de emprego e preocupações familiares e monetárias; a falta de atividades que tornam as pessoas infelizes levando ao surto psicossocial provocado pela pandemia, que pode terminar em grandes graus de desespero; depressão; solidão e, em última instância, o suicídio (Carvalho *et al.*, 2020). Perante estas ocorrências, compreende-se que a psicologia pode oferecer contribuições importantes para o enfrentar das repercussões provocadas pela COVID-19. Essas contribuições envolvem a realização de intervenções psicológicas durante a vigência da pandemia para minimizar impactos negativos e promover a saúde mental, bem como em momentos posteriores, quando as pessoas necessitarem de se readaptar e lidar com perdas e transformações (Schmidt *et al.*, 2020).

Todas estas consequências parecem ser também aplicadas ao contexto da vida académica. Assim, falar sobre estas consequências na saúde dos estudantes universitários e do modo como a vida académica destes alunos foi posta em causa, pressupõe analisar as questões de adaptação, motivação, interação social, entre outras, como a higiene e segurança nas instituições de ensino superior (Morales & Lopez, 2020).

Para além de todas estas dificuldades nos mais variados setores da sociedade, destacam-se consequências devido ao encerramento dos campi universitários, relacionadas com a interrupção, por tempo indeterminado, de todas atividades presenciais das associações juvenis, desportivas e culturais das demais academias. Parte dessas associações como, por exemplo, algumas das tunas universitárias tiveram a capacidade e os recursos para se manterem ativas, já outras, devido a diferentes condicionantes associadas a esta crise pandémica, não conseguiram garantir a continuidade dessas atividades, ficando completamente inativas durante o período de confinamento, comprometendo até a sua longevidade e/ou continuidade.

É, precisamente, neste ponto, que o presente estudo se foca. Assim, de um modo geral, esta investigação visa identificar e caracterizar algumas das soluções que a RaussTuna/TMB encontrou para manter permanentemente a atividade da associação em formato online durante o período relativo ao confinamento. As soluções encontradas, devidamente articuladas e plasmadas no plano de ação, foram imediatamente implementadas pela Tuna e, inevitavelmente, através delas surgiram algumas inovações que podem ser úteis a outras tunas, independentemente da sua tipologia (mista, feminina e masculina).

METODOLOGIA

A presente pesquisa é suportada pela metodologia de estudo de caso, designadamente, aplicada ao contexto do confinamento devido à COVID-19. O estudo de caso considerado foram as tunas universitárias, mais concretamente, a RaussTuna/TMB. De um modo geral, com o desenvolvimento do presente estudo, pretende-se responder à seguinte questão de investigação: *Como se processa a atividade de uma tuna universitária em contexto de confinamento?* De forma a responder-se claramente a esta questão, deseja-se identificar e descrever algumas das soluções encontradas pela Tuna que permitiram manter permanentemente a atividade da associação em formato *online*. Com suporte nestas soluções, vertidas num plano de ação, pretendemos apresentar algumas inovações que podem ser úteis a outras tunas, independentemente da sua tipologia (mista, feminina e masculina).

A questão de investigação será respondida tendo em consideração os resultados obtidos com a aplicação da entrevista semiestruturada aos indivíduos que encabeçam os órgãos da Tuna (Assembleia-Geral, Direção, Conselho Fiscal, Conselho de Veteranos e Coordenação Musical) e, com suporte na observação participante dos autores da presente pesquisa, na medida em que estes são elementos desta associação e tiveram a oportunidade de, não só, vivenciar as experiências em ambiente totalmente *online*, mas também de contribuir para o planeamento, conceção e implementação do plano de ação que efetivamente tornou possível a continuidade da atividade da Tuna em contexto de confinamento.

Foram utilizadas as entrevistas individuais semiestruturadas, isto porque não pressupõem uma especificação de questões a formular nem da respetiva sequência de formulação (Angulo & Vázquez, 2003). Partindo deste pressuposto, tornou-se fundamental a elaboração de um guião que, de um modo geral, permitiu ao investigador conduzir essas entrevistas. Assim, o guião da entrevista foi definido de acordo com dois objetivos centrais:

- Conhecer os indivíduos entrevistados de acordo com as variáveis socioeconómicas (género, faixa etária, área de estudos e a posição hierárquica atual);
- Identificar e descrever algumas das soluções encontradas pela Tuna que permitiram manter permanentemente a atividade da associação em formato online.

De acordo com o quadro que se apresenta (Quadro 1), verifica-se que foram realizadas cinco entrevistas:

Quadro 1 – Amostra (Entrevistados).

Género	Frequência	Percentagem
Feminino	3	60%
Masculino	2	40%
Total	5	100%

A observação participante, enquanto estratégia etnográfica de investigação, é frequente na investigação qualitativa (Flick, 2004; Rodríguez *et al.*, 1999), pelo que consideramos fundamental adotá-la e registar e organizar todas as inferências no diário de bordo dos investigadores. Os investigadores assumiram uma posição de observador participante em contexto virtual devido à envolvimento na Tuna dos fenómenos que estudaram e do próprio contexto onde decorreram as atividades (ambiente de aprendizagem *online*). A observação participante neste contexto virtual resultou da interação entre os membros da Tuna através da ferramenta síncrona *Zoom*,

do *Facebook* e do *WhatsApp*!. Importa também salientar que, através desta estratégia, foi possível observar e retirar ilações relativamente à implementação do plano de ação que a Tuna concebeu. Este documento foi a pedra basilar que permitiu definir e clarificar todos os procedimentos na concretização da atividade da Tuna e que foi aplicado no período relativo ao confinamento.

A revisão da literatura foi desenvolvida com recurso a algumas bases de dados, bibliométricas como a *SCOPUS*, o *RCAAP* e o *Web of Science*, e teve como propósito esclarecer, de uma forma geral, os efeitos e/ou impacto da pandemia COVID-19 nos setores envolventes das tunas universitárias, designadamente: Educação, Cultura, Saúde, Vida Pessoal e Envolvência Académica. Neste estudo qualitativo, selecionou-se um conjunto de 15 artigos científicos que nos parecem ser os mais adequados para refletir e debater sobre as cinco temáticas previamente identificadas.

Importa ainda referir que os dados quantitativos, resultantes das variáveis socioeconómicas das entrevistas foram analisados e tratados adequadamente no *IBM SPSS Statistics*. Os dados qualitativos, provenientes dos restantes instrumentos de dados, foram analisados e agrupados por categorias no *Microsoft Excel*, conforme evidenciado no quadro que seguidamente se apresenta (Quadro 2).

Quadro 2 – Dimensões, objetivos e categorias.

<i>Dimensões</i>	<i>Objetivos</i>	<i>Categorias</i>
<i>Administrativo</i>	[1]. <i>Motivar o público para a captação de <u>novos membros</u></i>	- <i>Recursos Humanos</i>
	[2]. <i>Promover a realização de <u>reuniões internas e atividades</u></i>	- <i>Reuniões e atividades</i>
	[3]. <i><u>Envolver pessoas</u> externas à Tuna</i>	- <i>Envolvimento interno</i>
	[4]. <i>Promover a proximidade com as pessoas e <u>instituições</u></i>	- <i>Relações Institucionais</i>
	[5]. <i>Promover e disseminar a <u>marca e imagem</u> da Tuna</i>	- <i>Comunicação e Imagem</i>
	[6]. <i>Assegurar a <u>sustentabilidade financeira</u> da associação</i>	- <i>Financeira</i>
	[7]. <i>Incentivar a uma <u>cultura de reinvenção</u> em tempos de crise</i>	- <i>Cultura de reinvenção</i>
<i>Valores</i>	[1]. <i>Contribuir e sensibilizar a população local para as <u>causas sociais</u></i>	- <i>Causas Sociais</i>
	[2]. <i>Envolver os associados na <u>tomada de decisões</u></i>	- <i>Tomada de decisões grupais</i>
	[3]. <i>Garantir a <u>aquisição e consolidação dos conhecimentos Tunae</u> pelos membros</i>	- <i>Conhecimentos dos membros</i>
<i>Música</i>	[1]. <i>Concretizar <u>ensaios semanais</u> promovendo a qualidade musical</i>	- <i>Ensaios</i>
	[2]. <i>Promover o <u>trabalho musical autónomo</u> e de naipes</i>	- <i>Trabalho autónomo</i>
	[3]. <i>Incentivar à <u>composição e arranjo de novos temas musicais</u></i>	- <i>Composição de Temas</i>

Após a recolha dos dados, foi realizada uma análise de conteúdo que permitiu agrupar em três dimensões – *administrativa*, *musical* e *valores* – os vários sentidos de resposta resultantes dos instrumentos de recolha de dados. A análise foi repetida de modo a garantir uma compreensão mais alargada dos dados obtidos e, por conseguinte, mais viável e próxima da realidade.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta secção, apresentamos os resultados que evidenciam as soluções que permitiram a continuidade (à distância) da atividade da associação. Posteriormente, identificámos um conjunto de inovações, devidamente categorizadas no processo análise dos dados, que nos parecem ser pertinentes e passíveis de ser implementadas por outras tunas que assim o desejem fazer.

Plano de ação para a concretização da atividade online da Tuna

De forma a diminuir os danos que o confinamento poderia causar às mais variadas áreas estruturantes da associação, a Tuna preocupou-se desde muito cedo em transpor parte da sua atividade para o regime à distância (*online*), procedendo por iniciativa própria ao cancelamento imediato da sua atividade presencial em todas as suas dimensões. Esta transposição foi vertida no plano de ação que evidencia por um lado as dimensões e objetivos da Tuna e, por outro, as categorias que emergiram da análise dos dados. Assim, seguidamente, apresentam-se, por dimensões, os principais resultados obtidos.

Dimensão administrativa

A dimensão administrativa contempla sete categorias centrais: recursos humanos, reuniões e atividades, envolvimento interno, relações institucionais, comunicação e imagem, financeira e cultura de reinvenção.

[1]. Motivar o público para a captação de novos membros [Recursos Humanos]

- Garantir o acompanhamento de proximidade de todos os membros da Tuna, especialmente, aos que, de alguma forma, se possam sentir mais sozinhos e/ou debilitados emocionalmente;
- Promover a captação de novos membros com suporte nas ferramentas do marketing digital disponibilizadas através das mais recentes tecnologias de informação e comunicação. Naturalmente que, nesta área, a Tuna teve dificuldades, contudo, mesmo assim, conseguiu captar o interesse de novos elementos para integrarem a Associação.

[2]. Promover a realização de reuniões internas e atividades [Reuniões e atividades]

- Concretizar todas as reuniões internas através da ferramenta síncrona *Zoom*. O objetivo foi garantir que a “máquina administrativa da Tuna” não parasse, bem pelo contrário, que continuava a produzir mesmo em tempos de pandemia;
- Garantir que todos os membros da Tuna participavam nas sessões síncronas e assíncronas, não deixando ninguém “ficar para trás”. O intuito passava por envolver todos os membros nas atividades internas, nas conversações e nos encontros de forma a proporcionar a todos momentos de descontração e motivação em tempos difíceis.

[3]. Envolver pessoas externas à Tuna [Envolvimento Interno]

- Convidar personalidades, famílias, amigos e membros de outras Tunas para participarem nos ensaios/atuações online. O objetivo foi sempre envolver o maior público possível para que as sessões fossem sempre diferentes, dinâmicas e interessantes.

[4]. Promover a proximidade com as pessoas e instituições [Relações institucionais]

- Criar conteúdos multimédia, especialmente vídeos de carácter musical, para promover a proximidade com as instituições, com as pessoas e com o público em geral. Um destes

vídeos foi transmitido por um noticiário nacional, como exemplo de dinamismo e vontade de querer continuar a trabalhar, mesmo em plenos tempos de crise;

- Promover, através de ferramentas síncronas, sessões com convidados especiais, designadamente, personalidades locais e/regionais desde o tecido empresarial ao social, que contribuam com os seus conhecimentos e competências para a dinamização das sessões online.

[5]. Promover e disseminar a marca e imagem da Tuna [Comunicação e Imagem]

- Garantir, através da publicação de conteúdos na Web e da interação com os públicos, a promoção e disseminação da marca e imagem da Tuna na comunidade académica, na cidade de Bragança, na região e no universo das tunas universitárias, especialmente, as de tipologia mista;
- Concretizar, por videoconferência, sessões abertas a todo o público externo de forma a aproximá-lo das tunas, dando-as a conhecer de forma mais cuidada e detalhada;
- Garantir a manutenção e atualização regular das redes sociais e plataformas digitais das Tunas por forma a manterem a continuidade da sua atividade;
- Conceber e disseminar conteúdos multimédia, especialmente, imagens e vídeos com qualidade gráfica e textual que permitam promover a Tuna.

[6]. Assegurar a sustentabilidade financeira da associação [Financeira]

- Retificar o orçamento e verter no respetivo documento as prioridades estratégicas para curto, médio e longo prazo. Devido à interrupção da agenda de atividades, consequentemente, surgiu uma quebra abrupta nas receitas da Tuna, o que diminuiu substancialmente a taxa de execução orçamental (receita e despesa), no entanto, o orçamento foi retificado com vista a garantir a estabilidade financeira;
- Renegociar e/ou restabelecer novos protocolos com instituições, entidades, patrocinadores que contribuam para aumentar a receita no orçamento da Tuna;
- Angariar fundos através de donativos coletivos ou privados que contribuam para a liquidez da Tuna;
- Criar valor através de mecanismos de poupança e investimento paralelo em novos materiais, equipamentos e instrumentos musicais que permitam a modernização da Tuna.

[7]. Incentivar uma cultura de reinvenção em tempos de crise [Cultura de reinvenção]

- Aproveitar a oportunidade para refletir sobre a atuação da associação na sociedade e até mesmo sobre os propósitos da sua existência. Para a RaussTuna/TMB parece que esta foi mesmo uma época para reflexão sobre as linhas de atuação pelas quais se tem regido e, consequentemente, foi também uma oportunidade na medida em que teve a capacidade de se modernizar, reinventar e inovar nas suas principais dimensões, sem receios e sem resiliência à mudança.

Dimensão valores

A dimensão valores constitui-se por três categorias centrais, designadamente: causas sociais, tomada de decisões grupais e conhecimento dos membros.

[1]. Contribuir e sensibilizar a população local para as causas sociais [Causas Sociais]

- Sensibilizar, através das plataformas digitais, para a importância das causas sociais, especialmente neste contexto;
- Promover o contínuo contributo musical, material e monetário às instituições de solidariedade social do Concelho de Bragança. A Obra Kolping, através do

Rauss&Tunas'ON – Festival Solidário de Tunas Mistas em Bragança, foi o principal exemplo de contributo que a Tuna concretizou durante o período de confinamento. Este evento, de cariz social, foi concretizado em formato totalmente online, através de uma plataforma de *streaming* e em direto para as plataformas digitais da Tuna. Contou com a presença de entidades e instituições da cidade e da região, bem como de testemunhos de amigos próximos e vários apontamentos musicais. Por ser um festival solidário e, numa altura em que a solidariedade faz todo o sentido, foi aberto um *link* para doações (virtuais) que reverteu inteiramente para a respetiva instituição. Para além desta doação, foram oferecidas algumas cadeiras que permitiram garantir o transporte das suas crianças com mais segurança.

[2]. Envolver os associados na tomada de decisões [Tomada de decisões grupais]

- Envolver, nos mais variados espaços de decisão, todos os membros da Tuna nas questões que envolvam todo o grupo e a associação em geral;
- Realizar sessões de assembleia-geral para envolver todos os associados nas decisões relacionadas com a Tuna, de um modo especial, as que tinham que ver com o confinamento. Importa referir que as sessões foram realizadas tal como em regime presencial com a diferença que o processo de votação decorreu sempre por via eletrónica. Importa referir que o plano de ação já foi aprovado pelos associados através desta modalidade.

[3]. Garantir a aquisição e consolidação dos conhecimentos *Tunae* pelos membros [Conhecimentos dos membros]

- Envolver e sensibilizar todos os membros para a aquisição e desenvolvimento de conhecimentos e competências nas demais áreas de atuação da associação. Só com a aposta contínua na formação individual das pessoas é que será possível garantir o desenvolvimento progressivo e sustentado da Tuna;
- Consolidar, através de sessões de jogos coletivos, os conhecimentos dos membros mais novos da Tuna, especialmente, aqueles que ingressaram recentemente e que necessitam de apoio mais próximo por parte do grupo.

Dimensão musical

A dimensão musical constitui-se por três categorias fundamentais, designadamente: ensaios, trabalho autónomo e composição de temas.

[1]. Promover o trabalho musical autónomo e de naipes [Trabalho Autónomo]

- Assegurar o empenho individual, garantindo o trabalho autónomo e a motivação de cada membro que constitui a Tuna;
- Promover a realização de naipes vocais e instrumentais, por grupo, de forma a consolidar os conhecimentos musicais dos membros da Tuna;
- Garantir a melhoria constante da qualidade musical e artística da Tuna.

[2]. Concretizar ensaios semanais promovendo a qualidade musical [Composição de Temas]

- Manter os ensaios gerais no horário habitual, segundas e quartas-feiras, através do *Zoom*. Em cada ensaio um elemento da Tuna tinha que preparar um conjunto de temas para atuar, em direto, para todos os participantes;
- Garantir a apreciação e avaliação, em sede de audições, da evolução individual dos membros da Tuna (vocal, instrumental e artística).

[3].Incentivar à composição e arranjo de novos temas musicais [Composição de Temas]

- Sensibilizar os membros para a importância de, mesmo à distância, procederem à composição de novos temas musicais para, deste modo, a Tuna continuar a manter a sua evolução;
- Organizar, em articulação com a Coordenação Musical, sessões online com pequenos grupos de elementos que produzam temas de índole original e arranjos musicais nos temas já existentes.

CONCLUSÕES

A pandemia de COVID-19 fez emergir a necessidade de mudança e adaptação das pessoas e, na RaussTuna/TMB, parece não ter sido diferente. Esta adaptação passou pela criação de um plano de ação que envolveu todas as áreas de atuação desta associação, desde o cancelamento da agenda presencial da Tuna até alteração da tipologia das reuniões, encontros e ensaios. Este plano que ainda vigora e vigorará até que existam alterações significativas à epidemia em Portugal, foi elaborado tendo em consideração os pareceres e orientações emanadas pelas entidades governamentais, Direções Gerais da Educação e Ensino Superior, bem como o Plano de Contingência do Instituto Politécnico de Bragança. Importa ainda salientar que foi desenvolvido um plano de contingência devidamente alinhado com todas as orientações publicadas pelas entidades competentes e articulado com o plano de ação da Tuna.

A conceção desta pesquisa fez emergir um conjunto de resultados que nos parecem ser pertinentes para a reflexão e o debate na comunidade *Tunae*. As consequências da pandemia para o associativismo, a importância de as tunas criarem planos de ação que contribuam para uma maior organização interna, a necessidade das tunas manterem a sua atividade em confinamento, a importância das tecnologias como suporte ao desenvolvimento dessas atividades e a necessidade de reinvenção e inovação parecem questões centrais e de extrema importância para a comunidade das tunas universitárias em Portugal.

Naturalmente que a adaptação da Tuna a esta conjuntura pandémica foi um dos maiores desafios que esta associação teve ao longo dos seus onze anos de história não só pela distância física entre os seus membros e pelo cancelamento da agenda presencial, mas por todas as consequências que daí poderiam advir. Todas as soluções identificadas foram sempre alvo de melhorias em sede de reunião de Direção, mas também em Assembleia-Geral, onde todos os associados, sem exceção, tiveram a oportunidade de contribuir para a melhoria progressiva do plano de ação e, por conseguinte, para a melhoria da qualidade de todas as atividades da Tuna. A adaptação, a inovação, a vontade de querer continuar e a adaptação/adequação das tecnologias parecem ter sido os pilares fundamentais para a prossecução das atividades da Tuna em formato online.

Observações: Recomendamos a leitura das investigações anteriormente publicadas, designadamente: (Pereira & Gonçalves, 2018; Pereira *et al.*, 2019), bem como a obra comemorativa do X Aniversário da RaussTuna – Tuna Mista de Bragança *A Tuna! Uma década de histórias* (Gonçalves, 2019).

No próximo artigo a publicar brevemente, desejamos evidenciar as principais conclusões obtidas com a implementação do plano de ação apresentado neste trabalho investigativo.

Referências

- Angulo, F. & Vázquez, R. (2003). *Introducción a los estudios de casos. Los primeros contactos con la investigación etnográfica*. Málaga: Ediciones Aljibe.
- Flick, U. (2004). *Introducción a la investigación cualitativa*. Madrid: Morata.
- Gama, M. (2020). *Impactos da COVID-19 no setor cultural português: Resultados preliminares de março de 2020*. Observatório de Políticas de Comunicação e Cultura. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade Universidade do Minho. Acedido em <http://polobs.pt/estudo/impactos-da-covid19-no-setor-cultural-portugues/>
- Gonçalves, B. M. F. (2019). *A Tuna! Uma década de histórias. RaussTuna - Tuna Mista e Bragança* (1.ª edição). Lisboa: Chiado Books. Disponível em <https://www.chiadoeditora.com/livraria/a-tuna-uma-decada-de-historias>
- Carvalho, L., Silva, M., Costa, T., Oliveira, T. & Oliveira, G. (2020). O impacto do isolamento social na vida das pessoas no período da pandemia COVID-19. *COVID-19. Research, Society and Development*, 9(7), e998975273. <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i7.5273>. Acedido em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/5273>
- Morales, V. & Lopez, Y. (2020). Impactos da Pandemia na Vida Académica dos Estudantes Universitários. *Revista Angolana de Extensão Universitária*, 2, 53–67.
- Pereira, M. de L. & Gonçalves, B. M. F. (2018). Fatores que determinam a participação dos estudantes numa Tuna Universitária: um estudo de caso. *AdolesCiência: Revista Júnior de Investigação*, 5(2), 15–25.
- Pereira, M. de L., Sousa, S. F. & Gonçalves, B. M. F. (2019). Influência das Tunas na vida dos estudantes do ensino superior: um estudo de caso na RaussTuna – Tuna Mista de Bragança. *AdolesCiência: Revista Júnior de Investigação*, 6(1), 81–94.
- Rodríguez, G., Flores, J. & Jiménez, E. (1999). *Metodología de la investigación cualitativa*. Málaga: Ediciones Aljibe.
- Schmidt, B., Crepaldi, M. A., Dill, S., Bolze, A., Neiva-silva, L. & Demenech, L. M. (2020). Impacts on Mental Health and Psychological Interventions related to the New Coronavirus Pandemic (COVID-19). *Revista Estudos de Psicologia (Campinas)*, 1–26.
- UNESCO (2020). A Comissão Futuros da Educação da Unesco apela ao planeamento antecipado contra o aumento das desigualdades após a COVID-19.

relatos



Iniciação à Investigação Científica: Notas de Um Iniciante para Outros Jovens Pesquisadores

Initiation to Scientific Research: Notes from a Beginner to Other Young Researchers

Lucas Rodrigo Batista Leite

Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil
batistaleitelucas@gmail.com

Cássia Maria Carraco Palos

Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil
cacapalos@gmail.com

Resumo

Intenta-se nesse trabalho apresentar nossa experiência na realização de uma pesquisa qualitativa, no âmbito da graduação em Saúde Coletiva, na Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil, entre 2017 e 2019, cujo objetivo era compreender como profissionais de saúde de cuidados primários, de um bairro da periferia da cidade de Cuiabá, estado de Mato Grosso, significavam a violência e, a partir daí, construíam suas práticas de enfrentamento ao fenómeno. Interessa-nos, aqui, compartilhar nosso percurso, de modo a auxiliar jovens pesquisadores na condução de suas pesquisas, apontando para eventuais obstáculos, possíveis estratégias de manejo e modos de atuação.

Palavras-chave: *iniciação científica, metodologia de pesquisa, pesquisa qualitativa, saúde pública, violência*

Abstract

The aim of this work is to present our experience in conducting a qualitative research, within the scope of the undergraduate programme in Collective Health, at the Federal University of Mato Grosso, Brazil, between 2017 and 2019. Its objective was to understand how primary healthcare professionals, from a neighborhood on the outskirts of the city of Cuiabá, state of Mato Grosso, assessed violence and how, from there, they built their practices to face the phenomenon. We are interested in sharing our path in order to assist young researchers in conducting their research, indicating possible obstacles, management strategies and courses of action.

Keywords: *scientific research, research methodology, qualitative research, public health, violence*

INTRODUÇÃO

A ciência pode ser compreendida como um conjunto de conhecimentos humanos sobre a natureza, a sociedade, o pensamento, [a linguagem], obtidos através da descoberta e explicação das leis que regem os respetivos fenómenos [ou objetos]. Ou melhor dizendo, é o conhecimento que deriva dessas leis (Pais Ribeiro, 2010). Tem como objetivo primordial “chegar a [uma]

verdade¹”, distinguindo-se dos demais conhecimentos pela sua ação de verificação. Sendo assim, para que o conhecimento seja dito científico, faz-se necessário conhecer o método utilizado na sua investigação (Gil, 2008).

Considerando método como procedimento ou caminho para se alcançar algo ou chegar a um fim, e tomando a noção de ciência dada anteriormente, pode-se dizer que método científico é o “conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para atingirmos o conhecimento” (Prodanov & Freitas, 2013, p. 24) e constitui a base da investigação.

A investigação pode ser para conhecer melhor a realidade, compreender melhor o universo no qual estamos imersos, inseridos, ou para sanar uma curiosidade ou interesse particular; a diferença entre uma e outra está na utilização rigorosa de uma metodologia científica, com suas regras, recursos, procedimentos; está na busca sistemática de/por respostas (Sousa, 2018).

Investigar é interpretar, é atribuir sentido, é tornar visível, em condições dadas/determinadas, com recursos determinados, o que supunha ser desconhecido, não observável(do). É costura, cujas bases teórico-metodológicas são as linhas que juntam os achados, os retalhos.

Este trabalho enseja sistematizar uma experiência de pesquisa desenvolvida pelos autores, entre 2017 e 2019, em uma região periférica da cidade de Cuiabá, no estado de Mato Grosso (MT), situada no centro – oeste brasileiro, no intuito de servir de guia para iniciantes e jovens pesquisadores que, assim como o primeiro autor deste escrito, o fez pela primeira vez, no âmbito do trabalho final de curso, no Bacharelado em Saúde Coletiva. Para isso, recorre-se ao relato de experiência, entendido aqui como descrição “escrita ou oral sobre um facto ocorrido” (Michaelis, 2020), sistematizado “intencionalmente a partir de uma vivência” (Barsaglini, 2019).

DESENVOLVIMENTO

A – Formação para a investigação científica

A entrada no ensino superior, além de outras questões, exige do recém ingressante a aproximação com a metodologia científica que, inicialmente, é compreendida (erroneamente) como adequar trabalhos a uma certa norma – em nosso caso, a ABNT (normas de edição da

¹ De nosso lugar teórico – o da Análise de Discurso Materialista – não acreditamos que exista verdade, em seu sentido dicionarizado, tampouco uma verdade universalista, mas sim relações de poder, interpretação, que no movimento da sociedade e da história ditam/estabelecem verdade(s); e, sendo a ciência um produto sócio-histórico, esta também será afetada por essas relações, por esses efeitos. Cf. Perini e Medeiros (2019).

Associação Brasileira de Normas Técnicas). Mas, à medida que se vai conhecendo essa disciplina, “esse mundo”, desmistifica-se essa concepção.

No Bacharelado em Saúde Coletiva (BSC) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), curso do qual fazemos parte, a investigação científica constitui um eixo de formação, denominado Pesquisa em Saúde, que engloba do quarto ao oitavo (e último) semestre do curso, contando com as unidades curriculares (UC): Metodologia Científica (MC), Métodos de Pesquisa em Saúde (MPS) e Trabalho de Curso (TC) I, II e III, como pode ser conferido na Figura 1. Mas, em verdade, os princípios e métodos científicos são exigidos em todas as UC do curso, especialmente, nas unidades Eixo Integrador que, utilizando a Metodologia da Problematização de Maguerez, é distribuída do primeiro ao sétimo semestre (Figura 1), exige dos estudantes o estudo de um problema de determinado território e, quando possível, a proposição de uma ação de intervenção.



Figura 1 – Formação para a investigação científica, no BSC/UFMT.

Fonte: elaborado pelos autores

Em MC, aprende-se os fundamentos do fazer científico, seus métodos, regras e a estrutura básica de um projeto de investigação. Pensamos que esta unidade deveria ser oferecida no primeiro semestre do curso, já que, desde esse momento, será requerido ao estudante aproximação/conhecimento com essa outra forma de olhar para o mundo: olhar científico. Em MPS, exploram-se as abordagens quantitativa e qualitativa e alguns recursos, métodos e técnicas oferecidas por esses. E nas disciplinas de TC: inicia-se a construção do pré-projeto de investigação (TC I); finaliza e qualifica o pré-projeto (TC II); executa a pesquisa e defende-se perante um júri avaliador (TC III).

As disciplinas de Eixo Integrador, por outro lado, não têm um conteúdo totalmente estabelecido, dependendo sempre do professor responsável alinhar, com os demais professores do semestre correspondente, a definição do problema a ser explorado pelos alunos; esse alinhamento é primordial na disciplina. A pesquisa a ser narrada aqui, surgiu a partir do trabalho que desenvolvemos no Eixo Integrador II, que tinha como tema “intersetorialidade

em saúde”. Munidos desse tema e articulando-o com os conhecimentos em desenvolvimento nas UC do semestre – Saúde e Sociedade, Informática Aplicada à Saúde, Biossegurança, Ecologia Humana e Introdução às Teorias Organizacionais –, elencamos a violência como nosso tema gerador e tentamos compreendê-la a partir da confrontação de discursos² de moradores e comerciantes do território em estudo (recolhidos por entrevistas) e com os de noticiários locais (disponíveis em sites, na internet). Admitimos, no entanto, que essa articulação não foi uma tarefa fácil e que, dos conhecimentos disponíveis pelas UC, somente recorreremos aos de Saúde e Sociedade (na fundamentação e análise) e Informática Aplicada à Saúde (na formatação, escrita e apresentação do trabalho).

Além da formação na graduação, existe ainda a possibilidade de participação em reuniões de grupos de pesquisa, em eventos científicos - sejam eles locais, nacionais e internacionais. Sempre nos aventuramos por esses espaços, não só na área da saúde, mas também em outros espaços de conhecimento, como nas Ciências da Linguagem e na Educação.

B – Sobre o Projeto de Pesquisa

Segundo Palos (s/d), em suas aulas e nas orientações de investigação no BSC, um projeto de pesquisa não surge do nada, ao acaso; ele é fruto de um sonho, desejo, vontade do pesquisador frente a algo. Foi a partir dessa premissa que demos início à construção de nosso projeto, tendo Palos como orientadora.

Dois anos antes de entrarmos no ensino superior, tínhamos conhecido³, no decorrer de um curso de Língua Brasileira de Sinais, a Análise de Discurso (AD), fundada por Michel Pêcheux, na França, e disseminada e ampliada no Brasil, pela linguista Eni Orlandi. Inicialmente, essa disciplina não nos fazia muito sentido, mas, logo depois, no nosso ingresso no BSC, nos apeteceu (e ainda apetece) trabalhá-la. No Eixo II, como já apresentamos anteriormente, recorreremos à AD para interpretar os dados obtidos.

Com a AD, aprendemos a ler além da opacidade; aprendemos que as relações são relações de sentido; que a linguagem é afetada pela incompletude; que o sujeito tem a ilusão de ser a origem do que diz e que o que diz só pode ser dito do modo/da forma que o faz. Aprendemos que os sentidos são administrados e que socialmente existem sujeitos autorizados a significar (Orlandi, 2013).

No estudo sobre o/do Pedra, observamos a diferença de sentidos atribuídos à violência pelos moradores e comerciantes e pelos noticiários locais; identificamos o exagero jornalístico na

² Discurso compreendido a partir de Michel Pêcheux, como “efeito de sentido entre locutores”. Cf. Orlandi (2013).

³ Cf. Introdução – Batista (2019).

significação do bairro como violento; verificamos como os discursos e formas de dizer são distintas: enquanto o morador tenta atribuir sentidos de segurança, de paz, ao bairro, o jornal insiste em estabilizar um imaginário de violência para um local que, “embora já tenha sido [violento], não era mais” (Batista *et al.*, 2016). Foi a partir daí que iniciamos nosso projeto de pesquisa.

Projeto de pesquisa é um documento no qual alguém sistematiza uma proposta de investigação (Reis & Frota, s/a), contendo: um problema/questão a ser investigado (o quê?), uma justificativa (porquê?), objetivo/s (para quê?), às vezes, hipótese/s (o que se espera encontrar?), referencial teórico (baseado em quê?), métodos (como e através do/de quê?), resultados esperados e cronograma (quando?) (UNIFESP, 2017).

No desejo de continuar o estudo outrora mencionado, mas agora na tentativa de compreender a produção de sentido(s) entre os profissionais de saúde atuantes no bairro, nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), propomos o projeto “*Saúde e violência: discurso de profissionais de saúde do bairro Pedra 90⁴, Cuiabá – MT*”, que começamos a escrever em 2017, mas que só o submetemos ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) e o realizamos em 2019, em virtude de mobilidade internacional que realizamos em Portugal, entre fevereiro de 2018 e fevereiro de 2019.

Importa explicar que, no Brasil, se convencionou chamar os Cuidados Primários em Saúde de Atenção Básica do Sistema Único de Saúde (SUS) que se constitui como

conjunto de ações de saúde individuais, familiares e coletivas que envolvem promoção, prevenção, proteção, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos, cuidados paliativos e vigilância em saúde, desenvolvida por meio de práticas de cuidado integrado e gestão qualificada, realizada com equipe multiprofissional e dirigida à população em território definido, sobre as quais as equipes assumem responsabilidade sanitária (PNAB, 2017).

Tem a saúde da família como estratégia prioritária (Ministério da Saúde, 2020) – Estratégia de Saúde da Família/ESF. A ESF é composta por equipe multiprofissional, possuindo no mínimo, médico generalista ou de família e comunidade, enfermeiro [que coordena a unidade], técnico de enfermagem e agentes comunitários de saúde (ACS) (Ministério da Saúde, 2020). Daí os termos UBS, ESF. A UBS integra a atenção básica e a ESF é uma modalidade de UBS.

Nossa pergunta de investigação era: como os profissionais de saúde do Pedra Noventa significam a violência e, a partir daí, constroem práticas de enfrentamento a essa problemática?

⁴ Percebam que nesse texto utilizaremos ora Pedra Noventa, ora Pedra 90, por dois motivos: 1.º - oficialmente, o bairro chama-se Pedra Noventa, mas é comum encontrar na mídia local e nas redes sociais, o nome escrito com número (Pedra 90). 2.º - Afetados por esse funcionamento, submetemos o projeto ao Comitê de Ética, com a escrita numérica que não é o nome oficial, mas é socialmente utilizado.

A partir da pergunta, definimos os seguintes objetivos: Geral: compreender como os profissionais das Unidades Básicas de Saúde (UBS) do bairro Pedra 90, Cuiabá-MT, significam e constroem suas práticas de enfrentamento à violência; Específicos: a) identificar como coordenadores das UBS dizem a/sobre a violência; b) levantar as práticas de/em saúde de prevenção e conscientização da/à violência, realizadas pelas UBS, c) levantar alguns indicadores de violência do bairro Pedra 90, a partir das entrevistas e do levantamento das práticas de enfrentamento.

A questão do método foi uma discussão que travamos até a submissão do projeto ao CEP, pois havia uma questão de compreensão se a AD era metodologia ou não. Da parte da docente da disciplina de TC I, com atuação na epidemiologia, a sugestão era de que essa entrasse como método. Entretanto, de nosso lugar, entendíamos a Análise de Discurso como campo de conhecimento (Orlandi, 2010), como disciplina (Orlandi, 2013) e, nesse sentido, colocá-la apenas como método seria um erro. Ficamos, nesse momento, com o erro.

No final de 2017, fomos aprovados para realizar mobilidade internacional junto ao Instituto Politécnico de Bragança (IPB), em Portugal, e então tivemos que nos ausentar do projeto de pesquisa. De fevereiro de 2018 a fevereiro de 2019, tivemos a oportunidade de conhecer outro país, outra cultura, outro modo de dizer; pudemos vivenciar uma nova “escola”.

Na Escola Superior de Saúde (ESSa) do IPB, frequentamos disciplinas, tanto na licenciatura quanto no mestrado, as quais destaco duas: Métodos e Técnicas de Investigação em Enfermagem (na Licenciatura em Enfermagem) e Metodologias de Investigação em Enfermagem (no Mestrado de Enfermagem em Saúde Familiar). Em ambas as unidades, perpassamos pelos métodos, procedimentos e técnicas de pesquisa, utilizados em Portugal, o que não era muito diferente da realidade científica brasileira, embora, a abordagem quantitativa fosse a mais utilizada. Nas duas disciplinas, construímos projeto de pesquisa: um na abordagem qualitativa e outro na interseção quanti-qualitativo. Nenhum, todavia, executamos.

De volta ao Brasil, retomamos o nosso projeto. Um ano depois, é como se tivéssemos esquecido tudo, o que nos obrigou a fazer alguns pequenos ajustes em nossa proposta de investigação original. Um desses ajustes foi a reformulação do roteiro de entrevista. Por orientação de uma expert em AD, introduzimos novas perguntas no roteiro, já que, segundo ela, o mesmo pretendia algumas respostas; deveríamos “pensar o roteiro, desde o início, de uma perspectiva discursiva”. Logo, antes de perguntar, por exemplo, “o que é violência para você?”, perguntávamos: “quem é você?”, “como você veio trabalhar aqui?”, “como é organizado o trabalho?”, etc.; perguntas-armadilhas que poderiam, indiretamente, responder à nossa pergunta de investigação, mas não de forma direta, tendenciosa. Aí se coloca uma diferença entre a AD

e a Análise de Conteúdo (AC), amplamente utilizada nas pesquisas em saúde: enquanto a AC busca respostas na superfície do texto (o que isso significa?), na AD, procura-se olhar para a opacidade, para além da evidência (como isso significa?) (Orlandi, 2013).

Nessa altura, também solicitamos à Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá, órgão que assessora o prefeito na gestão da saúde pública local, autorização para a realização da pesquisa, já que as unidades assinaladas no projeto são da sua responsabilidade. A autorização foi dada e, junto com o projeto e seus apêndices (Termo de Consentimento Esclarecido e roteiro de entrevista), submetemos ao CEP que, sem muitos entraves, aprovou o desenvolvimento da pesquisa.

C – Recolha de dados

Com o projeto aprovado, realizámos a testagem do roteiro de entrevista, antes de adentrar o campo de estudo: entrevistámos um enfermeiro – nosso sujeito de pesquisa - de uma unidade de saúde do trabalhador, da UFMT, dada a facilidade de contacto. Feito o teste e as correções pertinentes, iniciámos a entrada no campo propriamente dito, que se constituía por seis equipes de Estratégia de Saúde da Família (ESF), distribuídas em três UBS, no bairro Pedra Noventa. O Pedra Noventa (Figura 2) está situado na região sul de Cuiabá, zona periférica e que fica na fronteira/extremidade do município; ou seja, delimita a área urbana da rural. O bairro teve o seu processo de ocupação iniciado em 1990 e apenas em 1996 foi oficialmente reconhecido como tal, pela prefeitura (Batista, 2019); possuindo, atualmente, uma população de aproximadamente 100 mil pessoas (O LIVRE, 2019).

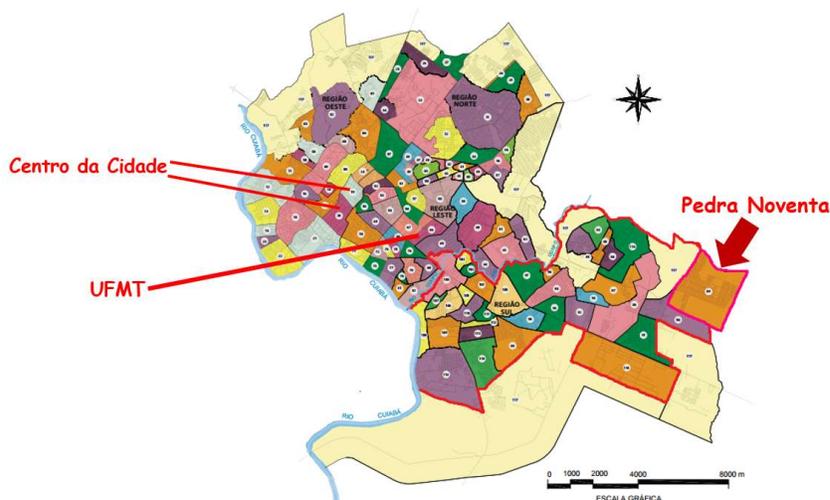


Figura 2 – Mapa de Cuiabá – MT, com destaque para o Pedra 90.

Fonte: Cuiabá, 2013, adaptado pelos autores

No que tange à rede pública de saúde, o bairro possui uma policlínica e seis ESF. A policlínica é uma unidade intermediária entre a AB e a atenção hospitalar, que oferece cuidado especializado e, às vezes, serviço de apoio diagnóstico e terapêutico à população. Conta com médicos especialistas e outros profissionais de saúde – como fisioterapeutas, psicólogos, entre outros (Campinas, s/a).

Por uma questão de recorte, em nosso projeto, optamos por pesquisar apenas os profissionais de saúde das ESF, tendo os gestores das unidades – os enfermeiros – como sujeitos da pesquisa, mas com a possibilidade de os demais trabalhadores participarem, caso desejassem.

Para iniciar a recolha dos dados, inicialmente, contactamos os profissionais via telefone, para agendar uma primeira reunião, a fim de apresentar a pesquisa, os objetivos e outros pormenores. Posteriormente, caso aceitassem realizar a entrevista. Das seis ESF previstas no projeto, apenas cinco foram estudadas, já que, em uma delas, o gestor encontrava-se em período de férias.

À medida da disponibilidade dos profissionais, começamos a realizar as entrevistas que foram feitas sempre por dois pesquisadores: um entrevistador e um auxiliar. As entrevistas semiestruturadas contendo questões sobre a atuação do profissional frente à ESF e ao território, sobre os fluxos e gestão na unidade, chegando, por fim, à sua percepção sobre a violência. É sobre a entrevista que gostaríamos de destacar uma grande aprendizagem: que o campo nos pode manipular.

Durante o nosso trajeto, participando de reuniões de grupos de pesquisa, com foco em estudos qualitativos, aprendemos que o campo é que direciona a pesquisa; mas o que não tínhamos aprendido é sobre o seu poder de persuasão e controle. Como dissemos outrora, os sujeitos centrais do nosso estudo eram os profissionais da enfermagem, que cumulativamente também eram os gestores das unidades/equipes de saúde; porém, ficava aberta a participação de outros trabalhadores. Então, à medida que concluíamos a entrevista com o enfermeiro e a depender do horário, pedíamos para entrevistar outros profissionais, preferencialmente, os ACS, pelo facto de residirem no bairro e terem um maior contacto com os moradores. Em duas das unidades estudadas, o enfermeiro disponibilizou dois ACS que entrevistássemos ao mesmo tempo, pelo motivo de que a unidade estava prestes a fechar. Aceitamos, já que compreendíamos que não faria diferença, pois o mais importante era os sentidos mobilizados pelos entrevistados e não a “indução” que um poderia conduzir o outro. Fomos duramente advertidos, posteriormente, pela orientadora, que nos lembrou que o nosso projeto não previa grupo focal, tampouco entrevista coletiva; e que a entrevista é, por regra, individual. Perdemos os dados, mas aprendemos a lição.

Entre idas e vindas, concluímos a colheita de dados com 5 entrevistas válidas (de um total de 7), que passamos a transcrever e a analisar.

Gostaríamos de apontar o desgaste que sofremos no decorrer da recolha dos dados. O Pedra Noventa fica distante, aproximadamente, 20 quilómetros da UFMT, nosso lócus de trabalho. Sendo assim, gastávamos, em média, duas horas para nos deslocar entre a universidade e o bairro, de transporte público, uma hora para a ida e a outra para a vinda. Todas as entrevistas foram no período vespertino. Mas por que estamos a falar disto? Primeiro, porque os autocarros que se deslocam para o Pedra vão, na sua maioria, superlotados (Figuras 3 e 4) e não possuem sistema de ar-condicionado. Segundo, a temperatura média em Cuiabá varia entre 33°C a 40°C, com sensação térmica muito maior e tendo as tardes como seu grande ápice. A combinação dessas duas questões culminou em desgaste físico e emocional, o que nos provocou um certo desânimo perante a pesquisa. Efeitos das microviolências quotidianas, como diria Souza (2008).



Figura 3 – Superlotação de um autocarro – visão externa.

Fonte: <http://www.mobilizadores.org.br/>



Figura 4 – Superlotação de um autocarro – visão interna.

Fonte: <https://jmonline.com.br/>

D – Transcrição

Para a transcrição das entrevistas, utilizamos um aplicativo de áudio, que possibilitasse reduzir a velocidade normal do mesmo, com o intuito de ouvir lentamente as entrevistas. Isso permitia que escrevêssemos no Word, ao mesmo tempo em que o áudio era executado. No final, ouvíamos novamente o áudio, em ritmo normal, para realizar ajustes e correções.

Nesse momento, veio outra advertência da orientadora: o entrevistador não pode intervir no que diz o entrevistado. Pela transcrição, percebeu-se que o entrevistador, ao invés de só ouvir a formulação dada pelo entrevistado, às vezes também participava da narrativa, “tentando completar” dizeres ou fazendo conclusões com o mesmo.

E – Desdobramentos

Quando começamos a separar os recortes das narrativas que entrariam no nosso Trabalho de Curso, percebemos que não daríamos conta de trabalhar todos os objetivos específicos propostos e que esse “pré-projeto”, na verdade, se configurava como um Projeto de Pesquisa matricial⁵. Dado o tempo disponível para a conclusão de nosso TC – o prazo era até agosto de 2019 – fizemos um recorte: o primeiro objetivo específico tornou-se o nosso objetivo geral, ou seja, tornou-se a nossa pergunta de investigação e, conseqüentemente, o nosso trabalho de conclusão de curso.

O trabalho que defendemos intitulou-se “*Saúde e Violência: sujeito e memória nos dizeres de profissionais de saúde do bairro Pedra Noventa, Cuiabá, Mato Grosso*” (Batista, 2019), onde trabalhamos as imagens que os entrevistados faziam de si, as memórias que possuíam sobre o bairro e suas atuações frente à violência. Trabalhamos os dizeres sobre a violência a partir do olhar para/sobre o bairro, dos lugares que os entrevistados se colocavam e a partir da falta de um programa que ditasse modos de prevenção/atuação à frente a problemática.

Enquanto matricial, outros pesquisadores passaram a integrar o projeto, trabalhando os demais objetivos e o corpus de forma geral.

CONCLUSÕES

Realizar uma pesquisa científica determina do pesquisador muitas funções: desde a definição/delimitação do tema/question de investigação, à escolha da teoria, abordagem e método/s. Esse trabalho pode ser totalmente autoral ou vinculado a um estudo já existente.

Na pesquisa autoral, o proponente desenha todas as fases da investigação: pergunta, referencial, objetivos e por aí adiante. Já na pesquisa vinculada, propõe-se um recorte, dentro de estudo já desenvolvido ou em desenvolvimento. Na experiência aqui narrada, tivemos a oportunidade de participar desses dois movimentos: propor algo novo e fazer um recorte, naquilo que propomos outrora. E isso ocorreu por uma questão: o tempo.

Na graduação, não gozamos de muito tempo disponível para realizar a pesquisa de conclusão de curso; geralmente, possuímos quatro ou cinco meses para fazê-la, tendo que o dividir com outras disciplinas – geralmente, com o estágio supervisionado. E, nesse sentido, quanto menor a abrangência do estudo melhor.

⁵ Projeto que engloba outros.

No nosso caso, propomos um tema e um campo bem delimitado, todavia, o corpus constituído no final, foi demasiado grande para o nosso referencial teórico-metodológico. Não que este fosse insuficiente ao corpus, ao contrário; para o nosso referencial, o corpus era todo significativo, já que “um discurso aponta para outros que o sustentam” (Orlandi, 2013). Talvez devêssemos ter feito, para o TC, um recorte também no número de sujeitos participantes do estudo, o que diminuiria o número de narrativas a serem analisadas.

Em vias de finalização, gostaríamos de registar a potência da liberdade propositiva e criativa, na produção da pesquisa qualitativa. A experiência narrada aqui surgiu a partir de uma atividade, realizada numa disciplina de metodologia ativa onde os estudantes elegem um problema, de determinado território, tentam compreendê-lo e, se possível, propõem algum tipo de intervenção. Os estudantes são livres na escolha do problema, do referencial teórico e da metodologia a ser utilizada. O produto aqui mencionado foi tão rico que houve o interesse em dar continuidade ao mesmo enquanto Trabalho de Conclusão de Curso.

O orientando teve a liberdade de escolha do tema, do método e do referencial teórico, principalmente, deste último. A orientadora acompanhou a escrita, o rigor científico e metodológico e sugeriu, quando necessário, referências, teorias e ajustes. Relação que se constituiu na horizontalidade e diálogo, ao estilo Freireano.

Atualmente, o projeto matricial segue em desenvolvimento, abarcando outros Trabalhos de Conclusão de Curso e divulgando os resultados recolhidos, em congressos nacionais e internacionais, como no Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais e Congresso da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas de Língua Portuguesa, previsto para ocorrer em Coimbra, Portugal, em 2021.

Como diria Paulo Freire (1996), ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua produção ou construção; quem ensina, aprende ao ensinar e quem aprende, ensina ao aprender. Essa é a premissa da liberdade criativa/propositiva: seja no ensino, seja na pesquisa.

Agradecimentos

Agradecemos à Professora Filomena Grelo Sousa, da ESSa – IPB, pelas aulas de Métodos e Técnicas de Investigação em Enfermagem, com quem partilhámos o gosto pelo ensino de Metodologia Científica/Métodos de Investigação e a valorização da liberdade criativa em pesquisa qualitativa.

Agradecemos o carinho e atenção da Professora Cláudia Pfeiffer, do Laboratório de Estudos Urbanos da Universidade Estadual de Campinas, que carinhosamente nos recomendou pensar discursivamente, o roteiro de entrevista e que nos fez valiosos apontamentos no projeto, como um todo. Cláudia é, sem dúvidas, nossa referência em Análise de Discurso em Saúde.

Agradecemos à Professora Sílvia Portugal, do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, que, com a sua alegria e estando como professora visitante no Instituto de Saúde Coletiva da UFMT, em agosto de 2019, gentilmente, participou da nossa banca de defesa de TC. Sem dúvida, foi um acontecimento para um trabalho de iniciação científica.

Referências

- Barsaglini, R. (2019). Repercussões dos adoecimentos crônicos nos estudos de experiência: Tipos, momentos e mediadores. *Oficina do CES* n.º 452, Coimbra, Portugal. Acedido em 22/02/2020 em https://ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/26162_Oficina_do_CES_452.pdf
- Batista Leite, L. R. (2019). *Saúde e Violência: Sujeito e memória nos dizeres de profissionais de saúde do bairro Pedra Noventa*. Cuiabá, Mato Grosso.
- Batista Leite *et al.* (2016). Percepções de violência no bairro Pedra 90, Cuiabá-MT: um confronto entre o viver no e o falar do bairro. Trabalho de disciplina (Eixo Integrador II, Curso de Graduação em Saúde Coletiva), Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Saúde Coletiva.
- Campinas (s/a). Políclínica. Acedido em 24/02/2020 em <http://www.saude.campinas.sp.gov.br/saude/unidades/poli1/poli1.htm>
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática docente*. 19. ed. São Paulo: Paz e Terra.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas da pesquisa social*. 6ª ed. São Paulo. Editora: Atlas. Acedido em 22/02/2020 em <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>
- Michaelis, D. (2020). Relato. Acedido em 22/02/2020 em <http://michaelis.uol.com.br/>
- Ministério da Saúde (2020). Estratégia Saúde da Família. Acedido em 28/02/2020 em <https://www.saude.gov.br/acoes-e-programas/saude-da-familia>
- O Livro (2019). 100 mil habitantes: Pedra 90 está mais perto da primeira agência bancária [reportagem]. Acedido em 24/02/2020 em <https://olive.com.br/100-mil-habitantes-pedra-90-esta-mais-perto-da-primeira-agencia-bancaria>
- Orlandi, E. P. (2013). *Análise de Discurso: Princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes Editores.
- Orlandi, E. P. (2010). *Análise de Discurso*. In: Orlandi, E. P.; Lagazzi-Rodrigues, S. *Introdução às Ciências da Linguagem: discurso e textualidade*. 2.ª edição. Campinas, SP: Pontes Editores.
- Pais Ribeiro, J. L. (2010). *Investigação e avaliação em psicologia e saúde*. 2.ª edição. Placebo Editora. ISBN: 978-989-8463-01-2
- Palos, C. M. C. (s/a). Aulas e Orientações na Graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil.
- Perini, R. C. & Medeiros, V. (2019). Considerações sobre verdade em tempos de fake news. *Cad. Letras UFF*, Niterói, v. 30, n. 59, p. 297-312, 2.º número. Acedido em 12/03/2020 em <http://www.cadernosdeletras.uff.br/index.php/cadernosdeletras/article/view/682/345>
- PNAB, Política Nacional de Atenção Básica (2017). Acedido em 22/02/2020 em bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html
- Prodanov, C. C. & Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale. Acedido em 22/02/2020 em <http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>
- Reis, A. S. & Frota, M. G. C. (s/a). Guia básico para a elaboração do projeto de pesquisa. Acedido em 24/02/2010 em <https://www.ufmg.br/proex/cpinfo/educacao/docs/06a.pdf>
- Sousa, F. G. (2018). Aula 1 – introdução à disciplina de investigação. Aula ministrada na UC Métodos e Técnicas de Investigação em Enfermagem, do Curso de Licenciatura em Enfermagem do IPB, no primeiro semestre de 2018, Bragança, Portugal.
- Souza, L. A. F (2008). *Sociologia da violência e do controle social*. Curitiba: IESDE.
- UNIFESP (2017). Orientações gerais para elaboração do trabalho de conclusão de curso pré-projeto e projeto de pesquisa. Acedido em 24/02/2020 em https://www.unifesp.br/campus/osa2/images/PDF/manual_de_tcc.pdf



A importância do ecossistema fluvial e a educação ambiental – explorando as margens do rio Fervença na cidade de Bragança

The importance of a river ecosystem and environmental education: exploring the banks of the Fervença river in Bragança

Turma 10.º C, Curso de Línguas e Humanidades
Escola Básica e Secundária Miguel Torga, Bragança, Portugal
turma10C2020@gmail.com

Mariana Batouxas
Escola Básica e Secundária Miguel Torga, Bragança, Portugal
mariana.batouxas@aemiguelorga.pt

Resumo

A consciencialização para a importância do rio Fervença e do seu ecossistema levou-nos a desenvolver, no âmbito do Clube Europeu e inserida na temática das alterações climáticas, uma atividade de educação ambiental e de monitorização a um ponto do rio, tendo como referência o Projeto Rios. Este projeto de educação ambiental visa contribuir para a implementação de soluções sustentadas para os problemas dos ecossistemas fluviais através da tomada de consciência ambiental e da participação voluntária e ativa dos cidadãos. Neste sentido, apresenta-se o relato de uma experiência/visita/aula de campo realizada com esse propósito, em novembro de 2019.

Palavras-chave: *ecossistema fluvial, educação ambiental, rio*

Abstract

The awareness towards the importance of the Fervença river and its ecosystem drove us to develop an activity within the framework of the European Club and within the climate change agenda. This activity of environmental reeducation and monitoring of a specific point of the river, used the Project "Rivers" as reference. This project of environmental education can contribute to implementing sustainable solutions to the problems in the river's ecosystems, through self-awareness of environment policies and active participation of citizens. We therefore present the report of an experience or a field trip conducted in November 2019.

Keywords: *river's ecosystems, environmental education, river*

INTRODUÇÃO

Os rios sempre foram locais de atração e de lazer ao longo da história da humanidade. As civilizações mais antigas localizaram-se nas margens dos grandes cursos de água e as primeiras revoluções tecnológicas da modernidade usaram a água para fazer trabalhar as metalurgias ou a indústria têxtil e também para produzir energia. Os rios e os lagos são importantes pela capacidade de reter a água para consumo e, igualmente, para fazer circular as mercadorias ao longo do seu curso. A crescente utilização deste recurso nas mais variadas atividades humanas, desde a agrícola, passando pela industrial, até aos serviços e ao lazer, tem conduzido a uma preocupação crescente no seu uso e consumo.

O rio Fervença é um subafluente do rio Sabor, sendo este um afluente do rio Douro. O mais antigo plano de barragens em Portugal (barragem de Picote em 1958, Miranda em 1960 e Bemposta, 1964), do qual fazem parte os aproveitamentos hidroelétricos no troço do Douro, atribui-lhe uma forte componente energética na sua passagem pela região transmontana. A valência turística tem-se apresentado nas últimas décadas nesta região através dos cruzeiros no Douro, tornando-o um importante recurso económico e de valorização do território.

A nascente do rio Fervença situa-se a 1300 metros de altitude na Serra da Nogueira, em Fontes Barrosas. No seu percurso atravessa várias povoações, contribuindo para a rega de culturas e pomares da Veiga de Gostei e de Castro de Avelãs. Na cidade de Bragança, foi recetor durante várias décadas dos esgotos urbanos (ver Figura 1).



Figura 1 – Rio Fervença no ano de 1985.
(Fonte: Batouxas, M.)

Nas suas margens foi instalada a primeira central dos Batoques e inaugurada a iluminação pública a eletricidade a 22 de dezembro de 1921, cujas obras e trabalhos foram dirigidos pelo engenheiro francês Lucien Guerche. Em 2013, passou a funcionar a Microcentral Hidroelétrica do Fervença, integrada no edifício do Centro Ciência Viva de Bragança. O programa POLIS, de reabilitação e qualificação urbana em Bragança, permitiu a intervenção nas margens do rio e hoje é possível desfrutar do seu percurso, sentindo o rio e a cidade em sintonia e permitindo a sua contemplação, especialmente no espelho de água junto ao jardim António José de Almeida (CMB, 2013).

O Clube Europeu da Escola Básica e Secundária Miguel Torga, de Bragança, integra a rede nacional dos Clubes Europeus e tem vindo a tratar questões ligadas com o ambiente e o desenvolvimento sustentável. Os clubes europeus são uma iniciativa da Direção-Geral de Educação, desde o momento em que Portugal passou a integrar a União Europeia (DGE, 2020). Assim, tendo em conta o estudo dos ecossistemas fluviais e a sua aplicação ao rio Fervença, consideramos importante avaliar o estado de conservação deste curso de água e das suas margens. No plano de ação do Clube do ano letivo 2019/2020, os professores e os alunos de décimo ano de Geografia e História programaram uma visita de estudo/aula de campo no local, aí integrando a recolha de resíduos ao longo do percurso.

MONITORIZAÇÃO DE UM TROÇO DO RIO FERVENÇA

Ponto de partida

A nossa atividade de monitorização de um troço do rio Fervença teve como ponto de partida a participação em palestra sobre a importância dos ecossistemas fluviais,⁶ complementada com o conhecimento acerca dos objetivos do “Projeto Rios”. Este projeto, coordenado pela Associação Portuguesa de Educação Ambiental, é um projeto ibérico e tem como principal desígnio a conservação dos recursos hídricos, especialmente a dos espaços fluviais, e promove ações de melhoria através do incentivo à adoção de um troço fluvial por grupos organizados que tomem a seu cargo a vigilância e a proteção desse ecossistema (APA, 2020). Na concretização da nossa atividade nas margens do rio Fervença, contamos com a ajuda de um técnico da Quercus, o eng.º Leonel Folhento. Durante o percurso, fizemos a observação dos diferentes parâmetros de monitorização do estado do rio e o preenchimento da ficha de trabalho de campo que o mesmo técnico elaborou e nos disponibilizou (Anexo I). Iniciámos a atividade junto à sede da Quercus, na margem esquerda, e terminámos junto à ponte do Jorge (ver Figura 2), a jusante da cidade. Esta atividade realizou-se também sob orientação dos professores dinamizadores do Clube Europeu, respetivamente com as disciplinas de Geografia e História.

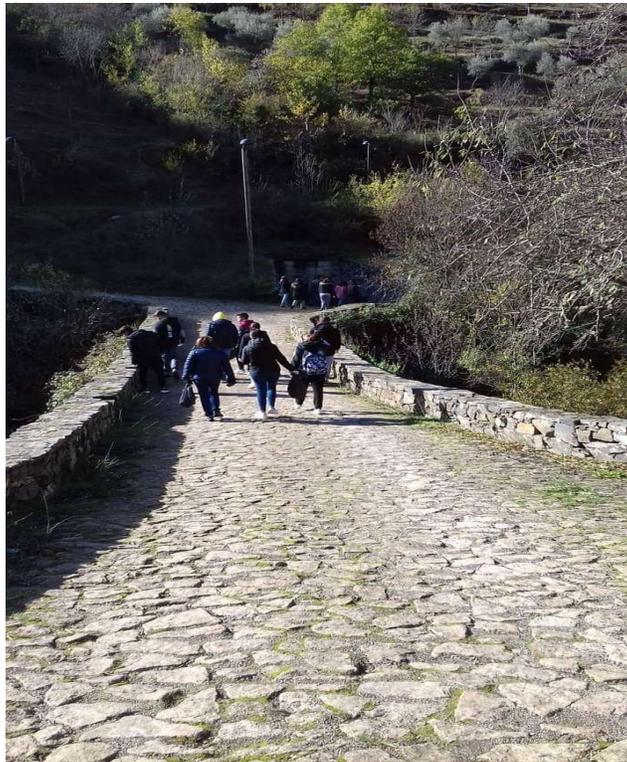


Figura 2 – A ponte do Jorge no rio Fervença.
(Fonte: Batouxas, M.)

⁶ Palestra proferida pela Professora Doutora Ana M. Antão-Geraldes (CIMO/ ESA-IPB), “O que sabes... sobre rios e lagos?”, em 22 de novembro de 2019. Atividade integrada no projeto “Cientificamente Provável” (MCES e ME), parceria entre o Instituto Politécnico de Bragança e a Biblioteca da Escola Básica e Secundária Miguel Torga, com a colaboração da professora bibliotecária.

Observação da linha de água

A observação da linha de água permitiu-nos concluir que o rio Fervença é um curso de água sem erosão e assoreamento, não apresentando qualquer tipo de coloração nem odor desagradáveis. Não foram detetados resíduos sólidos em quantidade significativa no seu leito. Não existia, à data, qualquer presença de manchas de óleo. Não foi observado, à vista desarmada, qualquer fluxo direto de esgotos, embora em troços a montante deste local se possam observar ocasionalmente alguns fluxos diretos. Para finalizar, não foi observada matéria orgânica, apesar de ser do conhecimento público a existência de um crescimento, por vezes desmesurado, de algas durante a época de verão. Refletimos sobre o tema, fizemos uma avaliação qualitativa do estado da água e das margens do rio (ver Figura 3). Observámos a presença de algumas substâncias estranhas na água e nas suas margens, essencialmente plásticos que recolhemos e depositámos no ecoponto.



Figura 3 – Recolha de lixo nas margens do rio Fervença.

(Fonte: Batouxas, M.)

Importância dos ecossistemas fluviais

Os ecossistemas fluviais portugueses são um património natural único, muito rico em espécies piscícolas endémicas e o principal reservatório de água doce. As últimas décadas de desenvolvimento económico e de forte crescimento urbano tornam a pressão antrópica sobre estes ecossistemas bastante considerável, levando a alterações nas comunidades piscícolas e a reduções das espécies autóctones, pela substituição por espécies exóticas nas populações destes ecossistemas (Rodrigues, 2013).

Procedeu-se ao registo dos parâmetros de monitorização do rio Fervença na sede da Quercus com a colaboração do eng.º Leonel Folhento (ver Figura 4). Embora a nossa observação não tenha registado grandes alterações ao nível dos parâmetros analisados, sabemos que o rio Fervença, apesar do funcionamento da ETAR de Bragança, apresenta, por vezes, níveis de alteração que afetam de modo decisivo a qualidade e a integridade ecológica deste ecossistema aquático, nomeadamente a jusante de Bragança, em particular ao nível da poluição doméstica e da agropecuária intensiva.



Figura 4 – Registo dos parâmetros de monitorização do rio Fervença na sede da Quercus com a colaboração do eng.º Leonel Folhento.
(Fonte: Abreu, C.)

CONCLUSÕES

Consideramos que a nossa atividade de monitorização e recolha de resíduos, bem como a reflexão sobre o ecossistema do rio Fervença, contribuiu para uma maior consciencialização da sua importância e o lançamento de um alerta para a necessidade de estabelecer medidas que visem a reabilitação de habitats e a melhoria da qualidade da água, designadamente no troço urbano do rio Fervença (ver Figuras 5 e 6).



Figura 5 – Vista sobre o rio Fervença em 1984.
(Fonte: Batouxas, M. e Miranda, J.)



Figura 6 – Vista atual sobre o rio Fervença.
(Fonte: Batouxas, M.)

Seria interessante propor a criação, ao nível da comunidade educativa, de um grupo de trabalho que pudesse “adotar” um troço do rio em consonância com um dos objetivos do “Projeto Rios” já acima identificado. A colaboração com outras entidades com o mesmo objetivo de consciencialização e alerta na reabilitação dos espaços ribeirinhos e ecossistemas fluviais (APA,

2020) pode vir a constituir um compromisso mais sério dos jovens em ações que visem “cuidar e defender” um património natural tão importante no seu futuro.

A consciencialização para o problema da alteração e conseqüente poluição dos cursos de água e das suas margens, em resultado da ação antrópica, leva-nos à necessidade da adoção de comportamentos e atitudes mais interventivas que tornem possível mitigar os efeitos destas situações disruptivas em termos ambientais e possibilitem a fruição dos espaços ribeirinhos e a gestão correta dos recursos hídricos.

Referências

- Agência Portuguesa do Ambiente (2020). Estratégia Nacional de Educação Ambiental. Projeto Rios. Acedido em 30/9/2020 em <https://enea.apambiente.pt/content/projeto-rios?language=pt-pt>
- Câmara Municipal de Bragança (2013). Microcentral Hidroelétrica do Fervença entrou em funcionamento. Acedido em 1/10/2020 em <https://www.cm-braganca.pt/servicos-e-informacoes/noticias/arquivo/noticia/microcentral-hidroeletrica-do-fervenca-entrou-em-funcionamento>
- Direção Geral de Educação. Clubes Europeus. Acedido em 1/10/2020 em <https://www.dge.mec.pt/clubes-europeus>
- Museu Nacional de História Natural e da Ciência (2019). Identificação de peixes dos ecossistemas fluviais de Portugal. Acedido em 30/9/2020 em <https://sites.google.com/site/cursopeixesfluviais/>
- Rodrigues, V. (2013). *Rio Fervença: Efeitos da Perturbação no Ecossistema*. Dissertação de Mestrado. Escola Superior Agrária – Instituto Politécnico de Bragança, Portugal. Acedido em 25/9/2020 em <https://bibliotecadigital.ipb.pt/handle/10198/9214>

Anexos

Ficha de trabalho de campo “Ação de limpeza no rio Fervença”, cedida pelo técnico da Quercus em Bragança

Ligação: <https://drive.google.com/file/d/1PC8QNTe-tWuDRzCULOP85JdqSrcuRVdx/view?usp=sharing>

A importância da mobilidade acadêmica internacional na vida discente

The importance of international academic mobility in student life

Juliana Costa

Instituto Federal de Alagoas, Brasil

julianacostascott@gmail.com

Vitor Gonçalves

CIEB, Instituto Politécnico de Bragança, Portugal

vg@ipb.pt

Resumo

Na era da informação, a celebração de contratos bilaterais entre instituições de ensino superior é considerada uma mais-valia para a internacionalização do saber, contribuindo para a formação profissional, cooperação em pesquisa e produção de literatura internacional. Da parte discente, a participação num programa de mobilidade acadêmica internacional tem como maior ganho a aquisição de conhecimento de outras realidades e culturas e, principalmente, de inteligência emocional, importante competência para a atuação profissional. Neste contexto, este relato é uma partilha da experiência vivida na Escola Superior de Educação de Bragança, no segundo semestre do ano letivo de 2018/2019, contemplando as três fases principais da mobilidade: pré-mobilidade, mobilidade e pós-mobilidade.

Palavras-chave: *internacionalização, acordo bilateral, inteligência emocional*

Abstract

In the information age, the signing of bilateral contracts among higher education institutions is considered an asset for the internationalization of knowledge, contributing to professional training, cooperation in research and production of international literature. On the student's side, the participation in an international academic mobility programme has the greatest gain in acquiring knowledge of other realities and cultures and, especially, of emotional intelligence, an important competence for professional performance. In this context, this report shares the experience lived at the School of Education of Bragança, in the second semester of the academic year 2018/2019, covering the three main phases of mobility: pre-mobility, mobility and post-mobility.

Keywords: *internationalization, bilateral agreement, emotional intelligence*

INTRODUÇÃO

A mobilidade acadêmica internacional é uma oportunidade de crescimento pessoal e acadêmico que implica ousadia para “sair fora da caixa” por parte de quem se proponha viver esta experiência, uma vez que não é fácil criar coragem para desbravar o mundo e viver em outro país, longe do conforto e da estabilidade do lar. Aprender novas culturas, ampliar os horizontes de conhecimentos, aprender a lidar com situações de estresse emocional, amadurecer pessoal e

profissionalmente são alguns dos desafios presentes num acordo de mobilidade académica, qualquer que seja a modalidade escolhida.

A mobilidade académica internacional é uma vivência única na vida discente, abrindo os horizontes para os campos dos conhecimentos transdisciplinares, levando a sabedoria que fará parte da vida profissional e, sobretudo, pessoal do indivíduo.

A maior riqueza produzida pela mobilidade internacional é a inteligência emocional que proporciona ao candidato, pois o mesmo deve aprender a acreditar nas suas potencialidades, gerir os seus sentimentos, trabalhar em condições de pressão psicológica constante e, sobretudo, ser resiliente para conseguir superar todas as adversidades que enfrentará durante a sua estância académica.

Entre os ganhos proporcionados na área académica, podemos referir alguns exemplos tais como: conhecer e experienciar técnicas só antes vistas na literatura, ter acesso a laboratórios com tecnologias inovadoras, participar de projetos de âmbito internacional, desenvolver trabalhos de pesquisa que resultarão em uma literatura globalizada contribuindo para o conhecimento internacional.

No final do processo de mobilidade internacional o discente ganha, para além de conhecimento, uma rede de contactos mundial e amigos que levará para a vida.

DESENVOLVIMENTO

A internacionalização do conhecimento teve sua origem no pós Segunda Guerra Mundial, na década de 1945, com a necessidade das nações em obter profissionais que auxiliassem no processo de reconstrução dos territórios, dando origem assim aos acordos de mobilidade internacional, bolsas de capacitação e outras modalidades de cooperação internacional para difusão do conhecimento (Castro & Neto Cabral, 2012; Iorio, 2018).

Na era da informação, os acordos de bilateralidade internacionais são firmados entre nações que buscam atender a demanda por mão de obra mais qualificada e contextualizada com as necessidades globais, de forma a conectar conhecimentos, fomentar pesquisa e o acesso a soluções mais inovadoras (Azevedo & Catani, 2013; Lombas, 2017; Iorio, 2018). Para Iorio (2018), a mobilidade internacional é uma forma de qualificar o capital humano para o mercado de trabalho, constituindo uma mais-valia para os profissionais em formação.

A União Europeia, no intuito de fomentar a internacionalização desde o ano de 1999, adotou o Sistema de Bolonha, como forma de normalizar o ensino superior europeu e facilitar a validação de diplomas entre as instituições de ensino. Através do sistema de acreditação europeia, é ainda possível firmar acordos de mobilidade académica com instituições ao redor do mundo, criando um universo globalizado e sustentável (Castro & Neto Cabral, 2012; Iorio, 2018).

Desta forma, através do acordo de bilateralidade firmado entre Instituto Federal de Alagoas (IFAL) e Instituto Politécnico de Bragança (IPB), deu-se o processo de mobilidade vivenciado no segundo semestre do ano letivo de 2018/2019, que decorreu na Escola Superior de Educação

de Bragança, nomeadamente no curso de Educação Ambiental (EA), em unidades curriculares da licenciatura e do mestrado.

Neste contexto, este relato de experiência de mobilidade evidencia as três fases principais de uma mobilidade: pré-mobilidade (o plano de estudo enquanto acordo de aprendizagem da mobilidade), mobilidade (a internacionalização do conhecimento, as experiências e as vivências que contribuem para o crescimento pessoal e académico) e pós-mobilidade (a forma que cada estudante encontra para disseminar a sua experiência de mobilidade, quando regressa à sua instituição de origem).

Plano de estudo

O plano de estudos é o principal documento celebrado entre as instituições (de origem e acolhimento) e o discente, garantindo que os trabalhos desenvolvidos no âmbito das unidades curriculares da mobilidade serão acreditados entre as instituições de ensino, constando do histórico escolar do discente. No plano de estudos deverão constar as unidades curriculares a serem desenvolvidas na instituição de acolhimento, assim como as unidades curriculares que serão substituídas na origem, permitindo, desta forma, que o estudante adquira competências e conhecimentos de acordo com sua área de formação académica.

Internacionalização do conhecimento

O grande objetivo da mobilidade académica é promover a internacionalização do conhecimento, produzindo estudos de cooperação que levem a um conhecimento mais globalizado (Castro & Neto Cabral, 2012; Azevedo & Catani, 2013; Lombas, 2017; Iorio, 2018).

Neste sentido, o estágio curricular da licenciatura em educação ambiental desenvolvido dentro do Projeto AS (Alimentação Sustentável), da responsabilidade das professoras Adorinda Gonçalves, Maria da Conceição Martins, Maria José Rodrigues e Sofia Bergano, foi o que apresentou o maior contributo para este resultado.

Através das atividades desenvolvidas no Projeto AS, fomentou-se a discussão sobre o tema alimentação sustentável, tendo em conta todo o ciclo de vida referente a produção, compra, transporte e consumo de alimentos, contemplando ações de educação ambiental em escolas do primeiro ciclo, na região de Trás-os-Montes.

A partir do trabalho desenvolvido no estágio curricular, deu-se origem a uma parceria para seguimento do estudo no Brasil, a ser apresentado como tema para trabalho final de conclusão de curso (TCC), através da coorientação de uma docente do IPB, nomeadamente da professora Maria José Rodrigues, contribuindo, assim, para a partilha de experiências e para a difusão do conhecimento global.

Outros contributos para o conhecimento

No âmbito da mobilidade académica, vale ressaltar algumas experiências vivenciadas consideradas como uma mais-valia para a formação profissional, cita-se: o Projeto Demola, projeto internacional de empreendedorismo firmado entre o IPB e instituição finlandesa; serviço de secretariado no IV Encontro Internacional de Formação na Docência (INCTE); participação em formações de temas variados nas escolas IPB e serviço de secretariado e monitoria prestado à Associação Portuguesa de Educação Ambiental (ASPEA).

Vivências pessoais

O discente de mobilidade internacional deve estar aberto a vivenciar experiências múltiplas no país de residência (Lombas, 2017; Iorio, 2018), participando de eventos da cultura local, experimentando sabores da gastronomia, entendendo e respeitando as diferenças culturais entre povos, desapegando-se temporariamente das preferências oriundas de sua nacionalidade, tirando, deste modo, o melhor proveito da experiência de mobilidade. Assim sendo, a participação nos passeios pedestres, promovidos pela Câmara Municipal de Bragança, no Carnaval dos Caretos e na Feira das Cantarinhas, constituem contributos para o aprendizado da cultura e gastronomia local.

Em contrapartida, o estudante de mobilidade deve partilhar conhecimentos sobre o seu país de origem, seus costumes e tradições, de forma a promover o intercâmbio cultural entre nações (Iorio, 2018).

Cartilha de mobilidade académica internacional para discente IFAL / IPB

Como forma de facilitar a compreensão da construção do plano de estudos e da organização da documentação para solicitação do visto de estudante no consulado português, e outras informações relativas à preparação da mobilidade, foi desenvolvida, por parte da aluna em mobilidade académica, uma cartilha para os processos de mobilidade entre IFAL e IPB, estando a mesma disponível no endereço eletrónico institucional do IFAL, na secção de relações internacionais, subsecção legislação e normas, com livre acesso para consulta (<https://www2.ifal.edu.br/>).

Compartilhamento do saber adquirido

Ao retornar à instituição de origem, o estudante deve partilhar publicamente as vivências e conhecimentos adquiridos na mobilidade académica, como forma de internacionalizar os saberes. Neste sentido, aquando do retorno à instituição de origem (IFAL), a discente promoveu o Workshop “Ideias de Além-mar”, partilhando vivências e ideias de projetos desenvolvidos em Portugal, tendo, também, participado na palestra “Desafios e Preparação da Mobilidade Académica”, no IX Congresso Académico e Científico da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL). Como forma de reunir as informações necessárias ao processo de pré-mobilidade, desenvolveu a “Cartilha de Mobilidade Académica Internacional para discente IFAL / IPB”.

CONCLUSÕES

Quando um aluno se desloca em mobilidade para o Instituto Politécnico de Bragança, pode encontrar informações nos endereços eletrónicos das Relações Exteriores e Internacionais que o ajudarão a tornar a sua estância académica mais agradável e esclarecida (GRI, 2020; GRE, 2020). Contudo, este relato pretende ilustrar a experiência de mobilidade de uma aluna de mobilidade com o intuito de esclarecer eventuais dúvidas que outros alunos possam ter sobre o processo de mobilidade.

Os processos de mobilidade académica internacional são importantes formadores de profissionais mais contextualizados com a necessidade dos mercados internacionais, produzindo conhecimentos múltiplos a serem compartilhados entre nações (Iorio, 2018). São também responsáveis pela internacionalização do saber, já que através dos contratos bilaterais promovem a cooperação no desenvolvimento de pesquisa e formação de literatura internacional (Lombas, 2017).

Do ponto de vista do estudante, o maior ganho da mobilidade é a inteligência emocional, importante competência para o mercado de trabalho, além da oportunidade de construir uma rede de contactos global e de incrementar características de comunicação, resiliência, proatividade e flexibilidade, entre outras. Para além disto, um aluno de mobilidade terá, em definitivo, a sua essência alterada, tornando-se uma pessoa com uma visão do mundo mais alargada, não se limitando a pensar dentro de uma caixa.

Agradecimentos e observações

Um especial agradecimento aos gabinetes de mobilidade internacional de ambas instituições. De referir que o texto se encontra em português do Brasil por ser esta a nacionalidade de uma das autoras.

Referências

- Azevedo, M. L. N. & Catani, A. M. (2013). Educação Superior, internacionalização e circulação de ideias: ajustando os termos e desfazendo mitos. *Inter-Ação*, v.38, n. 2, 273-291.
- Castro, A. A. & Neto Cabral, A. (2012). O ensino superior: a mobilidade estudantil como estratégia de internacionalização na América Latina. *Revista Lusófona*, 21, 69-96.
- GRE (2020). Gabinete de Relações com o Exterior. Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança. Acedido em: <http://www.es.e.ipb.pt/index.php/ese/a-eseb/servicos/gabinete-relacoes-exterior>
- GRI (2020). Gabinete de Relações Internacionais. Instituto Politécnico de Bragança. Disponível em <http://www.ipb.pt/gri>
- Iorio, J. C. (2018). *Trajelórias de Mobilidade Estudantil Internacional: estudantes brasileiros no ensino superior em Portugal*. Tese de doutoramento. Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal. Acedido em https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/37454/1/ulsd732866_td_Juliana_Iorio.pdf
- Lombas, M. L. S. (2017). A mobilidade internacional académica: características dos percursos de investigadores brasileiros. *Sociologias [online]*, v.19, n.44, 308-333. Acedido em <http://dx.doi.org/10.1590/15174522-019004413>

recensões

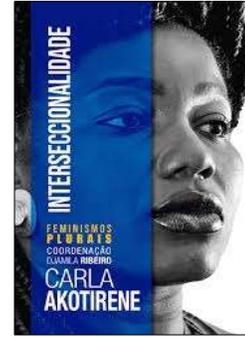


Akotirene, Carla (2019). *Interseccionalidade*. São Paulo, Pólen Produção Editorial.

Gabriel William Lopes

gabrielwlopes0@gmail.com

Instituto Politécnico de Bragança



Construindo análises sociais abrangentes: contribuições da interseccionalidade

Building comprehensive social analyzes: contributions from intersectionality

O livro *Interseccionalidade* integra uma coletânea intitulada *Feminismos Plurais*, organizada pela filósofa e feminista Djamila Ribeiro, cujo objetivo é proporcionar discussões importantes sobre os diversos feminismos de maneira didática e acessível. Deste modo, cada produção está centrada em torno de uma temática, apresentando em uma linguagem simples - porém não simplista - e compreensível de categorias teóricas historicamente invisibilizadas pelas estruturas académicas. Na referida coleção encontram-se também materiais que abordam os seguintes tópicos: lugar de fala, racismo estrutural, encarceramento em massa, racismo recreativo, empoderamento, intolerância religiosa e apropriação cultural.

Em linhas gerais, interseccionalidade, no contexto das Ciências Humanas e Sociais, consiste no entendimento de como diferentes estruturas - o patriarcado, o colonialismo/racismo e a divisão de classes - se combinam e afetam o processo de subjetivação de indivíduos e grupos. Logo, implica necessariamente olhar para a relação entre identidade e poder, uma vez que é condição sine qua non para perspetivar como tais categorias estão alinhadas à produção de sofrimentos ético-políticos, outrossim na direção de elaborar mecanismos de enfrentamento que possibilitem o desenvolvimento de uma sociedade justa e libertadora.

A autora ainda comenta sobre outros tipos de discriminação que ajudam a perpetuar um ciclo de violência psicológica, nomeadamente o bullying, a gordofobia, a homofobia/lesbofobia, o preconceito contra “feios” e a intolerância etária. Ela adverte que na perspetiva do feminismo negro interseccional é errôneo hierarquizar opressões, ou seja, escalonar qual tipo de dominação gera mais sofrimento. Contudo, a mesma também tece críticas às comparações, por exemplo, feitas entre racismo e gordofobia, considerando o facto de a primeira ser uma estrutura de dominação documentada há pelo menos quatro mil anos.

Uma situação que ilustra perfeitamente o encontro entre esses eixos de opressão é a constatação feita pelo Ministério da Saúde brasileiro em 2016 a respeito da microcefalia, informando que a cada 10 mulheres pobres que conceberam filhos com essa condição, oito eram negras ou pardas. Com base nesses dados, a Dra. Jurema Werneck organizou o Boletim Epidemia de Zika e Mulheres Negras que revela nuances do racismo institucional.

Ao longo do texto também são apresentadas contradições existentes em alguns movimentos sociais, que por sua vez, impedem a coligação entre os diferentes segmentos da sociedade. Seja no feminismo hegemônico, que historicamente negligenciou pautas raciais das suas teses e articulações políticas; no movimento negro que reproduz dinâmicas patriarcais e secundariza questões de gênero, especificamente em relação às mulheres negras; ou no marxismo que considera a luta de classes como a única centralidade das mazelas sociais, subordinando outras tecnologias de poder que exercem controle e opressão.

Ademais percebe-se o diálogo construtivo que a autora realiza com pensamentos críticos à interseccionalidade, como é o caso das mulheres africanas ou do “Mulherismo Africano”, ao defender que existe sim hierarquia entre opressões, na qual o racismo é identificado como ator principal, na medida em que critica o feminismo negro apenas como uma atualização do feminismo hegemônico essencialmente branco.

Portanto, em jeito de conclusão, é notória a relevância da interseccionalidade como uma poderosa ferramenta analítica que estimula o desenvolvimento do pensamento complexo, a criatividade e sensibilidade na leitura de fenómenos de ordem psicossocial.

Referências

Akotirene, C. (2019). *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen Produção Editorial.

entrevistas



A produção científica jovem na adolesCiência

Entrevista a Vitor Gonçalves, diretor da revista adolesCiência



Gabriel William Lopes

gabrielwlopes0@gmail.com

Instituto Politécnico de Bragança

Introdução

Após cerca de 9 anos de existência, a adolesCiência conta com 90 publicações em 6 volumes e 7 números, da autoria de mais de 320 autores, sendo 47 trabalhos do ensino não superior e 43 trabalhos do ensino superior (53 artigos de investigação & práticas, 14 recensões críticas, 7 entrevistas e 16 relatórios de projeto, de visitas de estudo ou de experiências). Numa fase em que estão a ser concluídos os processos de revisão e edição do próximo número da revista adolesCiência (2020), pensamos ser o momento ideal para perceber o passado, presente e futuro desta revista de iniciação científica com o diretor da revista adolesCiência e professor adjunto no Departamento de Tecnologia Educativa e Gestão da Informação da Escola Superior de Educação (ESE) do Instituto Politécnico de Bragança (IPB). O professor Vitor Gonçalves é doutor em Engenharia Eletrotécnica e de Computadores e Mestre em Tecnologia Multimédia pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. Atualmente é investigador no CIEB (Centro de Investigação em Educação Básica do IPB), membro do GPITIC (Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Tecnologia da Informação e Comunicação), membro do GPISEC (Grupo de Pesquisas Interdisciplinares em Secretariado) e coordenador do Gabinete de Relações Internacionais da ESE-IPB.

Palavras-chave: *revista jovem, processo editorial, publicação científica, estado da arte*

Introduction

After about 9 years of existence, adolesCiência has 90 publications in 6 volumes and 7 issues, authored by more than 320 authors, 47 of which are non-higher education works and 43 higher education works (53 research & practice articles, 14 critical reviews, 7 interviews and 16 project reports, study visits reports or experience reports). In a phase in which the processes of reviewing and editing the next issue of the adolesCiência journal (2020) are being concluded, we think it is the ideal time to understand the past, present and future of this scientific initiation magazine with the director of the magazine adolesCiência and professor in the Department of Educational Technology and Information Management of the Escola Superior de Educação (ESE) of the Instituto Politécnico de Bragança (IPB). Professor Vitor Gonçalves holds a PhD in Electrical and Computer Engineering and a Master in Multimedia Technology from the Faculty of Engineering of the University of Porto. He is currently a researcher at CIEB (Research Center for Basic Education at IPB), a member of GPITIC (Interdisciplinary Research Group in Information and Communication Technology), a member of GPISEC (Interdisciplinary Research Group in Secretariat) and coordinator of the International Relations Office of the ESE-IPB.

Keywords: *youth journal, editorial process, scientific publication, state of the art*

Pergunta – A revista adolesCiência faz 9 anos no início de 2021. Este tipo de publicação científica tem cumprido o objetivo que se propunha?

Resposta – A adolesCiência é uma publicação eletrônica multidisciplinar aberta, desde o seu início, à participação de jovens que se encontravam a frequentar o 3.º ciclo do ensino básico e secundário ou por alunos dos Cursos de Especialização Tecnológica (CET) e, mais tarde, por alunos dos Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTeSP) e de Licenciatura ou de Mestrado (preferencialmente em coautoria com os mais novos), e que queiram partilhar as suas experiências, investigações e reflexões, providenciando aos alunos a oportunidade de expressarem as suas perspetivas de um ponto de vista científico nas mais diversas áreas do conhecimento. Ao longo destes últimos anos, percebemos que, apesar de difícil, tem sido possível publicar uma revista por ano e, não tendo sido possível publicar em 2015 e 2016, em contrapartida, publicámos 2 números em 2018.

P – Na sequência do que acabou de comentar, a que se deveu essa falta de publicação nos anos de 2015-2016?

R – Desde 2012, todo o trabalho e correspondentes processos para publicar os 6 volumes e 7 números pautou-se por manter os níveis de qualidade nos processos de revisão e edição. A nossa missão sempre será incentivar as competências de escrita e leitura científicas e sensibilizar para o desenvolvimento de um pensamento crítico. Apesar de não ter havido nenhum ano sem trabalhos, a direção da revista manteve-se firme na manutenção desses objetivos e valores que desde sempre orientaram a qualidade dos processos de produção, submissão, revisão e publicação de trabalhos de estudantes dos ensinos básico e secundário e, mais tarde, do ensino superior. Assim, nos anos de 2015 e 2016, verificou-se que os trabalhos submetidos para avaliação não estavam coerentes e alinhados com as normas regulamentares da adolesCiência, a saber: autoria inadequada ou não autorizada, fraco rigor científico e metodológico dos textos e, conseqüentemente, trabalhos insuficientes para publicar, impossibilitando a publicação dessas edições.

P – Isso significa que o Conselho Científico da revista é demasiado rigoroso?

R – O Conselho Científico é rigoroso de acordo com a tipologia da revista, disponibilizando os modelos dos tipos de trabalho (artigos de investigação & práticas, relatos, recensões e entrevistas), a estrutura e os critérios específicos de avaliação desses trabalhos, bem como uma grelha de verificação que os revisores seguem. Os revisores preenchem um questionário de avaliação aquando da revisão que fornece um conjunto de informações suficientemente vasto para permitir que o(s) autor(es) possam melhorar o seu trabalho em submissões futuras.

P – Uma vez que a literacia da leitura e da escrita e a literacia científica são diferentes quando falamos de alunos do ensino básico e secundário e de alunos do ensino superior, há alguma diferença na revisão desses trabalhos de acordo com a tipologia de autores?

R – É óbvio que haverá diferença no nível de maturidade científica de tais estudantes, o que é normal, tendo em vista que a evolução no processo de escolarização geralmente implica a

aprendizagem de novos métodos, técnicas e ferramentas, para além de uma atualização de recursos pessoais que, por sua vez, vão ampliar o conhecimento e habilidades do sujeito. Contudo, é recomendado que, tanto os alunos do ensino não superior como os alunos do ensino superior, sejam orientados por pelo menos um professor que contribua para que o trabalho siga as orientações da revista e da produção científica e, conseqüentemente, permita a melhoria das suas competências e literacias. Convém referir que, para minimizar barreiras e assegurar a garantia de equidade no processo de submissão, a revista adolesCiência fornece guias de orientações acerca da estrutura e dos critérios, bem como grelhas de verificação para garantir que o(s) autor(es) se preocupam com os aspetos inerentes à produção científica. Desta forma, podemos afirmar que a revista opera como uma plataforma de aprendizagem social, uma vez que fomenta oportunidades para o desenvolvimento de competências e literacias por parte dos autores.

P – Como explicar a baixa adesão dos estudantes no que concerne à submissão e publicação de trabalhos científicos do tipo recensão nas últimas edições?

R – Trata-se de uma questão complexa que certamente envolve um conjunto de variáveis, mas presume-se, a priori, que esteja relacionado com a falta de interesse pelo estilo de escrita correspondente aos trabalhos de recensão. Podemos também afirmar que esta situação poderá estar relacionada com a abertura da revista à submissão de trabalhos por parte de alunos do ensino superior, onde essa tipologia parece não ser tão valorizada quando comparada, por exemplo, com os artigos científicos - que possuem um peso maior na avaliação da produtividade académica. Outra provável razão relacionada com essa problemática diz respeito à diminuição da submissão de trabalhos produzidos por alunos dos ensinos básico e secundário, que estariam mais familiarizados com esse tipo de submissões.

P – Podemos então deduzir que o aumento do número de publicações de alunos do ensino superior implicou a redução de publicações de alunos do ensino não superior?

R – Não propriamente. Uma primeira hipótese que ajuda a entender e explicar esse fenómeno reside nas próprias estratégias de divulgação, que podem estar sendo mais amplamente realizadas entre estudantes do ensino superior. Uma outra pode estar relacionada com o facto de haver um crescimento de atividades e processos de trabalho que diminui o tempo dos professores do ensino básico e secundário para a dedicação a atividades de mobilização de alunos para este tipo de trabalhos. Por outro lado, é presumível que também esteja relacionado até com possíveis dificuldades que alunos podem estar tendo no que concerne à adequação ao processo de escrita científica.

P – Na sequência da resposta anterior, quais as estratégias que têm sido adotadas para melhorar os índices de participação na revista?

R – Para além dos professores e elementos dos conselhos científico e editorial que têm divulgado a revista sempre que solicitado, destacam-se dois momentos de divulgação importantes: 1) inclusão de professores da equipa das bibliotecas escolares nos conselhos

científico e editorial; 2) divulgação através de palestra em cada um dos agrupamentos de escola do distrito de Bragança por parte de um estudante a realizar Estágio de Iniciação Científica no gabinete da adolesCiência o IPB.

P – Reconhecendo que as dinâmicas de trocas interdisciplinares e entre estudantes localizados em diferentes níveis educativos podem ser importantes, existem exemplos de trabalhos que evidenciem este cenário?

R – Com base na análise dos títulos e resumos dos autores que tiveram os seus trabalhos publicados na revista, notou-se alguma escassez no que concerne a produções que integram estudantes situados em diferentes níveis educativos. Todavia observaram-se produções realizadas numa perspetiva transdisciplinar e focalizadas nos ensinos básico ou secundário, sobretudo na área de Ciências da Saúde. Além disso, foi possível identificar a presença de materiais científicos produzidos por autores inseridos em diferentes instituições de ensino, inclusive, importantes contributos internacionais, nomeadamente de alunos dos PALOP e Brasil, aquando da realização do seu programa de mobilidade no IPB.

P – Como podemos avaliar o nível de literacia científica a partir dos trabalhos publicados?

R – Para abordar literacia científica é indispensável falar de literacia da informação, uma vez que ambas se constituem como uma unidade dialética no processo de reflexão e tomada de decisão no cotidiano. Relativamente à literacia da informação, conceitualiza-se como o domínio desenvolvido para identificar, recolher, processar, avaliar e utilizar de maneira efetiva e resolutive essa informação. Complementarmente, a literacia científica vai englobar aspetos como a construção de uma matriz explicativa sobre as questões vinculadas à ciência; o reconhecimento e legitimação desse outro formato de conhecimento influencia na vida concreta das sociedades; envolver-se, conscientemente, em atividades orientadas para a promoção da racionalidade científica. Assim, em termos de elaboração de critérios e parâmetros de avaliação das publicações da adolesCiência, sugere-se tomar em consideração: I) seleção das informações e materiais utilizados para construir o texto; II) organização e coesão interna; III) adoção de um pensamento crítico face ao objeto de estudo; IV) nível de aprofundamento das análises tecidas.

P – Pode-se afirmar que se têm verificado níveis adequados de literacia científica durante o processo de correção e revisão dos trabalhos?

R – De acordo com os comentários dos revisores e respetivo nível de aceitação dos trabalhos, bem como de acordo com os inquéritos realizados aos revisores no ano de 2019, podemos afirmar que há uma satisfação generalizada de aceitação da literacia científica. Os autores enfatizam também, como importante contributo para a formação da sua literacia científica, as revisões e respetivos comentários deixados pelos revisores. A publicação e difusão de textos originais e inéditos, nos últimos 9 anos, incluindo o ano de 2020, resultantes da pesquisa científica ou de revisão de literatura e recensões críticas de documentos, justifica o contributo que esta revista tem dado à comunidade científica.

P – Qual o futuro da adolesCiência?

R – Há 9 anos que a adolesCiência tem sido um dos principais canais, principalmente no distrito de Bragança, para a disseminação de publicações de índole científica dos alunos dos ensinos básico e secundário e, nos últimos anos, também dos alunos do ensino superior. É inegável o contributo que esta revista dá às comunidades escolares ao desenvolver nos jovens a procura de conhecimento sério, o espírito científico, o respeito pela autoria e a melhoria das suas competências de leitura e escrita. Parece-me ser uma excelente ferramenta que professores e alunos têm ao seu dispor. A adolesCiência sempre tentou ser uma publicação na qual os mais jovens, em colaboração com outros alunos mais experientes ou com os seus professores, desenvolvem a escrita científica. Pensamos ter conseguido este objetivo. Incrementar a participação anual será certamente o objetivo que qualquer direção pretenderá reforçar num futuro próximo. Assim, posso afirmar que muito gostaríamos de passar a publicar com regularidade, pelo menos, dois números por cada volume e ano. Incentivo, pois, todos os jovens dos ensinos básico, secundário e superior a divulgar as suas reflexões e investigações científicas nesta revista. A adolesCiência é e continuará a ser a sua(tua) revista, não a perca(s) de vista.

Um agradecimento particularmente especial a todos aqueles (autores, professores colaboradores, revisores, redatores e outros) que tornaram possível, direta ou indiretamente, esta edição da revista *adolesCiência*.

Não nos perca de vista e contribuiremos para a sua consciência científica...



